



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026
MODO DE DISPUTA ABERTO
EDITAL Nº 036/2026
AMPLA PARTICIPAÇÃO E ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP

O **MUNICÍPIO DE IBIÁ-MG**, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 663, CEP: 38950-000, Centro, nesta cidade, por meio do Departamento de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026** na forma de **Registro de Preços**, critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DESTE EDITAL** para atender as diversas secretarias do município de Ibiá - MG.

O pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) Eder Eleutério Flores e equipe de apoio, nomeados através da Portaria nº 6.939, 25 de maio de 2026, Decreto Municipal Nº 6.129 de 18 de maio de 2023 (Estabelece diretrizes regras de atuação do pregoeiro e equipe de apoio), Decreto Municipal Nº 6.220 de 01 de novembro de 2023 (Regulamenta a Modalidade de Licitação Pregão), Decreto Municipal Nº 6.221 de 01 de novembro de 2023 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no Município de Ibiá), Decreto Municipal Nº 6.224 de 01 de novembro de 2023 (Regulamenta as aplicações de sanções administrativas), Decreto Federal Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital e seus respectivos anexos.

• **INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 14/07/2026 a partir das 17h00min (dezessete horas).

• **LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 29/07/2026 às 09h00min (nove horas).

• **ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

Dia 29/07/2026 às 09h00min (nove horas minutos).

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário oficial de Brasília-DF

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);

Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo V – Modelo de Declaração de Idoneidade;

Anexo VI – Modelo de Declaração que não Emprega Menor;

Anexo VII – Modelo de Declaração que não Possui em seu Quadro Societário Servidor Público da Ativa;

Anexo VIII - Modelo de Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

Anexo IX - Modelo da Ata de Registro de Preços;
Anexo X - Minuta do Contrato.

1 - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DESTE EDITAL.**

1.2- O valor estimado, o descritivo do objeto e demais informações, encontram-se no Termo de Referência - Anexo I.

2 – DAS SECRETARIAS REQUISITANTES/SOLICITANTES

- 2.1. Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito
- 2.2. Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos
- 2.3. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunicação
- 2.4. Secretaria Municipal de Gestão
- 2.5. Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento
- 2.6. Secretaria Municipal de Logística
- 2.7. Secretaria Municipal de Educação
- 2.8. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- 2.9. Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente
- 2.10. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
- 2.11. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- 2.12. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- 2.13. Fundo Municipal de Saúde
- 2.14. Secretaria Municipal de Controle Interno

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. – APENAS os itens 01 e 97 desta contratação serão destinados a AMPLA PARTICIPAÇÃO, sendo que **todos os demais itens serão destinados para PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP**, inclusive os itens que tratam de reserva de cota dos itens de ampla participação, conforme preconizado nos incisos I e III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06.

3.2. Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que estiverem previa e devidamente credenciadas, perante o Sistema Eletrônico através do site <https://licitanet.com.br/>.

3.3. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), para as Sociedades Cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o Micro empreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e Lei 14.133/2021.

3.3.1. As disposições a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006 não são aplicadas:

- a) no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

- 3.3.2. A obtenção de benefícios a que se referidos acima fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.
- 3.3. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da proponente, no referido certame.
- 3.4. Não cabe as (aos) licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as(os) licitantes deverão ler atentamente este Edital e seus Anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência – Anexo I.
- 3.5. Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico o(a) licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, de agora em diante denominado apenas Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descrição técnica constante do Termo de Referência – Anexo I.
- 3.5.1. O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, podendo ser utilizado o modelo do Anexo II deste Edital.
- 3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.6.1. Poderão participar da presente licitação qualquer empresa estabelecida no Brasil, do ramo de atividade pertinente que esteja credenciada para fornecimento equivalente ao objeto do presente Edital, desde que não infrinjam o art. 14 da Lei nº 14.133/21 e estejam em condições de atender todas as exigências do presente Edital de Pregão Eletrônico e que estejam prévia e devidamente credenciadas, através do site www.licitanet.com.br.
- 3.7. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.
- 3.8. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do(a) licitante, não sendo o Município de Ibiá/MG, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O(A) licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema, ou pela sua eventual desconexão.
- 3.9. Os(As) licitantes interessados(as) deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.
- 3.10. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.licitanet.com.br.
- 3.11. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.
- 3.12. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu(ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Ibiá/MG, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.
- 3.13. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 3.14. O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente em caso de apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou em caso de apresentação de declaração

falsa durante a licitação ou na execução do contrato, nos termos do Art. 155, VIII, da Lei 14.133/2021.

3.15. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da proponente, no referido certame.

3.16. Não cabe as(aos) licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens/Itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as(os) licitantes deverão ler atentamente este Edital e seus Anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência - Anexo I.

3.17. Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico o(a) licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, de agora em diante denominado apenas Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descrição técnica constante do Termo de Referência - Anexo I.

3.18. O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, podendo ser utilizado o modelo do Anexo II deste Edital.

3.19. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico:

3.19.1. Empresas com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, em dissolução ou em liquidação, estrangeiras que não funcionem no país, salvo as amparadas por Certidão emitida pela instância judicial competente que indique expressamente sua aptidão econômica e financeira para participar do procedimento licitatório nos termos da lei de regência (Ac. 8.271/2011-2ª Câmara. TCU. DOU nº 191, terça-feira, 4 de outubro de 2011. Pag. 157).

3.19.2. Empresas que estejam reunidas em consórcio e não sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja a sua forma de constituição, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO: *Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; Considerando que o objeto licitado não possui nenhuma complexidade ou são de grandes dimensões; Considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital; Considerando as características do mercado, as empresas podem sozinhas participar da licitação e posteriormente fornecer o objeto licitado; Considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades de gestão do contrato; Considerado que ao contrário, permitir o consorciamento traria potencial risco de restrição à competição. Ademais, os Acórdãos nº 1.305/2013 - TCU - Plenário, nº 1.636/2007 - TCU - Plenário e nº 566/2006 - TCU - Plenário, são no sentido de que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Enfim, não será admitida a participação de consórcios.*

3.19.3. Empresa cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Ibiá, membro efetivo ou substituto da Comissão Permanente de Licitação, bem como Pregoeiro ou Membro da Equipe de Apoio. Aplica-se também o previsto neste item a pessoa física participante do processo.

3.19.4. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública; e

3.19.5. Empresas com o direito suspenso de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Ibiá.

- 3.20. A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade do licitante, que pelo descumprimento, se sujeita às penalidades previstas neste edital.
- 3.21. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do(a) licitante.
- 3.22. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.
- 3.23. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.
- 3.24. Os(As) licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
- 3.25. A(O) CONTRATADA(O) deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4 - DO CREDENCIAMENTO

- 4.1. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site <https://licitanet.com.br/>.
- 4.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.
- 4.3 O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4 O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.
- 4.4.1. O(A) licitante deverá encaminhar por meio do Sistema, junto com os documentos de habilitação, a Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), podendo ser utilizado o modelo do Anexo III deste Edital.
- 4.5 O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os(As) licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (www.licitanet.com.br), concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço unitário (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação. A proposta a ser encaminhada por meio do Sistema poderá obedecer ao modelo do Anexo IV deste Edital.
- 5.2. As propostas registradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação do licitante na proposta registrada, esta será desclassificada pelo(a) Pregoeiro(a).

- 5.3. Qualquer elemento que possa identificar o(a) licitante, importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 5.4. O(A) licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.
- 5.5. O(A) licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do **Termo de Referência - Anexo I** prevalecerão às últimas.
- 5.6. Na Proposta de Preços registrada/inserida no Sistema deverão estar incluídos além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com entrega, equipamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.
- 5.7. Até a abertura da sessão pública, os(as) licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no Sistema.
- 5.8. Nesta etapa do certame, não haverá ordem de classificação das propostas apresentadas, o que ocorrerá somente após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do(a) licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 5.10. Os documentos complementares à proposta e a habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo(a) licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, dentro do prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no Sistema, para envio da proposta, adequada ao último lance ofertado após a realização da negociação, nos termos do item 7.18 deste Edital.
- 5.11. O(A) licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 5.12. O(A) licitante declarará em campo próprio do Sistema que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 5.13. A falsidade da declaração de que trata o item 5.12 acima, sujeitará o(a) licitante às sanções previstas neste edital e na Lei nº 14.133/2021.
- 5.14. Para a cota reservada de 10% (dez por cento), somente poderão proceder ao registro da proposta e participar da disputa, as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o artigo 48, inciso III da LC nº 123/2006, que estabelece a reserva de cotas para as MICROEMPRESAS e EPP's.
- 5.15. Os documentos de habilitação e proposta de preços inseridos no sistema na forma digital, preferencialmente em formato PDF ou outro equivalente, deverão estar legíveis e válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, sob pena de inabilitação ou desclassificação.**
- 5.16. Só serão aceitos documentos legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio ou Por Comissão Permanente de Licitações quando se tratar de outra modalidade.**
- 5.17. Para maior agilidade e análise dos documentos, os mesmos deverão ser anexados na plataforma de forma agrupada na ordem solicitada no edital.**

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS E SEU PREENCHIMENTO

6.1. É obrigatória a apresentação da proposta que deverá ser enviada mediante o preenchimento, no Sistema Eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário, total e global do item;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; e

6.1.3. Será desclassificada a proposta que não atender o disposto no item 6.1 deste Edital e no artigo 59, incisos I e II, da Lei 14.133/2021.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a(o) CONTRATADA(O).

6.3. Locais de Entrega:

LOCAL DE ENTREGA	REPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO/FISCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Almoxarifado Central Prefeitura de IBIA-MG	Robison Mantoani	Avenida Tancredo Neves S/N - Centro	34 3631 5775

6.4. Futura e eventual aquisição de material de expediente e didático para atender às necessidades das Secretarias requisitantes, conforme especificações e quantitativos definidos no Termo de Referência – TR (anexo deste Edital), garantindo o fornecimento adequado às atividades institucionais de cada demandante.

6.5. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma e solicitações da secretaria demandante. Os prazos de entrega deverão atender à das Secretarias requisitantes.

6.6. A CONTRATADA(O) deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses além da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor para defeitos de fabricação ou mal funcionamento do produto.

6.7. Os quantitativos serão estimados, podendo sofrer variações conforme a demanda real da secretaria.

6.8. Os materiais de expediente e didáticos entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus para a Administração. A aceitação definitiva dos produtos ocorrerá após conferência da qualidade, quantidade e conformidade com os requisitos estabelecidos.

6.9. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de materiais de expediente e didáticos provenientes de práticas sustentáveis, respeitando as normas ambientais e de bem-estar animal, cabendo à contratada adotar medidas que minimizem impactos ambientais relacionados ao transporte e acondicionamento dos produtos.

6.10. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e habilitada, atendendo às exigências da legislação vigente, sendo o fornecimento executado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

6.11. Nos valores propostos estarão incluídas além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com entrega, frete, equipamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

6.12. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.13. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do(a) licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.14. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, 02

(duas) casas decimais após a vírgula.

6.15. Os preços propostos serão considerados completos quanto ao objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

6.16. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas um preço para cada item desta licitação.

6.17. A apresentação da proposta e a respectiva documentação significarão expressa aceitação, pelas licitantes, de todas as disposições deste edital.

6.18. DA PROPOSTA ESCRITA:

6.18.1. A proposta deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, em papel timbrado da empresa, contendo razão social, endereço atualizado, CNPJ, telefone/e-mail, datada, sem rasuras, acréscimos e entrelinhas, em linguagem clara e que não dificulte a exata compreensão do seu enunciado (podendo ser usado o modelo previsto no Anexo IV. Sua(s) folha(s) deve(m) ser assinada(s) ou rubricada(s) pelo representante legal da empresa ou proponente e deverá obrigatoriamente conter:

6.18.2. Indicação do preço global da proposta, expresso em numeral e por extenso, que corresponderá ao somatório total da planilha.

6.18.3. Apresentação de planilha com a descrição dos produtos a serem adquiridos, preenchidos as colunas de unidade, marca, modelo, quantidade, preço unitários e preço total do Item, conforme modelo constante do Anexo IV.

6.18.4. Indicação do prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta dias) dias, a contar da data de apresentação da mesma.

6.18.5. Declaração expressa da licitante constando que estão incluídas no preço global da proposta todas as despesas relativas ao objeto licitado, além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com entrega, equipamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

6.19. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país.

6.20. Cabe à licitante fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os documentos apresentados, dos detalhes, das especificações e demais documentos integrantes da documentação técnica fornecida pela Prefeitura para fornecimento do objeto licitado.

6.21. Com o recebimento da proposta, a Administração entenderá que todos os documentos, prazos, especificações foram detalhadamente analisados pela licitante e que todas as informações foram consideradas para o fornecimento.

6.22. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.

6.23. A planilha quantitativa orçamentária elaborada pela administração deverá ser observada com critério pela licitante, devendo ser mantido os campos referentes ao número do item, quantidade, descrição dos produtos, valor unitário e valor total e global do ITEM.

6.24. Os preços propostos serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe assistindo direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos sob alegações de erro, lapso, omissão ou outro qualquer pretexto, que por ventura venha majorar o valor total da proposta.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. No horário estabelecido neste Edital, o(a) Pregoeiro(a) abrirá a sessão pública, verificando as

propostas de preços lançadas no Sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do Edital.

7.1.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “6.1.2. Descrição Detalhada do Objeto” do Sistema, confrontando suas características com as exigências deste Edital e seus Anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do Sistema, e então desclassificará.

7.2.1. O(A) licitante/proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o(a) mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

7.3. Os(as) licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo(a) Pregoeiro(a).

7.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br/, conforme Edital.

7.4.1. Os(as) licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4.2. O(a) licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.4.3. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser¹ conforme valores definidos no Termo de Referência.

7.4.4. O intervalo entre os lances enviados pelo(a) mesmo(a) licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo Sistema os respectivos lances.

7.5. Será adotado para o envio de lances neste Pregão Eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os(as) licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.5.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo Sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.5.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.5.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo Sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado(a) pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.5.5. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência -Anexo I. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, o(a) Pregoeiro(a), poderá convocar no Chat Mensagem para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso o(a) licitante

III - elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

permaneça inerte.

7.6. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.6.1. Durante o transcurso da sessão pública, os(as) licitantes serão informados(as), em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos(as) demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.7. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o(a) Pregoeiro(a) poderá alertar o(a) licitante/proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do Sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo(a) proponente.

7.8. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o Sistema Eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item.

7.9. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva deste Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos(as) licitantes para a recepção dos lances.

7.10. O(A) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.11. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no Sítio Eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

7.12. Incumbirá ao(a) licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública deste Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

7.13. A desistência em apresentar lance implicará exclusão do(a) licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ele(a) apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

7.14. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

7.15. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.17. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate de acordo com o art. 60 da Lei 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; e
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

- b) empresas brasileiras;
 - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; ou
 - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.19. As regras previstas no art. 60 da Lei 14.133/2021 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 7.20. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, art. 61 da Lei 14.133/2021.
- 7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.20.2. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo Sistema Eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.22. Da cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) para ME e EPP:
- 7.22.1. Conforme apresentado no item 3.1 do Edital, os itens **94 e 97** desta contratação serão destinados a AMPLA PARTICIPAÇÃO, sendo que todos os demais itens serão destinados para PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP, inclusive os itens que tratam de reserva de cota dos itens de ampla participação, conforme preconizado nos incisos I e III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06.
- 7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo Sistema, contraproposta ao(a) licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.24. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao(a) licitante melhor classificado(a) que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares à proposta e a habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.25. O(A) pregoeiro(a) poderá definir percentual ou valor de redução mínima entre os lances.

8- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e no item 7.24 deste Edital, e verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto no item 10 - DA CONDIÇÃO PRÉVIA PARA HABILITAÇÃO e 11 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO, deste edital.

9 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

9.1.1 - Para análise dos documentos e das propostas comerciais, o Pregoeiro e Equipe de apoio poderão solicitar à Secretaria requisitante manifestação por meio de parecer conclusivo, ou por meio de manifestação verbal emitida por seus membros que estiverem presentes na sessão,

hipótese em que a manifestação será consignada em ata.

9.2 - Considera-se preço global da proposta a soma dos valores relativos ao custo total apresentado na planilha.

9.3. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

9.3.1. Serão desclassificadas as propostas de acordo com o art. 59 da Lei 14.133/2021 que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.3.2. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

9.3.3. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9.4.3.1. É facultada ao(a) Pregoeiro(a), à Comissão ou autoridade responsável pelo recebimento da mercadoria a promoção de diligência ou solicitação de amostra do material licitado, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

9.3.4. Não havendo a comprovação da exequibilidade da proposta, esta será desclassificada.

9.3.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.3.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.3.7. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o(a) licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do(a) licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

9.3.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características dos serviços prestados, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo Sistema Eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.3.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.3.10. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.3.11. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do Sistema Eletrônico, contraproposta ao(a) licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.3.12. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o(a) licitante para que seja obtido preço melhor.

9.3.12.1. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada

pelos(as) demais licitantes.

9.3.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto neste Edital.

10 - DA CONDIÇÃO PRÉVIA PARA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do(a) licitante detentor(a) da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>), e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu(ua) sócio(a) majoritário(a), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o(a) licitante inabilitado(a), por falta de condição de participação.

10.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o(a) licitante será convocado(a) para encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5.1. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a) ou da entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do(a) licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivos, observando-se que:

10.7.1. se o(a) licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

10.7.2. se o(a) licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.7.3. se o(a) licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial.

10.8. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente,

forem emitidos somente em nome da matriz.

10.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o(a) licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

10.10. Os documentos acima referidos deverão estar com prazo de validade em vigor, na data da licitação. Os documentos (CERTIDÕES) que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, serão adotados a vigência de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não possui prazo de validade.

10.11. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

10.12. O(A) Pregoeiro(a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos(as) licitantes.

10.13. Os documentos necessários à participação neste Pregão poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a).

10.13.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao(a) Pregoeiro(a), no Setor de Licitação, situado na Av. Tancredo Neves nº 663 – Centro – CEP: 38.950-000 – Ibiá/MG.

10.14. Os(As) licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

11 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

11.1. A licitante melhor classificada após a fase de julgamento das propostas deverá encaminhar dentro do prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), os seguintes documentos, em vigor na data da abertura da Sessão Pública:

11.1.1 – PARA COMPROVAR HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, e no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando as atividades assim o exigir;
- e) Em se tratando de micro-empendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro-empendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus

administradores;

g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

OBSERVAÇÃO: Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.1.2 – PARA COMPROVAR REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E ECONÔMICA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo à sede ou domicílio do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Município;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), (art. 68, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 01 de maio de 1943. (CNDT expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>), de acordo com a Lei 12440/11 de 7 de julho de 2011).
- h) Certidão negativa de falência e concordata feita sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

11.1.3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já executou, de forma satisfatória, o **fornecimento de itens compatíveis com o objeto desta contratação.**

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:

A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional encontra fundamento no art. 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo por finalidade comprovar que a licitante possui experiência prática anterior no fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da presente contratação.

Embora o objeto da licitação consista na aquisição de bens comuns, seu adequado fornecimento exige que a futura contratada possua experiência mínima no fornecimento de materiais de expediente, materiais escolares, materiais para artesanato, materiais pedagógicos, brinquedos educativos e demais itens correlatos, considerando a elevada

diversidade de produtos, a necessidade de atendimento contínuo às demandas das diversas Secretarias Municipais, especialmente das unidades escolares, bem como a observância das especificações técnicas, normas de segurança e certificações aplicáveis a determinados produtos.

A experiência anterior da licitante demonstra sua aptidão para gerenciar o fornecimento de um amplo portfólio de materiais, assegurando a regularidade das entregas, a qualidade dos produtos fornecidos, o atendimento aos prazos estabelecidos e o cumprimento das exigências técnicas e normativas, reduzindo os riscos de inadimplemento contratual, atrasos nas entregas, fornecimento de produtos incompatíveis com as especificações do Termo de Referência, ausência das certificações obrigatórias ou dificuldades operacionais que possam comprometer o desenvolvimento das atividades administrativas, pedagógicas e educacionais do Município.

A exigência mostra-se proporcional ao objeto licitado, uma vez que não impõe quantitativos mínimos de fornecimento, não restringe a comprovação a determinado período de execução, não estabelece limitações quanto ao local onde ocorreu o fornecimento anterior e admite atestados emitidos tanto por pessoas jurídicas de direito público quanto de direito privado, preservando a ampla competitividade do certame.

Também será admitida a apresentação de um ou mais atestados que, em conjunto, demonstrem a experiência anterior da licitante no fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da contratação, não sendo exigida a comprovação de fornecimento simultâneo ou integral de todos os itens licitados em uma única contratação anterior.

A finalidade da exigência não é restringir a participação de licitantes, mas apenas assegurar que a futura contratada demonstre possuir experiência mínima no fornecimento de materiais da mesma natureza daqueles que serão adquiridos pela Administração, conferindo maior segurança à execução contratual e reduzindo os riscos inerentes ao fornecimento de materiais destinados ao funcionamento das repartições públicas municipais, das unidades escolares, dos serviços administrativos e das atividades pedagógicas desenvolvidas pelo Município.

Dessa forma, a exigência revela-se adequada, necessária e proporcional à complexidade e à abrangência do objeto, caracterizado pela elevada quantidade de itens, diversidade de materiais e necessidade de atendimento contínuo e eficiente das demandas da Administração Pública, observando os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade, da isonomia, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, encontrando amparo no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas orientações dos Tribunais de Contas acerca da qualificação técnico-operacional.

11.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o(a) licitante qualificado(a) como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado(a) vencedor(a), uma vez que atenda a todas as demais exigências deste Edital.

11.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado(a) como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o(a) mesmo(a) será convocado(a) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do(a) vencedor(a), comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo(a) licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.5. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto acima acarretará a inabilitação do(a) licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos(as) licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.8. Será inabilitado o(a) licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.9. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.10. O(A) licitante provisoriamente vencedor(a) em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado(a) a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.11. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do(a) licitante nos remanescentes.

11.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas neste Edital, o(a) licitante será declarado(a) vencedor(a).

11.13. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o(a) licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

11.14. O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos(as) licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

11.15. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de documentos de habilitação apresentados, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.16. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de habilitação de proposta e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação à todos os licitantes.

11.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei 14.133/2021, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

b) na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo de 02(duas) horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

11.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja

proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já houver sido encerrada não caberá à exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12 - DAS DECLARAÇÕES

12.1. Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública ou suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Ibiá, podendo ser utilizado o modelo do Anexo V deste Edital, na forma do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo art. 68, da Lei nº 14.133/2021, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VI deste Edital;

12.3. Declaração atestando que a empresa licitante não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VII deste Edital.

12.4. Declaração atestando que a empresa licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, podendo ser utilizado o modelo do Anexo VIII deste Edital, na forma do art.63, IV da Lei nº 14.133/2021.

13 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do(a) licitante declarado(a) vencedor(a) deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no Sistema Eletrônico e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo(a) licitante ou seu representante legal.

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do(a) licitante vencedor(a), para fins de pagamento.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos, e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção a(ao) CONTRATADA(O), se for o caso.

13.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, **tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência**, vinculam a(o) CONTRATADA(O).

13.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

13.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro(a) licitante.

14 - DOS RECURSOS

- 14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão; e
 - b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 14.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 14.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 14.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.7. Os recursos interpostos fora do prazo ou com defeitos formais não serão conhecidos de ofício pelo Pregoeiro, dispensando-se decisão da Autoridade Superior.
- 14.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.licitanet.com.br].

15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - 15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o(a) licitante declarado(a) vencedor(a) não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
 - 15.1.3. Na hipótese de cancelamento de preço registrado e/ou cancelamento de ata de registro de preço e, não existindo cadastro de reserva, ou seja, impossível sua utilização, será reaberta sessão para convocação dos remanescentes, nos termos do § 7º do Art. 90 da Lei nº 14.133/2021, para dizer se aceitam fornecer o serviço pelo valor ofertado pelas empresas contratadas (Art. 90, §2º) ou, quando frustrada, pelo preço até no máximo nas condições ofertadas por eles (Art. 90, §4º), desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, assinando-se nova ata administrativa em caso de êxito.
- 15.2. Todos(as) os(a) licitantes remanescentes deverão ser convocados com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para acompanhar a sessão reaberta.
- 15.2.1. A convocação se dará por meio do Sistema Eletrônico ("chat") da Plataforma *Licitanet*.

16 - DA FISCALIZAÇÃO

16.1. O Modelo de Gestão e Fiscalização da contratação está descrita no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. As condições de pagamento da contratação estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

18 - DO PREÇO

18.1. As condições do preço da contratação estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

19 - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

19.1. As condições relativas ao reequilíbrio econômico financeiro da contratação estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. As obrigações das partes na contratação estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

21 - DA VIGÊNCIA DA ARP

21.1. A ARP terá sua vigência de por 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

21.2. No termos da parte final artigo 11 do Decreto Municipal nº 6.221, de 01 de Novembro de 2023, por se tratar de hipótese de registro de preços para futura e eventual aquisição de item de necessidade permanente da Administração, portanto, com natureza de fornecimento contínuo, a ARP poderá ser renovada por outro período de até 12 (doze) meses, oportunidade na qual poderá ser renovado o quantitativo registrado na ARP regional, desde que atendidos os critérios de interesse público e vantajosidade em favor da administração.

21.3. O ato de prorrogação da vigência da ARP deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e indicar o quantitativo renovado, até o limite inicialmente registrado.

22-DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Após a homologação da licitação ou a autorização da contratação direta, o Registro de Preços de acordo Lei Federal nº 14.133/2021, de 01º de abril de 2021, observará, entre outras, as seguintes condições:

- a) serão registradas na Ata de Registro de Preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta;
- b) será incluído na respectiva ata, na forma anexo o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos dos licitantes vencedores na ordem de classificação do certame; e
- c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Ibiá – MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

22.1.1. O Registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata.

22.1.2. Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos dos licitantes vencedores, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

22.1.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

22.1.4. O compromisso de fornecimento também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto com preço igual ao do licitante vencedor.

22.1.5. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município de Ibiá – MG para assumir o remanescente da Ata de Registro de Preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01(um) ano e poderá ser prorrogado, por até igual período, desde que comprovado o interesse público e a vantajosidade, renovando-se o saldo inicial.

22.2.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços na prevista no art. 84da lei 14.133/21, os quantitativos fixados na licitação ou no instrumento de contratação direta serão renovados para um novo período de vigência.

22.2.2. O contrato decorrente do sistema de registro de preços deverá ser celebrado no prazo de validade da Ata de Registro de Preço.

22.2.3. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, observado o disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2.4. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços poderá ser alterado em conformidade com as disposições nela contidas, observado ainda o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo também sempre observar as demais normas gerais que regem os contratos administrativos, em especial aquelas que constam da referida lei federal.

22.2.5. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto, no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

23 – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

23.1. De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, de 01º de abril de 2021, observará, entre outras, as seguintes condições:

23.1.1. Autorizado o registro de Preços para a contratação direta ou homologado o resultado da licitação, o proponente ou o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, até 05

(cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação, podendo o prazo ser prorrogado um vez por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

23.1.2. É facultado a administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro e preços no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes que aceitarem registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.

23.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 6.221, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, a administração poderá:

a) convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e celebrar a Ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

23.3. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

23.3.1. A recusa injustificada do fornecedor mais bem classificado em assinar a Ata de Registro de preços dentro do prazo estabelecido no Edital ou instrumento de contratação direta ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

23.4. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por meio de contrato ou outro instrumento compatível, nos termos da lei.

23.4.1. O instrumento de contrato previsto neste edital poderá ser substituído, a critério da Administração, por outros instrumentos como nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de serviço ou outro instrumento hábil, somente nas hipóteses descritas nos incisos I e II do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.4.2. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

24 - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1 - O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2024, no Decreto Municipal nº 6.221/2023 e demais normas complementares.

25 - DA ADESÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

25.1. As quantidades previstas na Ata de registro de Preço foram estimadas com base na realidade do município de Ibiá/MG, portanto **NÃO SERÁ PERMITIDA** a Adesão de órgão ou entidades, conforme previsto no Capítulo VIII, artigos 31, 32 e 33 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2021, que regulamenta a utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes.

26 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

26.1. As infrações administrativas e sanções estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

27 - DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

27.1. As condições para alteração dos preços registrados estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

28 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS

28.1. As condições de cancelamento da ata de registro de preços e dos preços registrados estão descritas no Termo de Referência – TR que consta como Anexo I do presente Edital.

29 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

29.1. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do objeto licitado estão previsto na Lei Orçamentária para o exercício de 2026/2027.

02.01.01.04.122.0122.2105.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	36	MAN. COMEMORAÇÕES CÍVICAS E COMEMORATIVAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.01.01.04.122.0123.2101.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	40	MAN. ATIV.GABINETE DO PREFEITO	MATERIAL DE CONSUMO
02.01.02.04.122.0123.2112.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	46	MAN.ATIV.ASSESSORIA EXECUTIVA	MATERIAL DE CONSUMO
02.01.03.06.181.0122.2108.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	53	MAN.CONVENIO POLICIA CIVIL	MATERIAL DE CONSUMO
02.02.01.04.124.0123.2116.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	63	MAN.ATIV.CONTROLE INTERNO	MATERIAL DE CONSUMO
02.03.01.04.122.0123.2118.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	68	MAN.ATIV.DESENV.SUST.E COMUNICAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.04.01.04.122.0123.2120.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	84	MAN.ATIV-ASSUNTOS JURIDICOS	MATERIAL DE CONSUMO
02.04.03.02.062.0119.2136.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	90	MA.ATIV.PROCON	MATERIAL DE CONSUMO
02.03.01.04.122.0123.2118.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	68	MAN.ATIV.DESENV.SUST.E COMUNICAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.05.01.04.122.0123.2125.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	99	MAN.ATIV.-ADM.GESTÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.01.12.122.0111.2143.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	147	MAN.ATIV.ADM.EDUCAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.02.12.361.0111.2153.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	167	MAN.ATIV.ENSINO FUNDAMENTAL	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.02.12.365.0111.2152.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	190	MAN.ATIV.EDUCAÇÃO INFANTIL	MATERIAL DE CONSUMO

02.06.02.12.365.0111.2158.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.569.000.0000 Outras Transf.de Rec.FNDE	195	MAN.C.E.I E BERÇÁRIOS	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.04.12.306.0111.2404.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	223	MANUT.DOS PROG.ALIM.POP.PADARIA	MATERIAL DE CONSUMO
02.07.01.04.122.0123.2171.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	248	MAN.ATIV.ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO	MATERIAL DE CONSUMO
02.09.01.20.122.0123.2205.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	277	MAN. ATIV.ADM.AGRICULTURA	MATERIAL DE CONSUMO
02.10.01.27.122.0123.2218.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	305	MAN.ATIV.- ADM. ESPORTES, LAZER	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.01.13.392.0112.2236.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	337	MAN.ATIV.-ADM.CULTURA	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.01.13.392.0112.2237.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	341	AP.FESTAS CIVICAS,TRAD,MANIF,FOLCLORICA S	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.02.13.392.0112.2251.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	347	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.04.13.392.0112.2247.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	359	APOIO AS ATIV. ART.E CULTURAIS	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.04.13.392.0112.2250.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	363	MAN.DAS ATIVIDADES DA FEIRA LIVRE	MATERIAL DE CONSUMO
02.12.01.04.122.0104.2254.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	370	MAN.ATIV.-ADM.OBRAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.13.01.04.122.0123.2286.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	440	MAN. ATIVIDADES - ADM. LOGISTICA	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.1054.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	455	MAN. CASA DE APOIO DE BARRETOS E UBERABA	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.2240.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed.	464	MAN.DAS ATIV.DO NASF	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.2295.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.	467	MAN.ATIV.-UBS	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.2396.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed.	477	MANUTENÇÃO DO PMAQ	MATERIAL DE CONSUMO

02.14.02.10.122.0115.1216.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	492	REAL.CONFERENCIA MUN.DE SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.02.10.122.0115.2311.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov	495	MAN.DE PROG.DE SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.02.10.122.0115.2329.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.	503	MAN.ATIV.-GESTÃO A SAÚDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.04.10.305.0115.2320.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov. 1.659.000.0000 Outros Recursos Vinculados à Saúde.	564	DESENV.DAS AÇÕES EM VIG SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.04.10.305.0115.2507.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	569	MAN.ATIV.CENTRO DE CASTRAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.05.10.303.0115.2323.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.	584	MAN.ATIV.ASSIS.FARMACEUTICA	MATERIAL DE CONSUMO
02.16.00.08.122.0113.2188.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social 1.661.000.0000 Transf. Recur. Fundos Estaduais de Assist.a	598	MAN.ATIV.-DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MATERIAL DE CONSUMO
02.18.01.14.243.0113.2340.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	624	DESENV. E APOIO AÇÕES ATEND CRIANÇA E ADOL.	MATERIAL DE CONSUMO
02.18.01.14.243.0113.2453.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	630	MANUT. RECURSOS F.I.A	MATERIAL DE CONSUMO
02.22.01.08.241.0113.2504.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	646	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.122.0113.2269.3.3.90.30 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	652	IGD-BOLSA FAMILIA	MATERIAL DE CONSUMO

02.23.01.08.122.0113.2446.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social 1.661.000.0000 Transf. Rec. Fundos Estaduais de Assist.	662	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.243.0113.2451.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	675	MANUT.PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.245.0113.2203.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	683	MANUT.PROTEÇÃO SOCIAL BASICA CRAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.245.0113.2387.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social 1.661.000.0000 Transf. Rec. Fundos Estaduais de Assist.	689	MANUT.PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CREAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.24.01.08.243.0113.2193.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	697	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	MATERIAL DE CONSUMO

30-DOS ESCLARECIMENTOS/ IMPUGNAÇÃO /RECURSO

30.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar os termos deste Edital, mediante petição.

30.2. A impugnação deverá ser realizada, por forma eletrônica, obrigatoriamente através do Sistema Eletrônico do site <https://licitanet.com.br/>.

30.3. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus Anexos, decidir sobre a impugnação e divulgar em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

30.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos deste Pregão Eletrônico.

30.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

30.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Pregão Eletrônico deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), serem divulgados em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, mediante petição, por forma eletrônica, obrigatoriamente, através do Sistema Eletrônico do site <https://licitanet.com.br/>.

30.6. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus Anexos.

30.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente de acordo com o art. 168 da nº 14.133/2021

30.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo Sistema para os interessados, e vincularão os participantes e a Administração.

30.9. As Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

31 - DAS CONDIÇÕES PARA ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

31.1. Inexistindo manifestação recursal o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

31.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatados a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

32 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. A participação na presente licitação implica na concordância tácita, por parte da licitante, com todos os termos e condições deste edital.

32.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

32.3. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior da Prefeitura, em qualquer fase da licitação, suspender o processo para análise técnica, promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

32.4. Poderá a ainda, quando entender necessário, suspender a sessão para análise detalhada da documentação de habilitação e propostas de preços.

32.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

32.6. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital, inclusive a sessão pública, serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

32.7. As Normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

32.8. A Administração poderá revogar a licitação por interesse pública, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 71 da Lei nº 14.133/2021).

32.9. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, devendo fazê-lo até 3(três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

32.10. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

32.11. Serão de exclusiva responsabilidade da adjudicatária todas as despesas necessárias à contratação, inclusive o registro do respectivo instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, se for o caso.

32.12. O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2º, do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

32.13. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do(a) licitante.

32.14. O(A) licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do(a) licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

32.15. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

32.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.licitanet.com.br, www.ibia.mg.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 17:30 horas, no Setor de Licitações, na Av. Tancredo Neves, nº 663, Bairro Centro, CEP: 38.950-000, IBIÁ/MG, SEM ÔNUS, e maiores informações na sede da Prefeitura, no endereço acima, ou através do Telefone/Fax (34) 3631-5754, sendo que os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

32.17. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

32.18. As decisões do(a) Pregoeiro(a) serão publicadas no AMM - Associação Mineira de Municípios no Diário Oficial e divulgadas nos sites: <https://www.licitanet.com.br> e <https://www.ibia.mg.gov.br/>, e também poderão ser lidos de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 17:30 horas, no Setor de Licitações, Setor de Licitações, na Av. Tancredo Neves, nº 663, Bairro Centro, CEP: 38.950-000, IBIÁ/MG, e maiores informações na sede da Prefeitura, no endereço acima, ou através do Telefone/Fax (34) 3631-5754, sendo que os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

32.19. O Município de IBIÁ-MG poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

32.20. As informações previstas neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que omita em um documento e mencione em outro serão considerados válidos.

32.20.1. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

32.21. As questões não previstas neste edital serão resolvidas pelo Pregoeiro com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis.

32.22. O Fornecedor não poderá caucionar ou utilizar a ARP para qualquer operação financeira.

32.23. O Fornecedor não poderá:

32.23.1. Subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada;

32.23.2. Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do Contratante.

32.24. Demais informações pelo telefone (034-3631-5754) Av. Tancredo Neves nº 663 – Centro – CEP: 38.950-000 - Ibiá MG, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h30min.

32.25. Fica eleito o foro da Comarca de Ibiá, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.



Ibiá-MG, 08 de julho de 2026.

Secretaria Municipal de Saúde

Ticiane Angélica dos Santos

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

Felisberto Paiva Carvalho

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

João Henrique Assunção

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Kassiléia Aparecida de Souza

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

Felisberto Paiva Carvalho

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunicação

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Leandro Fabrício Marques Reis

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Helvécio Nascimento

Secretaria Municipal Logística

Alexandre Mantoani

Secretaria de Fazenda e Planejamento

Rodrigo Mendes Braz

Secretaria Municipal de Educação

Inês Nascimento Correa

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Silvia Helena Pinheiro Moraes



Secretaria Municipal de Gestão
Nahiara Christina Albino Kersul

Secretaria Municipal de Gabinete
Livia Maria Pimenta Rodrigues Reis

Secretaria Municipal de Controle Interno
Clarice Nascimento Silveira

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDATICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG**, conforme especificações constantes no presente Termo de Referência.

1.2. A presente contratação caracteriza-se como aquisição de bens, na modalidade de fornecimento parcelado, destinada ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais, especialmente das unidades administrativas, educacionais, culturais e assistenciais do Município, não se tratando de prestação de serviços.

1.3. Os materiais objeto da contratação enquadram-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, permitindo a definição precisa de suas características técnicas, funcionais e de desempenho, bem como a formulação objetiva das propostas pelos licitantes.

1.4. A contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, em razão da natureza continuada e recorrente das necessidades administrativas, da utilização permanente dos materiais pelas diversas unidades da Administração Municipal e da impossibilidade de definição prévia do quantitativo exato que será demandado durante a vigência da Ata de Registro de Preços, possibilitando aquisições parceladas conforme a efetiva necessidade da Administração, observadas as disponibilidades orçamentárias.

1.5. O julgamento das propostas e a adjudicação ocorrerão por itens, considerando a autonomia funcional dos materiais, a ampla diversidade dos produtos que compõem o objeto, a inexistência de prejuízo técnico decorrente do parcelamento da contratação e a ampliação da competitividade, possibilitando a participação do maior número possível de fornecedores especializados em cada segmento, em conformidade com os princípios da isonomia, da competitividade, da eficiência e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

1.6. Os quantitativos estimados para cada item foram definidos com base no histórico de consumo das Secretarias Municipais, nas demandas apresentadas pelas unidades administrativas, escolares e demais órgãos da Administração, nas estimativas constantes do Estudo Técnico Preliminar, bem como na previsão de atendimento das necessidades durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, encontrando-se discriminados na planilha de especificações e quantitativos integrante deste Termo de Referência, compreendendo, dentre outros, os seguintes grupos de materiais:

- papéis para impressão, escrita, desenho, artesanato e uso administrativo;
- cadernos, livros, blocos, envelopes e demais impressos;
- canetas, lápis, borrachas, apontadores, marcadores, pincéis e materiais para escrita e desenho;
- colas, tintas, massas para modelagem, EVA, cartolinas, papéis especiais e materiais destinados às atividades pedagógicas e de artesanato;
- pastas, caixas organizadoras, grampeadores, perfuradores, régua, tesouras e demais materiais de expediente;
- fitas adesivas, barbantes, elásticos, clips, grampos, etiquetas e materiais auxiliares de escritório;
- brinquedos educativos, jogos pedagógicos, materiais de psicomotricidade e recursos destinados às atividades escolares;
- equipamentos de apoio às atividades administrativas, tais como plastificadoras, encadernadoras, guilhotinas, refiladoras, calculadoras e equipamentos correlatos;
- demais materiais de expediente, escolares, pedagógicos e correlatos especificados na planilha de itens.

1.7. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 01 (um) ano, contado de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, na forma do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.8. Os contratos administrativos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência estabelecida no respectivo instrumento convocatório e contratual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo válidas as obrigações assumidas pelas partes até o integral cumprimento do objeto.

1.9. As especificações técnicas constantes deste Termo de Referência foram elaboradas de forma objetiva, suficiente e compatível com as necessidades da Administração, observando as normas técnicas aplicáveis, os requisitos de qualidade, desempenho, segurança e certificações exigidas pela legislação vigente para os produtos que assim o demandem, vedadas exigências excessivas, desnecessárias ou capazes de restringir indevidamente a competitividade do certame. Eventual referência a marcas, quando existente, terá caráter exclusivamente referencial ou estará devidamente fundamentada nas hipóteses legalmente admitidas pelo art. 41 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo admitidos produtos equivalentes, similares ou de melhor qualidade, desde que comprovado o atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

2. SECRETARIAS REQUISITANTES:

2.1. Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito

2.2. Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

2.3. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunicação

2.4. Secretaria Municipal de Gestão

2.5. Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento

2.6. Secretaria Municipal de Logística

2.7. Secretaria Municipal de Educação

2.8. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

2.9. Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

2.10. Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

2.11. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

2.12. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

2.13. Fundo Municipal de Saúde

2.14. Secretaria Municipal de Controle Interno

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente contratação encontra-se fundamentada nas conclusões constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, cujas análises demonstraram a necessidade, adequação e viabilidade da solução pretendida para atendimento do interesse público.

3.2. O Estudo Técnico Preliminar identificou a necessidade de garantir o fornecimento contínuo de materiais de expediente, materiais escolares, materiais pedagógicos, materiais para artesanato, brinquedos educativos, equipamentos de apoio às atividades administrativas e demais materiais correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias Municipais e de suas unidades administrativas, educacionais, culturais, esportivas e assistenciais.

3.3. A contratação decorre da necessidade permanente de assegurar o adequado funcionamento das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal, considerando que os materiais objeto desta contratação constituem insumos indispensáveis ao desempenho das atividades administrativas, à execução das políticas públicas educacionais, ao desenvolvimento das ações pedagógicas nas unidades escolares, ao atendimento das atividades culturais, esportivas e assistenciais, bem como ao regular

funcionamento dos diversos órgãos municipais. A indisponibilidade desses materiais comprometeria diretamente a continuidade dos serviços públicos, a execução das atividades de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento de projetos educacionais e sociais e o atendimento adequado da população.

3.4. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, a demanda apresenta caráter contínuo, recorrente e variável, em razão da impossibilidade de se prever, com exatidão, o quantitativo de materiais que será efetivamente consumido durante a vigência da contratação, uma vez que sua utilização depende das necessidades operacionais de cada Secretaria Municipal, da variação do número de alunos atendidos pela rede municipal de ensino, da realização de atividades pedagógicas, eventos institucionais, campanhas educativas, projetos sociais, ações culturais e demais atividades administrativas desenvolvidas pelo Município.

3.5. A contratação encontra previsão no Plano de Contratações Anual – PCA do Município, estando alinhada ao planejamento institucional e às necessidades previamente identificadas pela Administração Municipal, em conformidade com o princípio do planejamento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6. Durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar foi realizado levantamento de mercado, mediante análise das soluções disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, concluindo-se que a aquisição dos materiais por meio do Sistema de Registro de Preços constitui a alternativa técnica e economicamente mais vantajosa. A utilização do Sistema de Registro de Preços possibilita aquisições parceladas conforme a efetiva demanda das Secretarias Municipais, evitando a formação de estoques excessivos, reduzindo custos de armazenagem, minimizando perdas decorrentes de deterioração, vencimento, desatualização ou obsolescência dos materiais, além de proporcionar maior eficiência na gestão dos recursos públicos e maior flexibilidade no atendimento das demandas ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

3.7. As estimativas dos quantitativos foram definidas com base no histórico de consumo das diversas Secretarias Municipais, nas demandas formalizadas pelos órgãos requisitantes, na quantidade de unidades administrativas e escolares atendidas, no número de alunos matriculados na rede municipal de ensino, nas ações e projetos institucionais previstos para o período de vigência da contratação, bem como nas memórias de cálculo constantes do Estudo Técnico Preliminar.

3.8. Quanto ao parcelamento da contratação, o Estudo Técnico Preliminar concluiu pela adoção da licitação por itens, considerando a ampla diversidade de materiais que compõem o objeto, a autonomia funcional entre os diversos produtos, a existência de fabricantes e fornecedores especializados em segmentos distintos do mercado e a possibilidade de ampliação da competitividade, sem prejuízo da execução contratual, observados os critérios de vantajosidade econômica, eficiência administrativa e atendimento ao interesse público.

3.9. Entre os resultados pretendidos destacam-se a garantia do abastecimento contínuo das Secretarias Municipais e das unidades escolares, a melhoria das condições de desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas, a disponibilização de materiais de qualidade compatíveis com as normas técnicas aplicáveis, o atendimento tempestivo das demandas das diversas unidades administrativas, a racionalização da gestão dos estoques, a redução de aquisições emergenciais, a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos, o fortalecimento das políticas públicas de educação, cultura, esporte e assistência social, bem como a promoção de melhores condições para a prestação dos serviços públicos municipais.

3.10. Diante das análises técnicas realizadas, o Estudo Técnico Preliminar concluiu que a contratação é necessária, adequada, viável e compatível com as necessidades da Administração Municipal, recomendando o prosseguimento do procedimento licitatório, por representar a solução mais eficiente para assegurar o fornecimento contínuo dos materiais necessários ao regular funcionamento dos serviços públicos.

3.11. A presente contratação encontra amparo, especialmente, nos arts. 6º, inciso XXIII, 18, 40, 82 a 86 e demais disposições aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021, observando ainda os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, interesse

público, desenvolvimento nacional sustentável, competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, bem como as orientações dos órgãos de controle acerca da elaboração dos instrumentos de planejamento das contratações públicas.

4. EXPECTATIVA DE QUANTIDADES, ESTIMATIVA DE PREÇOS E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA E MAPA DE RISCOS:

4.1. O objeto a ser licitado será de acordo com a seguinte tabela:

Item	Cód.	Descrição	Unid.	Especificação	Quant.	Valor Médio Unitário	Valor Médio Total
1	69321	PAPEL SULFITE A4 BRANCO - 75G. ALCALINO - Similar aos Copimax, Chamex ou Report - Pacote com 500 folhas. (COTA PRINCIPAL DO ITEM 251)	PACOTE	PAPEL SULFITE A4 BRANCO - 75G. ALCALINO - Similar aos Copimax, Chamex ou Report - Pacote com 500 folhas. (COTA PRINCIPAL DO ITEM 251)	9558	R\$ 33,06	R\$ 315.987,48
2	69322	ABRAÇADEIRA DE NYLON 20 cm - PACOTE COM 100 UND	PACOTE	ABRAÇADEIRA DE NYLON 20 cm - PACOTE COM 100 UND	585	R\$ 22,20	R\$ 12.987,00
3	69323	ABRAÇADEIRA DE NYLON 25 cm - PACOTE COM 100 UND	PACOTE	ABRAÇADEIRA DE NYLON 25 cm - PACOTE COM 100 UND	65	R\$ 7,05	R\$ 458,25
4	69324	ALFINETE PARA MURAL Caixa com 50 unidades	CAIXA	ALFINETE PARA MURAL Caixa com 50 unidades	110	R\$ 6,85	R\$ 753,50
5	69325	ALMOFADA PARA CARIMBO AZUL Nº3 - SIMILAR A PILOT	UNID.	ALMOFADA PARA CARIMBO AZUL Nº3 - SIMILAR A PILOT	389	R\$ 12,19	R\$ 4.741,91
6	69326	APAGADOR DE GIZ PARA QUADRO NEGRO COM DEPÓSITO	UNID.	APAGADOR DE GIZ PARA QUADRO NEGRO COM DEPÓSITO	552	R\$ 6,08	R\$ 3.356,16
7	69327	APONTADOR PLÁSTICO COM DEPÓSITO - Apontador de plástico com depósito com 01 furo	UNID.	APONTADOR PLÁSTICO COM DEPÓSITO - Apontador de plástico com depósito com 01 furo	2745	R\$ 1,01	R\$ 2.772,45
8	69328	BARBANTE - algodão cru - 8 fios - Rolo com 200g	ROLO	BARBANTE - algodão cru - 8 fios - ROLO COM 200g	413	R\$ 9,97	R\$ 4.117,61
9	69329	BEXIGA Nº 07 - cores diversas (rosa, azul, amarelo, verde, dourado, laranja, roxo, branca, vermelho, preto). A quantidade de cada cor a ser entregue será de acordo com a solicitação. Pacote com 50 unidades	PACOTE	BEXIGA Nº 07 - cores diversas (rosa, azul, amarelo, verde, dourado, laranja, roxo, branca, vermelho, preto). A quantidade de cada cor a ser entregue será de acordo com a solicitação. Pacote com 50 unidades	961	R\$ 5,03	R\$ 4.833,83
10	69330	BEXIGA Nº 09-cores diversas(rosa, azul, amarelo, verde, dourado, laranja, roxo, branca, vermelho, preto). A quantidade de cada cor a ser entregue será de acordo com a solicitação. Pacote com 50 unidades	PACOTE	BEXIGA Nº 09 - cores diversas (rosa, azul, amarelo, verde, dourado, laranja, roxo, branca, vermelho, preto). A quantidade de cada cor a ser entregue será de acordo com a solicitação. Pacote com 50 unidades	226	R\$ 13,30	R\$ 3.005,80

11	69331	BEXIGA CANUDO LISA - LATEX - 260 - PALITO AMARRAÇÃO ESPAGUETE - MODELAGEM FESTA - cores diversas - a quantidade de cada cor a ser entregue será de acordo com a solicitação - PACOTE COM 50 UNIDADES	PACOTE	BEXIGA CANUDO LISA - LATEX - 260 - PALITO AMARRAÇÃO ESPAGUETE - MODELAGEM FESTA - cores diversas - a quantidade de cada cor a ser entregue será de acordo com a solicitação - PACOTE COM 50 UNIDADES	101	R\$ 11,83	R\$ 1.194,83
12	69332	BOBINA PARA CALCULADORA - 57mm X 30 m	UNID.	BOBINA PARA CALCULADORA - 57mm X 30 m	101	R\$ 3,17	R\$ 320,17
13	69333	BOLAS DE ISOPOR 15mm - pacote com 200 unidades	PACOTE	BOLAS DE ISOPOR 15mm - pacote com 200 unidades	650	R\$ 42,49	R\$ 27.618,50
14	69334	BOLAS DE ISOPOR 30mm - Pacote com 100 unidades	PACOTE	BOLAS DE ISOPOR 30mm - Pacote com 100 unidades	650	R\$ 23,49	R\$ 15.268,50
15	69335	BOLAS DE ISOPOR 50mm Pacote com 50 unidades	PACOTE	BOLAS DE ISOPOR 50mm Pacote com 50 unidades	650	R\$ 28,24	R\$ 18.356,00
16	69336	BORRACHA BRANCA - CAIXA COM 40 UNIDADES	CAIXA	BORRACHA BRANCA - CAIXA COM 40 UNIDADES	471	R\$ 13,09	R\$ 6.165,39
17	69337	CADERNO BROCHURÃO 20,5 X 28cm - 96 FOLHAS	UNID.	CADERNO BROCHURÃO 20,5 X 28cm - 96 FOLHAS	10140	R\$ 7,10	R\$ 71.994,00
18	69338	CADERNO CAPA DURA GRANDE - 96 FOLHAS	UNID.	CADERNO CAPA DURA GRANDE - 96 FOLHAS	4489	R\$ 8,42	R\$ 37.797,38
19	69339	CADERNO DE CALIGRAFIA 48 FOLHAS	UNID.	CADERNO DE CALIGRAFIA 48 FOLHAS	3000	R\$ 1,85	R\$ 5.550,00
20	69340	CADERNO DE DESENHO GRANDE - Sem seda com 48 folhas	UNID.	CADERNO DE DESENHO GRANDE - Sem seda com 48 folhas	3000	R\$ 1,70	R\$ 5.100,00
21	69341	CADERNO ESPIRAL GRANDE 200 FLS - 10 MATERIAS 203 X 280 mm	UNID.	CADERNO ESPIRAL GRANDE 200 FLS - 10 MATERIAS 203 X 280 mm	20	R\$ 10,85	R\$ 217,00
22	69342	CAIXA BOX POLIONDA - caixa Box para arquivo em polionda, tamanho ofício, cor azul.	UNID.	CAIXA BOX POLIONDA - caixa Box para arquivo em polionda, tamanho ofício, cor azul.	2282	R\$ 5,25	R\$ 11.980,50
23	69343	CALCULADORA DE MESA DIGITAL COM 12 DIGITOS	UNID.	CALCULADORA DE MESA DIGITAL COM 12 DIGITOS	415	R\$ 12,81	R\$ 5.316,15
24	69344	CALCULADORA ELÉTRICA COM 12 DIGITOS, COM BOBINA E IMPRESSÃO. Similar ou superior à Elgin MA-5121.	UNID.	CALCULADORA ELÉTRICA COM 12 DIGITOS, COM BOBINA E IMPRESSÃO. Similar ou superior à Elgin MA-5121.	20	R\$ 464,72	R\$ 9.294,40
25	69345	CANETA ESFEROGRÁFICA - Nas cores azul/vermelho/preta. Similar a BIC. A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação. Caixa com 50 unidades	CAIXA	CANETA ESFEROGRÁFICA - Nas cores azul/vermelho/preta. Similar a BIC. A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação. Caixa com 50 unidades	985	R\$ 43,90	R\$ 43.241,50
26	69346	CANETA HIDROGRÁFICA PONTA FINA Caixa com 12 cores	CAIXA	CANETA HIDROGRÁFICA PONTA FINA Caixa com 12 cores	65	R\$ 11,70	R\$ 760,50
27	69347	CANETA MARCA TEXTO FLUORESCENTE- AMARELA/ ROSA / AZUL/ VERDE - A quantidade de cada cor a ser entregue é de	CAIXA	CANETA MARCA TEXTO FLUORESCENTE- AMARELA/ ROSA / AZUL/ VERDE - A quantidade de cada cor a ser entregue é de	3412	R\$ 11,41	R\$ 38.930,92

		acordo com a solicitação. Caixa com 12 unidades		acordo com a solicitação. Caixa com 12 unidades			
28	69348	CANETA PARA RETROPROJETOR AZUL 2,0 mm	UNID.	CANETA PARA RETROPROJETOR AZUL 2,0 mm	112	R\$ 1,31	R\$ 146,72
29	69349	CARBONO 1 FACE COMUM - A4 210 X 297 mm - AZUL Caixa com 100 unidades	CAIXA	CARBONO 1 FACE COMUM - A4 210 X 297 mm - AZUL Caixa com 100 unidades	121	R\$ 31,25	R\$ 3.781,25
30	69350	CARTOLINA DUPLA - COR BRANCA - 66 X 96cm	UNID.	CARTOLINA DUPLA - COR BRANCA - 66 X 96cm	2045	R\$ 2,11	R\$ 4.314,95
31	69351	CARTOLINA ESCOLAR 150G - 50 X 66 CM - NAS CORES AZUL/ AMARELO/ VERDE/ VERMELHO/ ROSA/ BRANCO - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	UNID.	CARTOLINA ESCOLAR 150G - 50 X 66 CM - NAS CORES AZUL/ AMARELO/ VERDE/ VERMELHO/ ROSA/ BRANCO - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	2375	R\$ 2,35	R\$ 5.581,25
32	69352	CLIPS 2/0 Caixa com 500g	CAIXA	CLIPS 2/0 Caixa com 500g	391	R\$ 10,26	R\$ 4.011,66
33	69353	CLIPS 3/0 Caixa com 500g	CAIXA	CLIPS 3/0 Caixa com 500g	393	R\$ 16,47	R\$ 6.472,71
34	69354	CLIPS 8/0 Caixa com 500g	CAIXA	CLIPS 8/0 Caixa com 500g	377	R\$ 10,47	R\$ 3.947,19
35	69355	COLA BASTÃO 20G - Não tóxico seguro para crianças. Cola papel, cartolina, fotos e similares	UNID.	COLA BASTÃO 20G - Não tóxico seguro para crianças. Cola papel, cartolina, fotos e similares	361	R\$ 0,94	R\$ 339,34
36	69356	COLA LÍQUIDA BRANCA 90G - Similar a Tenaz Frasco de 90g	UNID.	COLA LÍQUIDA BRANCA 90G - Similar a Tenaz Frasco de 90g	13157	R\$ 2,92	R\$ 38.418,44
37	69357	COLA LÍQUIDA BRANCA ESCOLAR GRANDE 1000g Frasco de 1000g	UNID.	COLA LÍQUIDA BRANCA ESCOLAR GRANDE 1000g Frasco de 1000g	817	R\$ 17,91	R\$ 14.632,47
38	69358	COLA SIMILAR A UNIVERSAL PEGAMIL 17G - Atóxica desenvolvido especialmente para uso em trabalhos manuais, hobbies, artesanato e pequenos reparos. Transparente e fácil de limpar. Não contém tolueno. Indicado para papel cartão, passamarania, renda, tecido, cortiça, madeira, couro, acrílico, PVC, plásticos e etc.	UNID.	COLA SIMILAR A UNIVERSAL PEGAMIL 17G - Atóxica desenvolvido especialmente para uso em trabalhos manuais, hobbies, artesanato e pequenos reparos. Transparente e fácil de limpar. Não contém tolueno. Indicado para papel cartão, passamarania, renda, tecido, cortiça, madeira, couro, acrílico, PVC, plásticos e etc.	410	R\$ 3,93	R\$ 1.611,30
39	69359	COLCHETE METÁLICO PARA PASTA Nº 6 Caixa com 72 unidades	CAIXA	COLCHETE METÁLICO PARA PASTA Nº 6 Caixa com 72 unidades	42	R\$ 7,05	R\$ 296,10
40	69360	CORDÃO DE NYLON TRANÇADO, 100m cor branca Rolo	ROLO	CORDÃO DE NYLON TRANÇADO, 100m cor branca Rolo	12	R\$ 11,86	R\$ 142,32
41	69361	CORRETIVO BRANCO LÍQUIDO A BASE D'ÁGUA - FRASCO/18ml.	UNID.	CORRETIVO BRANCO LÍQUIDO A BASE D'ÁGUA - FRASCO/18ml.	387	R\$ 1,65	R\$ 638,55
42	69362	ELÁSTICO PARA DINHEIRO Pacote com 500g	PACOTE	ELÁSTICO PARA DINHEIRO Pacote com 500g	51	R\$ 12,44	R\$ 634,44
43	69363	ENVELOPE BRANCO	UNID.	ENVELOPE BRANCO	17400	R\$ 1,16	R\$ 20.184,00

		OFÍCIO SEM CEP -114 X 229 mm		OFÍCIO SEM CEP -114 X 229 mm			
44	69364	ENVELOPE CARTA COMERCIAL 114 X 162mm PAPEL BRANCO 63g	UNID.	ENVELOPE CARTA COMERCIAL 114 X 162mm PAPEL BRANCO 63g	800	R\$ 0,69	R\$ 552,00
45	69365	ENVELOPE SACO BRANCO 229 X 324 MM	UNIDADE	ENVELOPE SACO BRANCO 229 X 324 MM	1375	R\$ 0,50	R\$ 687,50
46	69366	ENVELOPE SACO KFRAT NATURAL - 80 g - 162 X 229mm.	UNID.	ENVELOPE SACO KFRAT NATURAL - 80 g - 162 X 229mm.	4500	R\$ 0,30	R\$ 1.350,00
47	69367	ENVELOPE SACO KFRAT NATURAL 80 g - 300 X 400 mm	UNID.	ENVELOPE SACO KFRAT NATURAL 80 g - 300 X 400 mm	1500	R\$ 0,76	R\$ 1.140,00
48	69368	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL 80 g - 114 X 162 MM	UNID.	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL 80 g - 114 X 162 MM	1500	R\$ 0,40	R\$ 600,00
49	69369	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL - 80G - 240 X 340 mm Caixa c/ 250 Unidades	CAIXA	ENVELOPE SACO KRAFT NATURAL - 80G - 240 X 340 mm, Caixa c/ 250 Unidades	175	R\$ 72,34	R\$ 12.659,50
50	69370	ESTILETE ESTREITO LAMINA 9mm	UNID.	ESTILETE ESTREITO LAMINA 9mm	1061	R\$ 1,58	R\$ 1.676,38
51	69371	ETIQUETA PARA PASTA SUSPENSÃO (VISOR) Pacote com 50 unidades	PACOTE	ETIQUETA PARA PASTA SUSPENSÃO (VISOR) Pacote com 50 unidades	398	R\$ 8,22	R\$ 3.271,56
52	69372	EXTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPÁTULA - EM METAL	UNID.	EXTRATOR DE GRAMPO TIPO ESPÁTULA - EM METAL	1197	R\$ 2,07	R\$ 2.477,79
53	69373	FITA ADESIVA COLORIDA 12mm X 10m - rolo com 10m - Nas cores amarelo/azul/verde/vermelho - De acordo com a solicitação. Rolo com 10m	ROLO	FITA ADESIVA COLORIDA 12mm X 10m - rolo com 10m - Nas cores amarelo/azul/verde/vermelho - De acordo com a solicitação. Rolo com 10m	250	R\$ 0,54	R\$ 135,00
54	69374	FITA ADESIVA DECORATIVA - 14mm x 2m estampas variadas Rolo	ROLO	FITA ADESIVA DECORATIVA - 14mm x 2m estampas variadas Rolo	100	R\$ 8,17	R\$ 817,00
55	69375	FITA ADESIVA DUPLA FACE FIXA FORTE - 19mm x 20m - marca de referencia 3M Rolo com 20m	ROLO	FITA ADESIVA DUPLA FACE FIXA FORTE - 19mm x 20m - marca de referencia 3M Rolo com 20m	120	R\$ 46,60	R\$ 5.592,00
56	69376	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - Dorso de celofane, rolo de 12mm x 40m - similar ao DUREX Rolo com 40m	ROLO	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - Dorso de celofane, rolo de 12mm x 40m - similar ao DUREX Rolo com 40m	1888	R\$ 0,64	R\$ 1.208,32
57	69377	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - Multiuso medindo aproximadamente 48mm x 50m Rolo com 50m	ROLO	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - Multiuso medindo aproximadamente 48mm x 50m Rolo com 50m	3402	R\$ 2,89	R\$ 9.831,78
58	69378	FITA CETIM - 5cm X 10m Cores Variadas Rolo com 10m	ROLO	FITA CETIM - 5cm X 10m Cores Variadas Rolo com 10m	20	R\$ 13,28	R\$ 265,60
59	69379	FITA CREPE BRANCA - 18mm X 50m Rolo com 50m	ROLO	FITA CREPE BRANCA - 18mm X 50m Rolo com 50m	4309	R\$ 3,24	R\$ 13.961,16
60	69380	FITA CREPE COLORIDO - 18mm x 50m - Cores Variadas - A quantidade de cada cor a ser entregue é de	ROLO	FITA CREPE COLORIDO - 18mm x 50m - Cores Variadas - A quantidade de cada cor a ser entregue é de	480	R\$ 4,64	R\$ 2.227,20

		acordo com a solicitação Rolo com 50m		acordo com a solicitação Rolo com 50m			
61	69381	FITA CREPE BRANCA LARGA - 48mm x 50m Rolo com 50m	ROLO	FITA CREPE BRANCA LARGA - 48mm x 50m Rolo com 50m	3235	R\$ 17,04	R\$ 55.124,40
62	69382	FITA DE DEMARCAÇÃO DE SOLO - 48mm x 30m - Cores Variadas - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação Rolo com 30m	ROLO	FITA DE DEMARCAÇÃO DE SOLO - 48mm x 30m - Cores Variadas - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação Rolo com 30m	260	R\$ 23,05	R\$ 5.993,00
63	69383	FITA DUPLA FACE 12mm X 30m Branca Rolo com 30m	ROLO	FITA DUPLA FACE 12mm X 30m Branca Rolo com 30m	430	R\$ 11,11	R\$ 4.777,30
64	69384	FITA DUPLA FACE 48mm X 30m Transparente Rolo com 30m	ROLO	FITA DUPLA FACE 48mm X 30m Transparente Rolo com 30m	60	R\$ 63,39	R\$ 3.803,40
65	69385	FITA ZEBRADA - 70mm x 200m Rolo com 200m	ROLO	FITA ZEBRADA - 70mm x 200m Rolo com 200m	1022	R\$ 15,31	R\$ 15.646,82
66	69386	FOLHA DE EVA COM GLITER - lavável, atóxico, totalmente anatômico - 800 x 600 x 2,0mm- nas cores amarelo, laranja, azul, vermelho, verde, rosa escuro, preto, marrom, branco, salmão, rosa bebê. Quantidade e cor de acordo com a solicitação.	UNID.	FOLHA DE EVA COM GLITER - lavável, atóxico, totalmente anatômico - 800 x 600 x 2,0mm- nas cores amarelo, laranja, azul, vermelho, verde, rosa escuro, preto, marrom, branco, salmão, rosa bebê. Quantidade e cor de acordo com a solicitação.	3035	R\$ 5,14	R\$ 15.599,90
67	69387	FOLHA DE EVA - lavável, atóxico, totalmente anatômico - 800 x 600 x 2,0mm- nas cores amarelo, laranja, azul, vermelho, verde, rosa escuro, preto, marrom, branco, salmão, rosa bebê. Quantidade e cor de acordo com a solicitação.	UNID.	FOLHA DE EVA - lavável, atóxico, totalmente anatômico - 800 x 600 x 2,0mm- nas cores amarelo, laranja, azul, vermelho, verde, rosa escuro, preto, marrom, branco, salmão, rosa bebê. Quantidade e cor de acordo com a solicitação.	7465	R\$ 3,05	R\$ 22.768,25
68	69388	GIZ BRANCO Caixa com 64 unidades	CAIXA	GIZ BRANCO Caixa com 64 unidades	650	R\$ 3,50	R\$ 2.275,00
69	69389	GIZ COLORIDO Caixa com 64 unidades	CAIXA	GIZ COLORIDO Caixa com 64 unidades	650	R\$ 5,29	R\$ 3.438,50
70	69390	GIZ DE CERA - FINO Caixa com 12 unidades	CAIXA	GIZ DE CERA - FINO Caixa com 12 unidades	535	R\$ 2,51	R\$ 1.342,85
71	69391	GIZ DE CERA - GROSSO - Caixa com 12 Unidades	CAIXA	GIZ DE CERA - GROSSO - Caixa com 12 Unidades	1825	R\$ 9,51	R\$ 17.355,75
72	69392	GLITER PVC NAS CORES - MULTICOR, AZUL, VERMELHO, VERDE, DOURADO, PRATEADO ROSA - CORES VARIADAS - PACOTE DE 100 GRAMAS	PACOTE	GLITER PVC NAS CORES - MULTICOR, AZUL, VERMELHO, VERDE, DOURADO, PRATEADO ROSA - CORES VARIADAS - PACOTE DE 100 GRAMAS	100	R\$ 9,83	R\$ 983,00
73	69393	GLITER EM PVC PARTÍCULAS FINAS IRISADO PEROLA - PACOTE DE 500GRAMAS	PACOTE	GLITER EM PVC PARTÍCULAS FINAS IRISADO PEROLA - PACOTE DE 500GRAMAS	20	R\$ 44,73	R\$ 894,60
74	69394	GRAMPEADOR DE MESA	UNID.	GRAMPEADOR DE MESA	856	R\$ 14,36	R\$ 12.292,16

		20 FOLHAS - Grampos 26/6 - Similar ao Tilibra.		20 FOLHAS - Grampos 26/6 - Similar ao Tilibra.			
75	69395	GRAMPEADOR DE MESA 100 FOLHAS - Grampos 23/6, 23/8, 23/10, 23/13 - Similar ao Tilibra.	UNID.	GRAMPEADOR DE MESA 100 FOLHAS - Grampos 23/6, 23/8, 23/10, 23/13 - Similar ao Tilibra.	83	R\$ 42,23	R\$ 3.505,09
76	69396	GRAMPEADOR DE ROCAMA - Grampos 106/08	UNID.	GRAMPEADOR DE ROCAMA - Grampos 106/08	151	R\$ 41,45	R\$ 6.258,95
77	69397	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 26/6 COBREDO Caixa com 5000 unidades	CAIXA	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 26/6 COBREDO Caixa com 5000 unidades	1423	R\$ 3,31	R\$ 4.710,13
78	69398	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 23/10 COBREDO Caixa com 5000 unidades	CAIXA	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR 23/10 COBREDO Caixa com 5000 unidades	813	R\$ 16,99	R\$ 13.812,87
79	69399	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR ROCAMA 106/08 Caixa com 2500 unidades	CAIXA	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR ROCAMA 106/08 Caixa com 2500 unidades	330	R\$ 10,89	R\$ 3.593,70
80	69400	GRAMPO TRILHO METALIZADO (ROMEU E JULIETA) - Produzido em chapa de aço estanhado. Indicado para 300 folhas. Caixa com 50 unidades	CAIXA	GRAMPO TRILHO METALIZADO (ROMEU E JULIETA) - Produzido em chapa de aço estanhado. Indicado para 300 folhas. Caixa com 50 unidades	188	R\$ 7,38	R\$ 1.387,44
81	69401	INFLADOR COMPRESSOR - BOMBA PARA ENCHER BALÕES - COM 4 BICOS - COM CHAVE SELETORA PARA REGULAR A PRESSÃO DO AR - COM FUNÇÃO DE Esvaziar - ELETRICO	UNID.	INFLADOR COMPRESSOR - BOMBA PARA ENCHER BALÕES - COM 4 BICOS - COM CHAVE SELETORA PARA REGULAR A PRESSÃO DO AR - COM FUNÇÃO DE Esvaziar - ELETRICO	10	R\$176,70	R\$ 1.767,00
82	69402	LACRE NUMERADO PARA MALOTE 26 cm Pacote com 100 unidades	PACOTE	LACRE NUMERADO PARA MALOTE 26 cm Pacote com 100 unidades	50	R\$ 16,76	R\$ 838,00
83	69403	LAPIS COM BORRACHA	UNID	LAPIS COM BORRACHA	1747	R\$ 0,37	R\$ 646,39
84	69404	LÁPIS DE COR GRANDE Caixa com 12 cores	CAIXA	LÁPIS DE COR GRANDE Caixa com 12 cores	3615	R\$ 2,88	R\$ 10.411,20
85	69405	LÁPIS PRETO Nº 2 Caixa com 144 unidades	CAIXA	LÁPIS PRETO Nº 2 Caixa com 144 unidades	226	R\$ 34,08	R\$ 7.702,08
87	69407	LIVRO DE ATAS - livro de resultado de ata final - 100 folhas	UNID.	LIVRO DE ATAS - livro de resultado de ata final - 100 folhas	186	R\$ 10,16	R\$ 1.889,76
88	69408	MASSA PARA MODELAR - 180G Caixa com 12 cores	CAIXA	MASSA PARA MODELAR - 180G Caixa com 12 cores	2945	R\$ 2,93	R\$ 8.628,85
89	69409	OLHINHOS MÓVEIS 100% Plástico. Indicado para artesanatos em geral. TAMANHO VARIANDO DE 4MM A 10MM - PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	OLHINHOS MÓVEIS 100% Plástico. Indicado para artesanatos em geral. TAMANHO VARIANDO DE 4MM A 10MM - PACOTE COM 100 UNIDADES	22	R\$ 6,22	R\$ 136,84
90	69410	PAPEL 180G 210mm X 297mm OPALINE BRANCO, SEM TEXTURA Caixa com 50 folhas	CAIXA	PAPEL 180G 210mm X 297mm OPALINE BRANCO, SEM TEXTURA Caixa com 50 folhas	180	R\$ 9,25	R\$ 1.665,00
91	69411	PAPEL 180G 210mm X	CAIXA	PAPEL 180G 210mm X	227	R\$ 12,36	R\$ 2.805,72

		297mm CASCA DE OVO BRANCO, SEM TEXTURA Caixa com 50 folhas		297mm CASCA DE OVO BRANCO, SEM TEXTURA Caixa com 50 folhas			
92	69412	PAPEL 180G 210mm X 297mm LINHO, BRANCO, PALHA, BEGE Caixa com 50 folhas	CAIXA	PAPEL 180G 210mm X 297mm LINHO, BRANCO, PALHA, BEGE Caixa com 50 folhas	235	R\$ 14,33	R\$ 3.367,55
93	69413	PAPEL 180G 210mm X 297mm TEXTURIZADO ROSA Caixa com 50 folhas	CAIXA	PAPEL 180G 210mm X 297mm TEXTURIZADO ROSA Caixa com 50 folhas	110	R\$ 11,24	R\$ 1.236,40
94	69414	PAPEL CAMURÇA 40 x 60cm - CORES VARIADAS - nas cores amarelo/azul/verde/vermelho /branco/cinza claro/marrom/preto/rosa - A quantidade a ser entregue de cada cor será de acordo com a solicitação.	UNID.	PAPEL CAMURÇA 40 x 60cm - CORES VARIADAS - nas cores amarelo/azul/verde/vermelho /branco/cinza claro/marrom/preto/rosa - A quantidade a ser entregue de cada cor será de acordo com a solicitação.	2168	R\$ 2,03	R\$ 4.401,04
95	69415	PAPEL CARTÃO FOSCO 50 X 70 240g - CORES VARIADAS - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	UNID.	PAPEL CARTÃO FOSCO 50 X 70 240g - CORES VARIADAS - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	2020	R\$ 1,29	R\$ 2.605,80
96	69416	PAPEL CELOFANE 80 X 100 CM - CORES: AZUL/VERMELHO/AMARELO/DOURADO/VERDE - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	UNID.	PAPEL CELOFANE 80 X 100 CM - CORES: AZUL/VERMELHO/AMARELO/DOURADO/VERDE - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	2370	R\$ 1,44	R\$ 3.412,80
97	69417	PAPEL COLORSET 47 X 66 cm CORES VARIADAS-azul/laranja/marrom/preto/verde/vermelho/amarelo. A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	UNID.	PAPEL COLORSET 47 X 66 cm CORES VARIADAS-azul/laranja/marrom/preto/verde/vermelho/amarelo. A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	3480	R\$ 27,67	R\$ 96.291,60
98	69418	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE - Rolo 45cm X 25m Rolo com 25m	ROLO	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE - Rolo 45cm X 25m Rolo com 25m	172	R\$ 58,22	R\$ 10.013,84
99	69419	PAPEL CREPON 200 X 48 cm - Cores variadas: nas cores azul celeste/azul Royal/branco/laranja/marrom /preto/rosa choque/ rosa claro/ roxo/ verde bandeira/verde folha/verde musgo/vermelho/amarelo canário - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	UNID.	PAPEL CREPON 200 X 48 cm - Cores variadas: nas cores azul celeste/ azul Royal/ branco/ laranja/ marrom/ preto/ rosa choque/ rosa claro/ roxo/ verde bandeira/ verde folha/ verde musgo/ vermelho/ amarelo canário - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	3980	R\$ 1,09	R\$ 4.338,20
100	69420	PAPEL DE SEDA 48 X 66 cm - NAS CORES: AZUL ROYAL/VERDE/VERMELHO/AMARELO/ROSA CHOQUE- A quantidade de cada cor a ser entregue é de	UNID.	PAPEL DE SEDA 48 X 66 cm - NAS CORES: AZUL ROYAL/VERDE/VERMELHO/AMARELO/ROSA CHOQUE- A quantidade de cada cor a ser entregue é de	2500	R\$ 0,30	R\$ 750,00

		acordo com a solicitação.		acordo com a solicitação.			
101	69421	PAPEL FANTASIA 47 X 62 cm - CORES: AMARELO/VERMELHO/AZUL/LARANJA/VERDE- A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	UNID.	PAPEL FANTASIA 47 X 62 cm - CORES: AMARELO/VERMELHO/AZUL/ LARANJA/ VERDE- A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	1020	R\$ 0,50	R\$ 510,00
102	69422	PAPEL LAMINADO 50 X 60CM - NAS CORES AMARELO / DOURADO / AZUL / PRATA / VERMELHO / ROSA / VERDE - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	UNID.	PAPEL LAMINADO 50 X 60CM - NAS CORES AMARELO / DOURADO / AZUL / PRATA / VERMELHO / ROSA / VERDE - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação.	2600	R\$ 1,16	R\$ 3.016,00
103	69423	PAPEL PARDO SEMI KRAFFT 80 g -66 X 96 cm	UNID.	PAPEL PARDO SEMI KRAFFT 80 g -66 X 96 cm	1300	R\$ 0,50	R\$ 650,00
104	69424	Papel SULFITE A1 90g para plotter - Tamanho 610mmx50m Rolo com 50m	UNID.	Papel SULFITE A1 90g para plotter - Tamanho 610mmx50m Rolo com 50m	52	R\$ 84,33	R\$ 4.385,16
105	69425	PAPEL SULFITE A3 BRANCO Pacote com 500 folhas	PACOTE	PAPEL SULFITE A3 BRANCO Pacote com 500 folhas	10	R\$ 53,17	R\$ 531,70
106	69426	PAPEL SULFITE A4 COLORIDO - 75g, nas cores: amarelo, azul, marfim, rosa, verde - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação. Pacote com 500 folhas. (COTA PRINCIPAL DO ITEM 252)	PACOTE	PAPEL SULFITE A4 COLORIDO - 75g, nas cores: amarelo, azul, marfim, rosa, verde - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação. Pacote com 500 folhas. (COTA PRINCIPAL DO ITEM 252)	4692	R\$ 28,52	R\$ 133.815,84
107	69427	PASTA CATÁLOGO PRETA - Com 100 Plásticos de 10mm	UNID.	PASTA CATÁLOGO PRETA - Com 100 Plásticos de 10mm	950	R\$ 20,42	R\$ 19.399,00
108	69428	PASTA L OFÍCIO CRISTAL 0,15mm A4 TRANSPARENTE - acetato	UNID.	PASTA L OFÍCIO CRISTAL 0,15mm A4 TRANSPARENTE - acetato	1275	R\$ 0,77	R\$ 981,75
109	69429	PASTA DE PAPELÃO COM GRAMPO E TRILHO	UNID.	PASTA DE PAPELÃO COM GRAMPO E TRILHO	1360	R\$ 3,70	R\$ 5.032,00
110	69430	PASTA PAPELÃO ABA PLÁSTICA	UNID.	PASTA PAPELÃO ABA PLÁSTICA	3430	R\$ 3,28	R\$ 11.250,40
111	69431	PASTA POLIONDA COM ALÇA 335 x 245 x 55 mm- Cores de acordo com a solicitação	UNID.	PASTA POLIONDA COM ALÇA 335 x 245 x 55 mm- Cores de acordo com a solicitação	3572	R\$ 12,38	R\$ 44.221,36
112	69432	PASTA SANFONADA TAMANHO OFÍCIO 12 DIVISÕES	UNID.	PASTA SANFONADA TAMANHO OFÍCIO 12 DIVISÕES	366	R\$ 16,08	R\$ 5.885,28
113	69433	PASTA PLÁSTICA COM GRAMPO E TRILHO	UNID.	PASTA PLÁSTICA COM GRAMPO E TRILHO	1780	R\$ 2,38	R\$ 4.236,40
114	69434	PASTA REGISTRADORA AZ - com rótulo - ofício- lombo largo 70mm	UNID.	PASTA REGISTRADORA AZ - com rótulo - ofício- lombo largo 70mm	765	R\$ 13,69	R\$ 10.472,85
115	69435	PASTA SUSPENSA MARMORIZADA	UNID.	PASTA SUSPENSA MARMORIZADA	6820	R\$ 2,86	R\$ 19.505,20

116	69436	PERCEVEJO Nº 4 LATONADO DOURADO Caixa com 100 unidades	CAIXA	PERCEVEJO Nº 4 LATONADO DOURADO Caixa com 100 unidades	20	R\$ 2,46	R\$ 49,20
117	69437	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS PARA 60 FOLHAS	UNID.	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS PARA 60 FOLHAS	379	R\$ 61,36	R\$ 23.255,44
118	69438	PINCEL ATÔMICO RECARREGÁVEL - tipo 1100P - Nas cores azul/ preto/ vermelho. De acordo com a solicitação. Caixa com 12 unidades	CAIXA	PINCEL ATÔMICO RECARREGÁVEL - tipo 1100P - Nas cores azul/ preto/ vermelho. De acordo com a solicitação. Caixa com 12 unidades	1083	R\$ 59,66	R\$ 64.611,78
119	69439	PINCEL PARA PINTURA Nº 0 - longo, cor amarelo, cerda, cor branca	UNID.	PINCEL PARA PINTURA Nº 0 - longo, cor amarelo, cerda, cor branca	220	R\$ 2,94	R\$ 646,80
120	69440	PINCEL PARA PINTURA Nº 12 - longo, cor amarelo, cerda, cor branca	UNID.	PINCEL PARA PINTURA Nº 12 - longo, cor amarelo, cerda, cor branca	220	R\$ 1,41	R\$ 310,20
121	69441	PINCEL PARA PINTURA Nº 16 - longo, cor amarelo, cerda, cor branca	UNID.	PINCEL PARA PINTURA Nº 16 - longo, cor amarelo, cerda, cor branca	750	R\$ 3,38	R\$ 2.535,00
122	69442	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - Nas cores azul/vermelho/preto - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação. Caixa com 12 unidades	CAIXA	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - Nas cores azul/vermelho/preto - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação. Caixa com 12 unidades	2872	R\$ 22,83	R\$ 65.567,76
123	69443	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE - A potência de 18 W garante um bom funcionamento, mas, a capacidade de chegar a 100 W - com chave liga/desliga - para uso mais intenso e profissional - bastão grosso	UNID.	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE - A potência de 18 W garante um bom funcionamento, mas, a capacidade de chegar a 100 W - com chave liga/desliga - para uso mais intenso e profissional - bastão grosso	518	R\$ 51,09	R\$ 26.464,62
124	69444	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE REFIL GROSSO 40W	UNID.	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE REFIL GROSSO 40W	515	R\$ 22,38	R\$ 11.525,70
125	69445	PISTOLA DE COLA QUENTE PEQUENA - 15W	UNID.	PISTOLA DE COLA QUENTE PEQUENA - 15W	1	R\$ 18,77	R\$ 18,77
126	69446	PRANCHETA EM DURATEX - TAMANHO OFÍCIO	UNID.	PRANCHETA EM DURATEX - TAMANHO OFÍCIO	207	R\$ 6,49	R\$ 1.343,43
127	69447	REFIL PARA COLA QUENTE - TRANSPARENTE FINO	UNID.	REFIL PARA COLA QUENTE - TRANSPARENTE FINO	3320	R\$ 0,74	R\$ 2.456,80
128	69448	REFIL PARA COLA QUENTE - TRANSPARENTE GROSSO	UNID.	REFIL PARA COLA QUENTE - TRANSPARENTE GROSSO	4992	R\$ 0,88	R\$ 4.392,96
129	69449	RÉGUA TRANSPARENTE ESTREITA - 30cm	UNID.	RÉGUA TRANSPARENTE ESTREITA - 30cm	1876	R\$ 1,38	R\$ 2.588,88
130	69450	TESOURA DE PICOTAR - Tamanho de 22cm, lâmina em aço inoxidável	UNID.	TESOURA DE PICOTAR - Tamanho de 22cm, lâmina em aço inoxidável	154	R\$ 22,17	R\$ 3.414,18
131	69451	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA - 13cm -tesoura de	UNID.	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA - 13cm -tesoura de	3120	R\$ 1,48	R\$ 4.617,60

		boa qualidade de aço e cabo de plástico com ponta arredondada.		boa qualidade de aço e cabo de plástico com ponta arredondada.			
132	69452	TESOURA MULTIUSO GRANDE - 21cm, lâmina de aço inox	UNID.	TESOURA MULTIUSO GRANDE - 21cm, lâmina de aço inox	1455	R\$ 5,44	R\$ 7.915,20
133	69453	TINTA GUACHE 250ML - CORES VARIADAS -nas cores amarelo ouro / azul turquesa / branco / marrom / preto / verde / vermelho - As quantidades a serem fornecidas de cada cor será de acordo com a solicitação Frasco de 250 ml	UNID.	TINTA GUACHE 250ML - CORES VARIADAS -nas cores amarelo ouro / azul turquesa / branco / marrom / preto / verde / vermelho - As quantidades a serem fornecidas de cada cor será de acordo com a solicitação Frasco de 250 ml	3807	R\$ 4,79	R\$ 18.235,53
134	69454	TINTA PARA CARIMBO AZUL - Tinta para carimbo de madeira, na cor azul escuro Frasco de 40 ml	UNID.	TINTA PARA CARIMBO AZUL - Tinta para carimbo de madeira, na cor azul escuro Frasco de 40 ml	1022	R\$ 4,77	R\$ 4.874,94
135	69455	TINTA PARA CARIMBO PRETO - Tinta para carimbo numerador sequencial metálico, na cor preta Frasco de 40 ml	UNID.	TINTA PARA CARIMBO PRETO - Tinta para carimbo numerador sequencial metálico, na cor preta Frasco de 40 ml	785	R\$ 4,02	R\$ 3.155,70
136	69456	TINTA PARA TECIDO FOSCA 37ml (Cores Variadas) - As quantidades a serem fornecidas de cada cor será de acordo com a solicitação Frasco de 37 ml	UNID.	TINTA PARA TECIDO FOSCA 37ml (Cores Variadas) - As quantidades a serem fornecidas de cada cor será de acordo com a solicitação Frasco de 37 ml	590	R\$ 6,23	R\$ 3.675,70
137	69457	TINTA PARA TECIDO METÁLICA 37ml (Cores Variadas) - As quantidades a serem fornecidas de cada cor será de acordo com a solicitação Frasco de 37 ml	UNID.	TINTA PARA TECIDO METÁLICA 37ml (Cores Variadas) - As quantidades a serem fornecidas de cada cor será de acordo com a solicitação Frasco de 37 ml	310	R\$ 7,77	R\$ 2.408,70
138	69458	TINTA SPRAY BRILHANTE - volume liquido mínimo de 360ml - cores variadas a serem fornecidas de acordo com a solicitação	UNID.	TINTA SPRAY BRILHANTE - volume liquido mínimo de 360ml - cores variadas a serem fornecidas de acordo com a solicitação	55	R\$ 20,71	R\$ 1.139,05
139	69459	TINTA PARA ROSTO - antialérgica, cremosa - cores variadas- POTE COM 15 A 20ML/CADA - a cor será de acordo com a solicitação kit com 12 cores	UNID.	TINTA PARA ROSTO - antialérgica, cremosa - cores variadas- POTE COM 15 A 20ML/CADA - a cor será de acordo com a solicitação kit com 12 cores	460	R\$ 60,60	R\$ 27.876,00
140	69460	CONFETE COLORIDO PAPEL - PACOTE DE 1 KG	PACOTE	CONFETE COLORIDO PAPEL - PACOTE DE 1 KG	50	R\$ 38,68	R\$ 1.934,00
141	69461	Serpentina fita de papel colorido, composição: fibra 100% celulósica, 100% reciclado, cores: rosa, lilás, amarelo e verde, rolos de 1cm x 13m. Acondicionados em PACOTES COM 20 UNIDADES.	PACOTE	Serpentina fita de papel colorido, composição: fibra 100% celulósica, 100% reciclado, cores: rosa, lilás, amarelo e verde, rolos de 1cm x 13m. Acondicionados em PACOTES COM 20 UNIDADES.	50	R\$ 11,55	R\$ 577,50

142	69462	MASSA ARGILA - ARTESANATO E ESCULTURA - embalagem com 1 kg	PACOTE	MASSA ARGILA - ARTESANATO E ESCULTURA - embalagem com 1 kg	100	R\$ 6,54	R\$ 654,00
143	69463	ALFINETE COSTURA MURAL 29MM NIQUELADO - CX COM 620 UNIDADES	CAIXA	ALFINETE COSTURA MURAL 29MM NIQUELADO - CX COM 620 UNIDADES	201	R\$ 7,36	R\$ 1.479,36
144	69467	Suporte Organizador Porta Papel com divisória	UNID.	Suporte Organizador Porta Papel com divisória	47	R\$ 60,50	R\$ 2.843,50
145	69468	Pasta Grampo c/ Delloplex c/ GP 343x236mm	UNID.	Pasta Grampo c/ Delloplex c/ GP 343x236mm	50	R\$ 2,62	R\$ 131,00
146	69469	Caderno Formato 140mm x 200mm 48 Folhas	UNID.	Caderno Formato 140mm x 200mm 48 Folhas	5	R\$7,15	R\$ 35,75
147	69470	Papel Fotográfico A4 Glossy Adesivo 130g - Pacote c/ 100 folhas	PACOTE	Papel Fotográfico A4 Glossy Adesivo 130g - Pacote c/ 100 folhas	225	R\$ 40,94	R\$ 9.211,50
148	69471	PAPEL FOTOGRAFICA - BOA QUALIDADE - A4 - GLOSSY - 180G/M² - PACOTE COM 50 FOLHASPACOTE COM 50 FOLHAS	PACOTE	PAPEL FOTOGRAFICA - BOA QUALIDADE - A4 - GLOSSY - 180G/M² - PACOTE COM 50 FOLHASPACOTE COM 50 FOLHAS	108	R\$ 16,34	R\$ 1.764,72
149	69472	JOGO, Tipo: boliche, Apresentação: contendo 06 pinos e 02 bolas, Material(is): plástico, Faixa Etária: a partir de 03 anos.	UNID.	JOGO, Tipo: boliche, Apresentação: contendo 06 pinos e 02 bolas, Material(is): plástico, Faixa Etária: a partir de 03 anos.	124	R\$ 51,25	R\$ 6.355,00
150	69473	BRINQUEDO INFANTIL, Tipo: Dominó, Modelo: associação de idéias, Apresentação: contendo 28 peças, Material(is): madeira, Impressão: 4/0, Dimensão(ões) Pedra: 7cm x 3,5cm (L x P), variação aceitável de ±10%, Faixa Etária: a partir de 03 anos, Característica(s) Adicional(is): acondicionado em caixa de madeira, selo do INMETRO.	UNID.	BRINQUEDO INFANTIL, Tipo: Dominó, Modelo: associação de idéias, Apresentação: contendo 28 peças, Material(is): madeira, Impressão: 4/0, Dimensão(ões) Pedra: 7cm x 3,5cm (L x P), variação aceitável de ±10%, Faixa Etária: a partir de 03 anos, Característica(s) Adicional(is): acondicionado em caixa de madeira, selo do INMETRO.	192	R\$ 25,95	R\$ 4.982,40
151	69474	PETECA, Tipo: infantil, Aplicação: para estimular a coordenação motora, Material(is): penas sintéticas, Peso: 45g a 50g, Faixa Etária: a partir de 3 anos, Característica(s) Adicional(is): c/ base em couro sintético.	UNID.	PETECA, Tipo: infantil, Aplicação: para estimular a coordenação motora, Material(is): penas sintéticas, Peso: 45g a 50g, Faixa Etária: a partir de 3 anos, Característica(s) Adicional(is): c/ base em couro sintético.	20	R\$ 11,57	R\$ 231,40
152	69475	JOGO EDUCATIVO, Tipo: Torre de Formas, Apresentação: contendo 01 base c/ 04 pinos e 16 peças de encaixe em formatos geométricos coloridos, Material(is): MDF, Faixa Etária: a partir de 01 ano.	UNID.	JOGO EDUCATIVO, Tipo: Torre de Formas, Apresentação: contendo 01 base c/ 04 pinos e 16 peças de encaixe em formatos geométricos coloridos, Material(is): MDF, Faixa Etária: a partir de 01 ano.	31	R\$ 25,68	R\$ 796,08

153	69476	BRINQUEDO INFANTIL, Tipo: Cubo Didático de Encaixe, Apresentação: contendo 18 peças, sendo 03 números, 03 letras e 12 formas geométricas. Material(is): plástico, Cor(es): variadas, Dimensão(ões): 17cm x 17cm x 17cm (A x L x P), Faixa Etária:	UNID.	BRINQUEDO INFANTIL, Tipo: Cubo Didático de Encaixe, Apresentação: contendo 18 peças, sendo 03 números, 03 letras e 12 formas geométricas. Material(is): plástico, Cor(es): variadas, Dimensão(ões): 17cm x 17cm x 17cm (A x L x P), Faixa Etária:	140	R\$ 42,62	R\$ 5.966,80
154	69477	JOGO EDUCATIVO, Tipo: alfabeto, Apresentação: contendo 26 placas c/ letras maiúsculas, Material(is): EVA, Cor(es): variadas, Dimensão(ões): 30cm x 30cm (A x L), variação aceitável de $\pm 10\%$, Faixa Etária: a partir de 02 anos, Característica(s) Adicional(is): Selo do INMETRO, Garantia: mínima 90 dias.	UNID.	JOGO EDUCATIVO, Tipo: alfabeto, Apresentação: contendo 26 placas c/ letras maiúsculas, Material(is): EVA, Cor(es): variadas, Dimensão(ões): 30cm x 30cm (A x L), variação aceitável de $\pm 10\%$, Faixa Etária: a partir de 02 anos, Característica(s) Adicional(is): Selo do INMETRO, Garantia: mínima 90 dias.	110	R\$ 101,82	R\$ 11.200,20
155	69478	Alfabeto Aprenda Brincando Madeira Fabricado em madeira. Mede: 2cm largo, 30cm Longo e 23cm alto.	UNID.	Alfabeto Aprenda Brincando Madeira Fabricado em madeira. Mede: 2cm largo, 30cm Longo e 23cm alto.	30	R\$ 68,09	R\$ 2.042,70
156	69479	Massa Argila Escolar, Artesanato E Escultura - 1kg	PACOTE	Massa Argila Escolar, Artesanato E Escultura - 1kg	100	R\$ 5,99	R\$ 599,00
157	69480	Massa para Biscuit Pacote de 1 Kg	PACOTE	Massa para Biscuit Pacote de 1 Kg	100	R\$ 29,79	R\$ 2.979,00
158	69481	Fantoches Animais Domésticos E Selvagens Kit	KIT	Fantoches Animais Domésticos E Selvagens Kit	2	R\$ 193,46	R\$ 386,92
159	69482	Fantoches de inclusão social Kit - Cadeirante, Deficiente visual, Deficiente físico, Crianças especiais, Deficiente auditivo Kit	KIT	Fantoches de inclusão social Kit - Cadeirante, Deficiente visual, Deficiente físico, Crianças especiais, Deficiente auditivo Kit	2	R\$ 226,49	R\$ 452,98
160	69483	Pintura Facial Tinta Liquida Kids Kit com 6 Cores	KIT	Pintura Facial Tinta Liquida Kids Kit com 6 Cores	90	R\$ 34,22	R\$ 3.079,80
161	69484	Cavalete De Pintura Tela Quadro Madeira Pinus, altura mínima 1,8m, 48 cm de largura, peso de 3 kg, suporte em pé	UNID.	Cavalete De Pintura Tela Quadro Madeira Pinus, altura mínima 1,8m, 48 cm de largura, peso de 3 kg, suporte em pé	10	R\$ 73,60	R\$ 736,00
162	69485	Kit 10 Tatames 100x100 20mm Econômico (Colorido)	UNID.	Kit 10 Tatames 100x100 20mm Econômico (Colorido)	100	R\$ 213,70	R\$ 21.370,00
164	69487	FITILHO COLORIDOS 50 Metros - CORES VARIADAS - nas cores vermelho/ amarelo/ preto/ branco/ roxo/ laranja/ rosa / azul / verde/ marrom - Quantidade de cada cor a ser fornecida de acordo com a solicitação	ROLO	FITILHO COLORIDOS 50 Metros - CORES VARIADAS - nas cores vermelho/ amarelo/ preto/ branco/ roxo/ laranja/ rosa / azul / verde/ marrom - Quantidade de cada cor a ser fornecida de acordo com a solicitação	223	R\$ 2,29	R\$ 510,67

165	69488	COLA GLITER 23g - CORES VARIADAS - nas cores vermelho/ dourado/ prata/ azul/ laranja/ amarelo/ verde - Quantidade de cada cor a ser fornecida de acordo com a solicitação	UNID.	COLA GLITER 23g - CORES VARIADAS - nas cores vermelho/ dourado/ prata/ azul/ laranja/ amarelo/ verde - Quantidade de cada cor a ser fornecida de acordo com a solicitação	709	R\$ 4,48	R\$ 3.176,32
166	69489	Marcador Página Cor: Diversas, Características Adicionais: Adesivos Reposicionáveis, Setas, Neon, Post-It, Flags Kit Com 5 Marcadores De Página Adesivos (Flags) - 100 Folhas Cada - Cores Sortidas 11,9 Mm X 43,2 Mm	UNID.	Marcador Página Cor: Diversas, Características Adicionais: Adesivos Reposicionáveis, Setas, Neon, Post-It, Flags Kit Com 5 Marcadores De Página Adesivos (Flags) - 100 Folhas Cada - Cores Sortidas 11,9 Mm X 43,2 Mm	69	R\$10,71	R\$ 738,99
167	69490	Umedecedor de dedos, embalagem plástica, 12G	UNID.	Umedecedor de dedos, embalagem plástica, 12G	65	R\$ 2,48	R\$ 161,20
168	69491	Roleta de tinta para calculadora similar ou superior à Elgin MA-5121.	UNID.	Roleta de tinta para calculadora similar ou superior à Elgin MA-5121.	10	R\$ 15,20	R\$ 152,00
169	69492	Bloco adesivo colorido - Bloco de notas - 50mm x40mm - pacote com 4 bloquinhos de 100 unidades cada - tipo Post-it.	UNID.	Bloco adesivo colorido - Bloco de notas - 50mm x40mm - pacote com 4 bloquinhos de 100 unidades cada - tipo Post-it.	551	R\$ 9,07	R\$ 4.997,57
170	69493	Folhas De Acetato Pet Transparente A4 21x30cm material PET com 0,20mm Pacote com 100 unidades	PACOTE	Folhas De Acetato Pet Transparente A4 21x30cm material PET com 0,20mm Pacote com 100 unidades	2	R\$ 59,81	R\$ 119,62
171	69494	TINTA A OLEO PARA PINTURA EM TELA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 20ML - CORES VARIADAS	UNID.	TINTA A OLEO PARA PINTURA EM TELA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 20ML - CORES VARIADAS	500	R\$ 12,07	R\$ 6.035,00
172	69495	DAMA - JOGO DE TABULEIRO - ESTOJO DE MADEIRA	UNID.	DAMA - JOGO DE TABULEIRO - ESTOJO DE MADEIRA	20	R\$ 37,28	R\$ 745,60
173	69496	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 08 E Cabo De Madeira.	UNID.	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 08 E Cabo De Madeira.	35	R\$ 1,73	R\$ 60,55
174	69497	Cola Alma Super - cola ultrarápido, instantânea/ média viscosidade 100g.	UNID.	Cola Alma Super - cola ultrarápido, instantânea/ média viscosidade 100g.	150	R\$ 18,33	R\$ 2.749,50
175	69498	Perfurador profissional de papel, tipo 2 furos, com capacidade mínima de perfurar 300 (trezentas) folhas simultaneamente, estrutura metálica robusta, base com guia/alinhador de papel, coletor de aparas removível, mecanismo de perfuração suave e preciso, trava de segurança, apoio	UNID.	Perfurador profissional de papel, tipo 2 furos, com capacidade mínima de perfurar 300 (trezentas) folhas simultaneamente, estrutura metálica robusta, base com guia/alinhador de papel, coletor de aparas removível, mecanismo de perfuração suave e preciso, trava de segurança, apoio	5	R\$ 1.271,20	R\$ 6.356,00

		antiderrapante, ergonomia adequada ao uso contínuo e durável.		antiderrapante, ergonomia adequada ao uso contínuo e durável.			
176	69499	Perfurador profissional de papel, tipo 2 furos, com capacidade mínima de perfurar 150 folhas simultaneamente, estrutura metálica resistente, base com guia/alinhador de papel, coletor de aparas removível, mecanismo de perfuração suave e preciso, trava de segurança, apoio antiderrapante, ergonomia adequada ao uso contínuo.	UNID.	Perfurador profissional de papel, tipo 2 furos, com capacidade mínima de perfurar 150 folhas simultaneamente, estrutura metálica resistente, base com guia/alinhador de papel, coletor de aparas removível, mecanismo de perfuração suave e preciso, trava de segurança, apoio antiderrapante, ergonomia adequada ao uso contínuo.	5	R\$ 900,26	R\$ 4.501,30
177	69500	Numerador automático, com botão de trava, indicação de repetição, suporte de almofada para estabilidade, seletor de dígitos ajustável, mecanismo de contagem preciso e confiável, corpo resistente.	UNID.	Numerador automático, com botão de trava, indicação de repetição, suporte de almofada para estabilidade, seletor de dígitos ajustável, mecanismo de contagem preciso e confiável, corpo resistente.	5	R\$ 180,73	R\$ 903,65
178	69501	PRANCHETA EM ACRÍLICO - TAMANHO OFÍCIO	UNID.	PRANCHETA EM ACRÍLICO - TAMANHO OFÍCIO	430	R\$ 17,22	R\$ 7.404,60
179	69502	Plastificadora / Laminadora Potência de 600W para desempenho eficiente em laminação. Largura máxima suportada de 32 cm para formatos variados. Espessura máxima da folha plástica de 1 mm para diferentes materiais. Sistema de aquecimento por resistência para laminação quente e fria. Painel de controle com ajuste de temperatura para personalização. Pré-aquecimento rápido em cerca de 4 minutos para uso imediato.	UNID.	Plastificadora / Laminadora Potência de 600W para desempenho eficiente em laminação. Largura máxima suportada de 32 cm para formatos variados. Espessura máxima da folha plástica de 1 mm para diferentes materiais. Sistema de aquecimento por resistência para laminação quente e fria. Painel de controle com ajuste de temperatura para personalização. Pré-aquecimento rápido em cerca de 4 minutos para uso imediato.	1	R\$ 577,77	R\$ 577,77
180	69503	Película para plastificação - Tamanho: A4 (220x307mm) Espessura: 0,07mm (175 micras) - Cantos: Arredondados - Acabamento: Brilho - Cor: Transparente 300 folhas Duplas (PACOTE COM 100 UNIDADES)	PACOTE	Película para plastificação - Tamanho: A4 (220x307mm) Espessura: 0,07mm (175 micras) - Cantos: Arredondados - Acabamento: Brilho - Cor: Transparente 300 folhas Duplas	500	R\$ 92,20	R\$ 46.100,00

181	69504	Encadernadora Espiral Capacidade de Perfuração: Varia de 10 a 20 folhas por vez (considerando papel 75g/m ² ou 80g/m ²). Capacidade de Encadernação: Suporta espirais de 7 mm (para até 25 folhas) até 50 mm (para até 450 folhas).Furação: Passo padrão (distância entre os furos) de 6,0 mm. O formato do furo é geralmente redondo (4,0 mm de diâmetro). Quantidade de Furos: Padrão de 49 a 60 furos para folhas de tamanho A4/Ofício. Ajustes: Guia de margem e profundidade de perfuração ajustáveis para acomodar espirais de diferentes diâmetros.	UNID.	Encadernadora Espiral Capacidade de Perfuração: Varia de 10 a 20 folhas por vez (considerando papel 75g/m ² ou 80g/m ²). Capacidade de Encadernação: Suporta espirais de 7 mm (para até 25 folhas) até 50 mm (para até 450 folhas).Furação: Passo padrão (distância entre os furos) de 6,0 mm. O formato do furo é geralmente redondo (4,0 mm de diâmetro). Quantidade de Furos: Padrão de 49 a 60 furos para folhas de tamanho A4/Ofício. Ajustes: Guia de margem e profundidade de perfuração ajustáveis para acomodar espirais de diferentes diâmetros.	1	R\$ 786,82	R\$ 786,82
182	69505	Capa e Contracapa para encadernação Tamanho da capa: A4. Feita de poliestireno resistente, garantindo durabilidade e proteção aos documentos. Dimensões de 29.9 cm de comprimento e 21.2 cm de largura.	PAR	Capa e Contracapa para encadernação Tamanho da capa: A4. Feita de poliestireno resistente, garantindo durabilidade e proteção aos documentos. Dimensões de 29.9 cm de comprimento e 21.2 cm de largura.	500	R\$ 0,73	R\$ 365,00
183	69506	Refiladora de papel Comprimento de corte de 35 cm para cortes precisos e rápidos. Capacidade de corte de até 4 folhas de papel comum.Guia de corte e escala milimétrica para medições exatas. Superfície antiderrapante para maior segurança e estabilidade	UNID.	Refiladora de papel Comprimento de corte de 35 cm para cortes precisos e rápidos. Capacidade de corte de até 4 folhas de papel comum.Guia de corte e escala milimétrica para medições exatas.Superfície antiderrapante para maior segurança e estabilidade	1	R\$ 405,17	R\$ 405,17
184	69507	Guilhotina de papel Semi Industrial Comprimento: 53 cm - Largura: 38 cm - Peso: 16,3 Kg Comprimento de corte: 32 cm - Capacidade de folhas por corte: 400 Tipos de papel: Cartões de Visita, Couro, Papel A4, papelão, livros.	UNID.	Guilhotina de papel Semi Industrial Comprimento: 53 cm - Largura: 38 cm - Peso: 16,3 Kg Comprimento de corte: 32 cm - Capacidade de folhas por corte: 400 Tipos de papel: Cartões de Visita, Couro, Papel A4, papelão, livros.	1	R\$ 1.320,03	R\$ 1.320,03
185	69508	Espirais para Encadernação 07 mm até 25 folhas	UNID.	Espirais para Encadernação 07 mm até 25 folhas	100	R\$ 0,27	R\$ 27,00
186	69509	Espirais para Encadernação 09 mm até 50 folhas	UNID.	Espirais para Encadernação 09 mm até 50 folhas	100	R\$ 0,31	R\$ 31,00
187	69510	Espirais para Encadernação 12 mm até 70 folhas	UNID.	Espirais para Encadernação 12 mm até 70 folhas	100	R\$ 0,40	R\$ 40,00
188	69512	Espirais para Encadernação	UNID.	Espirais para Encadernação	100	R\$ 0,45	R\$ 45,00

		17 mm até 100 folhas		17 mm até 100 folhas			
189	69513	Espiraís para Encadernação 20 mm até 120 folhas	UNID.	Espiraís para Encadernação 20 mm até 120 folhas	100	R\$ 0,48	R\$ 48,00
190	69514	Espiraís para Encadernação 23 mm até 140 folhas	UNID.	Espiraís para Encadernação 23 mm até 140 folhas	100	R\$ 0,69	R\$ 69,00
191	69515	Espiraís para Encadernação 25 mm até 160 folhas	UNID.	Espiraís para Encadernação 25 mm até 160 folhas	100	R\$ 0,72	R\$ 72,00
192	69516	Espiraís para Encadernação 29 mm até 200 folhas	UNID.	Espiraís para Encadernação 29 mm até 200 folhas	100	R\$ 0,87	R\$ 87,00
193	69517	Espiraís para Encadernação 33 mm até 250 folhas	UNID.	Espiraís para Encadernação 33 mm até 250 folhas	100	R\$ 0,89	R\$ 89,00
194	69518	Espiraís para Encadernação 40 mm até 350 folhas	UNID.	Espiraís para Encadernação 40 mm até 350 folhas	100	R\$ 0,97	R\$ 97,00
195	69519	Espiraís para Encadernação 45 mm até 400 folhas	UNID.	Espiraís para Encadernação 45 mm até 400 folhas	100	R\$ 2,41	R\$ 241,00
196	69520	Espiraís para Encadernação 50 mm até 450 folhas	UNID.	Espiraís para Encadernação 50 mm até 450 folhas	100	R\$ 2,70	R\$ 270,00
197	69521	ETIQUETA ADESIVO - Tamanho 279,4mm X 215,9mm, 01 etiqueta por folha Pacote com 100 folhas	PACOTE	ETIQUETA ADESIVO - Tamanho 279,4mm X 215,9mm, 01 etiqueta por folha Pacote com 100 folhas	385	R\$ 62,98	R\$ 24.247,30
198	69464	Porta Canetas de mesa	UNID.	Porta Canetas de mesa	572	R\$ 19,33	R\$ 11.056,76
199	69465	Livro Registro Específico Capa Dura 100 Folhas	UNID.	Livro Registro Específico Capa Dura 100 Folhas	10	R\$ 15,25	R\$ 152,50
200	40	CADERNO DE PROTOCOLO CAPA DURA - 100F	UND	CADERNO DE PROTOCOLO 154 x 216 CAPA DURA COM 100 FOLHAS	72	R\$ 8,12	R\$ 584,64
201	69522	TINTA ACRÍLICA PARA PINTURA EM TELA - TUBO COM NO MÍNIMO 20ML - CORES VARIADAS	UNID.	TINTA ACRÍLICA PARA PINTURA EM TELA - TUBO COM NO MÍNIMO 20ML - CORES VARIADAS	500	R\$ 13,40	R\$ 6.700,00
202	69523	CAIXA COM NO MINIMO 3 QUEBRA CABEÇAS PROGRESSIVOS - TEMA INFANTIL	UNID.	CAIXA COM NO MINIMO 3 QUEBRA CABEÇAS PROGRESSIVOS - TEMA INFANTIL	50	R\$ 41,08	R\$ 2.054,00
203	69524	CARTELA DE DINHEIRO EDUCATIVA - BRINQUEDO - COM NO MÍNIMO 50 CÉDULAS	UNID.	CARTELA DE DINHEIRO EDUCATIVA - BRINQUEDO - COM NO MÍNIMO 50 CÉDULAS	100	R\$ 9,95	R\$ 995,00
204	69525	COFRINHO CILINDRICO EM PLÁSTICO DE BRINQUEDO COM TAMPA REMOVÍVEL	UNID.	COFRINHO CILINDRICO EM PLÁSTICO DE BRINQUEDO COM TAMPA REMOVÍVEL	60	R\$ 3,31	R\$ 198,60
205	69526	LUDO - JOGO DE TABULEIRO EM MDF.	UNID.	LUDO - JOGO DE TABULEIRO EM MDF.	20	R\$ 28,46	R\$ 569,20
206	69527	XADREZ - JOGO DE TABULEIRO - ESTOJO DE MADEIRA	UNID.	XADREZ - JOGO DE TABULEIRO - ESTOJO DE MADEIRA	20	R\$ 55,11	R\$ 1.102,20
207	69528	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 12 E Cabo De Madeira.	UNID.	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 12 E Cabo De Madeira.	35	R\$ 2,26	R\$ 79,10
208	69529	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas,	UNID.	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas,	35	R\$ 1,69	R\$ 59,15

		Formato Chato Tamanho 06 E Cabo De Madeira.		Formato Chato Tamanho 06 E Cabo De Madeira.			
209	69530	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 04 E Cabo De Madeira	UNID.	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 04 E Cabo De Madeira	35	R\$ 1,62	R\$ 56,70
210	69532	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato redondo Tamanho 0 E Cabo De Madeira	UNID.	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato redondo Tamanho 0 E Cabo De Madeira	35	R\$ 2,23	R\$ 78,05
211	69511	Espiraís para Encadernação 14 mm até 85 folhas	UNID.	Espiraís para Encadernação 14 mm até 85 folhas	100	R\$ 0,42	R\$ 42,00
212	69533	Lousa Quadro Branco Medidas: 90 X 60 Cm Moldura: Alumínio Resistente Material: Chapa De Fibra De Madeira Revestida Com Película Vitrificada Tipo De Apagamento: A Seco (Com Flanela Ou Apagador).	UNID.	Lousa Quadro Branco Medidas: 90 X 60 Cm Moldura: Alumínio Resistente Material: Chapa De Fibra De Madeira Revestida Com Película Vitrificada Tipo De Apagamento: A Seco (Com Flanela Ou Apagador).	47	R\$ 91,90	R\$ 4.319,30
213	69534	Feltro: Tecido Feltro, 100% Poliéster, Espessura Media, CORES VARIADAS - 1,40 DE LARGURA - ROLO COM 10 METROS	ROLO	Feltro: Tecido Feltro, 100% Poliéster, Espessura Media, CORES VARIADAS - 1,40 DE LARGURA - ROLO COM 10 METROS	20	R\$ 199,21	R\$ 3.984,20
214	69535	Juta Rolo Para Artesanato. Juta, Em Rolo Próprio Para Artesanato E Decoração, Tamanho 1X10m Gramatura Mínima De 190G/M²,	ROLO	Juta Rolo Para Artesanato. Juta, Em Rolo Próprio Para Artesanato E Decoração, Tamanho 1X10m Gramatura Mínima De 190G/M²,	10	R\$ 202,74	R\$ 2.027,40
215	69536	TNT LISO 40gr CORES DIVERSAS, COM APROX 1,40M DE LARGURA ROLO COM 50M	ROLO	TNT LISO 40gr CORES DIVERSAS, COM APROX 1,40M DE LARGURA ROLO COM 50M	20	R\$ 82,80	R\$ 1.656,00
216	69537	SUPORTE PARA FITA ADESIVA LARGA	UNID.	SUPORTE PARA FITA ADESIVA LARGA	23	R\$ 26,01	R\$ 598,23
217	69538	JOGO PEGA VARETAS - Jogo de agilidade e concentração, composto por 31 varetas plástica com cerca de 14 a 20cm. Recomendado para crianças a partir de 6 anos	UNID.	JOGO PEGA VARETAS - Jogo de agilidade e concentração, composto por 31 varetas plástica com cerca de 14 a 20cm. Recomendado para crianças a partir de 6 anos	6	R\$ 13,26	R\$ 79,56
218	69539	JOGO UNO - Clássico jogo de cartas contendo de 108 a 112 cartas que combina estratégia e diversão com mecânica simples de combinação de cores e números.	UNID.	JOGO UNO - Clássico jogo de cartas contendo de 108 a 112 cartas que combina estratégia e diversão com mecânica simples de combinação de cores e números.	12	R\$ 20,67	R\$ 248,04
219	69540	JOGO DA MEMÓRIA - Jogo infantil contendo 54 peças, feitas de papelão de alta gramatura, indicado para crianças maiores de 6 anos	UNID.	JOGO DA MEMÓRIA - Jogo infantil contendo 54 peças, feitas de papelão de alta gramatura, indicado para crianças maiores de 6 anos	6	R\$ 34,56	R\$ 207,36

220	69541	CAIXINHA ANTIANSIEDADE - Recurso terapêutico desenvolvido para auxiliar no gerenciamento da ansiedade, focado em autoconhecimento e mudanças de hábito. Contém 100 cartas destacáveis com perguntas reflexivas.	UNID.	CAIXINHA ANTIANSIEDADE - Recurso terapêutico desenvolvido para auxiliar no gerenciamento da ansiedade, focado em autoconhecimento e mudanças de hábito. Contém 100 cartas destacáveis com perguntas reflexivas.	6	R\$ 48,46	R\$ 290,76
221	69542	CAIXINHA ANTIDEPRESSÃO - Recurso terapêutico baseado em técnicas de Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) neurociência e psicologia evolutiva, projetado para auxiliar no tratamento da depressão e na melhoria do humor. Contém 100 cartas contendo atividades práticas, perguntas e reflexões.	UNID.	CAIXINHA ANTIDEPRESSÃO - Recurso terapêutico baseado em técnicas de Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) neurociência e psicologia evolutiva, projetado para auxiliar no tratamento da depressão e na melhoria do humor. Contém 100 cartas contendo atividades práticas, perguntas e reflexões.	6	R\$ 48,90	R\$ 293,40
222	69543	JOGO DAS CRENÇAS - Ferramenta terapêutica baseada na Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), voltada para identificar e reestruturar crenças limitantes de desamor, desamparo e desvalor. Composto por cartas e perguntas, o jogo de cartas focado em psicoeducação é indicado para adolescentes, adultos e idosos. Recomendado a partir de 12 anos, adultos e idosos. Inclui 30 cartas temáticas (10 de desamor, 10 de desamparo, 10 de desvalor), 3 cartas conceituais e 7 cartas de perguntas para reestruturação cognitiva.	UNID.	JOGO DAS CRENÇAS - Ferramenta terapêutica baseada na Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), voltada para identificar e reestruturar crenças limitantes de desamor, desamparo e desvalor. Composto por cartas e perguntas, o jogo de cartas focado em psicoeducação é indicado para adolescentes, adultos e idosos. Recomendado a partir de 12 anos, adultos e idosos. Inclui 30 cartas temáticas (10 de desamor, 10 de desamparo, 10 de desvalor), 3 cartas conceituais e 7 cartas de perguntas para reestruturação cognitiva.	6	R\$ 112,81	R\$ 676,86
223	69544	LIVRO DE EMOÇÕES - Livros que visam o público infantil (4-8 anos) focando no reconhecimento e nomeação de sentimentos, com atividades e adesivos para engajamento. Temas abordados: Medo, alegria, tristeza, raiva, ciúme, esperança, segurança, usando metáforas visuais.	UNID.	LIVRO DE EMOÇÕES - Livros que visam o público infantil (4-8 anos) focando no reconhecimento e nomeação de sentimentos, com atividades e adesivos para engajamento. Temas abordados: Medo, alegria, tristeza, raiva, ciúme, esperança, segurança, usando metáforas visuais.	6	R\$ 50,08	R\$ 300,48

224	69545	Kit de Fita Crepe Colorida 18mm X 30m Fitas Adesivas 6 Cores	KIT	Kit de Fita Crepe Colorida 18mm X 30m Fitas Adesivas 6 Cores	50	R\$ 25,37	R\$ 1.268,50
225	69546	AGULHA DE CROCHE NUMERAÇÃO VARIADA	UNID.	AGULHA DE CROCHE NUMERAÇÃO VARIADA	30	R\$ 11,95	R\$ 358,50
226	69547	JOGO INFANTIL TIPO JENGA	UNID.	JOGO INFANTIL TIPO JENGA	16	R\$ 74,00	R\$ 1.184,00
227	69548	Jogo Dominó - Jogo Dominó, Material: Marfim Sintético, Aplicação: Lazer E Entretenimento	UNID.	Jogo Dominó - Jogo Dominó, Material: Marfim Sintético, Aplicação: Lazer E Entretenimento	26	R\$ 37,82	R\$ 983,32
228	69549	Tecido Para Pano De Prato Liso 100% Algodão, Largura Mínima De 70Cm, Cor Branco, Sem Goma	METRO	Tecido Para Pano De Prato Liso 100% Algodão, Largura Mínima De 70Cm, Cor Branco, Sem Goma	100	R\$ 12,00	R\$ 1.200,00
229	69550	Tinta Fosca Para Artesanato Látex Pva Base Água, Não Tóxica, Composição: Resina, Água, Aditivos, Carga, Conservante E Pigmentos. Frasco Com 100 Ml. Cores Variadas.	UNID.	Tinta Fosca Para Artesanato Látex Pva Base Água, Não Tóxica, Composição: Resina, Água, Aditivos, Carga, Conservante E Pigmentos. Frasco Com 100 Ml. Cores Variadas.	250	R\$ 14,09	R\$ 3.522,50
230	69551	JOGO EDUCATIVO SIMILAR A TORRE DE FORMAS GEOMÉTRICAS	UNID.	JOGO EDUCATIVO SIMILAR A TORRE DE FORMAS GEOMÉTRICAS	11	R\$ 55,73	R\$ 613,03
231	69552	FITILHO COLORIDO 50 METROS CORES VARIADAS	ROLO	FITILHO COLORIDO 50 METROS CORES VARIADAS	5	R\$ 3,50	R\$ 17,50
232	69553	AGENDA ANUAL 1 DIA POR PÁGINA MEDIDAS APROXIMADAS DE 14 Cm X 20 Cm (Ou Similar). Capa Dura Ou Semi-Rígida, Com Laminação Ou Material Resistente	UNID.	AGENDA ANUAL 1 DIA POR PÁGINA MEDIDAS APROXIMADAS DE 14 Cm X 20 Cm (Ou Similar). Capa Dura Ou Semi-Rígida, Com Laminação Ou Material Resistente	25	R\$ 44,47	R\$ 1.111,75
233	69554	Palito De Madeira De Picolé Cru, Ponta Redonda, Pacote Com 100 Unidades	PACOTE	Palito De Madeira De Picolé Cru, Ponta Redonda, Pacote Com 100 Unidades	303	R\$ 7,80	R\$ 2.363,40
234	69556	PAPEL COLOR PLUS PACOTE COM 50FOLHAS - CORES VARIADAS	PACOTE	PAPEL COLOR PLUS PACOTE COM 50FOLHAS - CORES VARIADAS	1010	R\$ 22,63	R\$ 22.856,30
235	69555	PASTA POLIONDA 55MM COM ABA ELASTICA	UNID.	PASTA POLIONDA 55MM COM ABA ELASTICA	466	R\$ 7,11	R\$ 3.313,26
236	69557	PASTA PLASTICA COM CANALETA TAMANHO A4	UNID.	PASTA PLASTICA COM CANALETA TAMANHO A4	870	R\$ 2,72	R\$ 2.366,40
237	69558	PEN DRIVE 32GB - USB 3.0 - Leitura De 135 Mb/S, Gravação 40 Mb/S	UNID.	37PEN DRIVE 32GB - USB 3.0 - Leitura De 135 Mb/S, Gravação 40 Mb/S	60	R\$ 68,47	R\$ 4.108,20
238	69559	PEN DRIVE 64GB - Interface: Usb 3.0 , Velocidade Leitura: 40 Mb/S, Velocidade Gravação: 10 Mb/S	UNID.	PEN DRIVE 64GB - Interface: Usb 3.0 , Velocidade Leitura: 40 Mb/S, Velocidade Gravação: 10 Mb/S	120	R\$ 119,50	R\$ 14.340,00
239	69560	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 16 E Cabo De Madeira.	UNID.	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 16 E Cabo De Madeira.	50	R\$ 4,27	R\$ 213,50

240	69561	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 22 E Cabo De Madeira.	UNID.	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 22 E Cabo De Madeira.	50	R\$ 10,84	R\$ 542,00
241	69562	LAPIS DE CERA ESTACA AZUL TURQUESA 12 UNIDADES	CAIXA	LAPIS DE CERA ESTACA AZUL TURQUESA 12 UNIDADES	10	R\$ 13,21	R\$ 132,10
242	69563	Sacola Plástica 40 Cm X 50 Cm - Cor: Branca, Material Polietileno, Modelo: Reforçada Com Alças, Medidas Aproximadas: 40 Cm X 50 Cm.	QUILO	Sacola Plástica 40 Cm X 50 Cm - Cor: Branca, Material Polietileno, Modelo: Reforçada Com Alças, Medidas Aproximadas: 40 Cm X 50 Cm.	120	R\$ 32,13	R\$ 3.855,60
243	69565	LIVRO ATAS 50 FOLHAS NUMERADAS	UNID.	LIVRO ATAS 50 FOLHAS NUMERADAS	21	R\$ 10,24	R\$ 215,04
244	69566	TELA PARA PINTURA 30 X 40CM	UNID.	TELA PARA PINTURA 30 X 40CM	200	R\$ 25,01	R\$ 5.002,00
245	69567	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 10 E Cabo De Madeira.	UNID.	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 10 E Cabo De Madeira.	35	R\$ 2,06	R\$ 72,10
246	69531	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 02 E Cabo De Madeira	UNID.	Pincel Para Pintura Em Tela, Aquarela, Óleo E Acrílica, Com Cerdas Sintéticas, Formato Chato Tamanho 02 E Cabo De Madeira	35	R\$ 1,57	R\$ 54,95
247	69568	JOGO CARA A CARA - Jogo infantil de adivinhação composto por 2 tabuleiros plásticos, 48 molduras, 48 rostos (cartas), 24 cartas de adivinhação, 4 pinos marca pontos e manual. Material plástico, medindo 32x43x5cm. Certificação INMETRO.	UNID.	JOGO CARA A CARA - Jogo infantil de adivinhação composto por 2 tabuleiros plásticos, 48 molduras, 48 rostos (cartas), 24 cartas de adivinhação, 4 pinos marca pontos e manual. Material plástico, medindo 32x43x5cm. Certificação INMETRO.	6	R\$ 88,41	R\$ 530,46
248	69569	LIVRO DE LUTO INFANTIL - Livros de luto infantil são recursos terapêuticos focados em psicoeducação, com cerca de 30 a 50 páginas, ilustrações acolhedoras e linguagem direta, clara e honesta para explicar a morte. Incluem atividades interativas e abordam a regulação emocional para crianças, geralmente com dimensões práticas	UNID.	LIVRO DE LUTO INFANTIL - Livros de luto infantil são recursos terapêuticos focados em psicoeducação, com cerca de 30 a 50 páginas, ilustrações acolhedoras e linguagem direta, clara e honesta para explicar a morte. Incluem atividades interativas e abordam a regulação emocional para crianças, geralmente com dimensões práticas	6	R\$ 48,38	R\$ 290,28
249	69570	Fantoches Família De Espuma Kit	KIT	Fantoches Família De Espuma Kit	2	R\$ 225,84	R\$ 451,68
250	69577	Placa de identificação tipo tenda/cabana para mesa, transparente, em acrílico, medidas aproximadas de	UNID.	Placa de identificação tipo tenda/cabana para mesa, transparente, em acrílico, medidas aproximadas de	80	R\$ 61,89	R\$ 4.951,20

		7,5 x 21,5 cm para conferência de escritório, suporte de barraca reutilizável para eventos.		7,5 x 21,5 cm para conferência de escritório, suporte de barraca reutilizável para eventos.			
251	69589	PAPEL SULFITE A4 BRANCO - 75G. ALCALINO - Similar aos Copimax, Chamex ou Report - Pacote com 500 folhas. (RESERVA DE COTA DO ITEM 01)	PACOTE	PAPEL SULFITE A4 BRANCO - 75G. ALCALINO - Similar aos Copimax, Chamex ou Report - Pacote com 500 folhas. (RESERVA DE COTA DO ITEM 01)	3185	R\$ 33,06	R\$ 105.296,10
252	69587	PAPEL SULFITE A4 COLORIDO - 75g, nas cores: amarelo, azul, marfim, rosa, verde - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação. Pacote com 500 folhas (RESERVA DE COTA DO ITEM 106)	PACOTE	PAPEL SULFITE A4 COLORIDO - 75g, nas cores: amarelo, azul, marfim, rosa, verde - A quantidade de cada cor a ser entregue é de acordo com a solicitação. Pacote com 500 folhas (RESERVA DE COTA ITEM 106)	1563	R\$ 28,52	R\$ 44.576,76
253	69591	BARBANTE PARA ARTESANATO - CORES VARIADAS - NUMERO 8 - EMBALAGEM COM 1KG	ROLO	BARBANTE PARA ARTESANATO - CORES VARIADAS - NUMERO 8 - EMBALAGEM COM 1KG	100	R\$ 34,01	R\$ 3.401,00

4.1.1. O valor global estimado da licitação é de **R\$ 315.987,48 (trezentos e quinze mil novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos)**.

4.1.2. APENAS os itens 01 e 97 desta contratação serão destinados a AMPLA PARTICIPAÇÃO, sendo que todos os demais itens serão destinados para PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP, inclusive os itens que tratam de reserva de cota dos itens de ampla participação, conforme preconizado nos incisos I e III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06.

DOTAÇÕES:

4.2. O desembolso se fará mediante rubrica das seguintes dotações orçamentárias:

02.01.01.04.122.0122.2105.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	36	MAN. COMEMORAÇÕES CIVICAS E COMEMORATIVAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.01.01.04.122.0123.2101.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	40	MAN. ATIV.GABINETE DO PREFEITO	MATERIAL DE CONSUMO
02.01.02.04.122.0123.2112.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	46	MAN.ATIV.ASSESSORIA EXECUTIVA	MATERIAL DE CONSUMO
02.01.03.06.181.0122.2108.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	53	MAN.CONVENIO POLICIA CIVIL	MATERIAL DE CONSUMO
02.02.01.04.124.0123.2116.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	63	MAN.ATIV.CONTROLE INTERNO	MATERIAL DE CONSUMO
02.03.01.04.122.0123.2118.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	68	MAN.ATIV.DESENV.SUST.E COMUNICAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.04.01.04.122.0123.2120.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	84	MAN.ATIV-ASSUNTOS JURIDICOS	MATERIAL DE CONSUMO

02.04.03.02.062.0119.2136.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	90	MA.ATIV.PROCON	MATERIAL DE CONSUMO
02.03.01.04.122.0123.2118.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	68	MAN.ATIV.DESENV.SUST.E COMUNICAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.05.01.04.122.0123.2125.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	99	MAN.ATIV.-ADM.GESTÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.01.12.122.0111.2143.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	147	MAN.ATIV.ADM.EDUCAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.02.12.361.0111.2153.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	167	MAN.ATIV.ENSINO FUNDAMENTAL	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.02.12.365.0111.2152.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	190	MAN.ATIV.EDUCAÇÃO INFANTIL	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.02.12.365.0111.2158.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.569.000.0000 Outras Transf.de Rec.FNDE	195	MAN.C.E.I E BERÇÁRIOS	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.04.12.306.0111.2404.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	223	MANUT.DOS PROG.ALIM.POP.PADARIA	MATERIAL DE CONSUMO
02.07.01.04.122.0123.2171.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	248	MAN.ATIV.ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO	MATERIAL DE CONSUMO
02.09.01.20.122.0123.2205.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	277	MAN.ATIV.ADM.AGRICULTURA	MATERIAL DE CONSUMO
02.10.01.27.122.0123.2218.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	305	MAN.ATIV.-ADM. ESPORTES, LAZER	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.01.13.392.0112.2236.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	337	MAN.ATIV.-ADM.CULTURA	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.01.13.392.0112.2237.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	341	AP.FESTAS CIVICAS,TRAD,MANIF,FOLCLORICA S	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.02.13.392.0112.2251.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	347	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.04.13.392.0112.2247.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	359	APOIO AS ATIV. ART.E CULTURAIS	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.04.13.392.0112.2250.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	363	MAN.DAS ATIVIDADES DA FEIRA LIVRE	MATERIAL DE CONSUMO
02.12.01.04.122.0104.2254.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	370	MAN.ATIV.-ADM.OBRAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.13.01.04.122.0123.2286.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	440	MAN. ATIVIDADES - ADM. LOGISTICA	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.1054.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	455	MAN. CASA DE APOIO DE BARRETOS E UBERABA	MATERIAL DE CONSUMO

02.14.01.10.301.0115.2240.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed.	464	MAN.DAS ATIV.DO NASF	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.2295.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.	467	MAN.ATIV.-UBS	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.2396.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed.	477	MANUTENÇÃO DO PMAQ	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.02.10.122.0115.1216.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	492	REAL.CONFERENCIA MUN.DE SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.02.10.122.0115.2311.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov	495	MAN.DE PROG.DE SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.02.10.122.0115.2329.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.	503	MAN.ATIV.-GESTÃO A SAÚDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.04.10.305.0115.2320.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov. 1.659.000.0000 Outros Recursos Vinculados à Saúde.	564	DESENV.DAS AÇÕES EM VIG SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.04.10.305.0115.2507.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	569	MAN.ATIV.CENTRO DE CASTRAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.05.10.303.0115.2323.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.	584	MAN.ATIV.ASSIS.FARMACEUTICA	MATERIAL DE CONSUMO
02.16.00.08.122.0113.2188.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	598	MAN.ATIV.-DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MATERIAL DE CONSUMO

1.661.000.0000 Transf. Recur. Fundos Estaduais de Assist.a			
02.18.01.14.243.0113.2340.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	624	DESENV. E APOIO AÇÕES ATEND CRIANÇA E ADOL.	MATERIAL DE CONSUMO
02.18.01.14.243.0113.2453.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	630	MANUT. RECURSOS F.I.A	MATERIAL DE CONSUMO
02.22.01.08.241.0113.2504.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	646	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.122.0113.2269.3.3.90.30 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	652	IGD-BOLSA FAMILIA	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.122.0113.2446.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social 1.661.000.0000 Transf.Rec.FundosEstaduais de Assist.	662	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.243.0113.2451.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	675	MANUT.PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.245.0113.2203.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	683	MANUT.PROTEÇÃO SOCIAL BASICA CRAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.245.0113.2387.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social 1.661.000.0000 Transf.Rec.FundosEstaduais de Assist.	689	MANUT.PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CREAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.24.01.08.243.0113.2193.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	697	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	MATERIAL DE CONSUMO

4.3. ANÁLISE DE RISCOS:

A Análise e Mapa de Riscos considerados no planejamento da presente contratação constam como documento anexo ao Estudo Técnico Preliminar, sendo que a Matriz de Alocação de Riscos a ser observada tanto na futura ARP/Contrato/Instrumento Congênere, será de acordo com o seguinte:

“CLÁUSULA XX – DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

XX.1. A presente Cláusula estabelece a Matriz de Alocação de Riscos aplicável à Ata de Registro de Preços e aos contratos administrativos dela decorrentes, nos termos do art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021, definindo os riscos contratuais previstos e presumíveis, bem como a responsabilidade de cada parte pelos ônus financeiros decorrentes de sua eventual concretização, observando os princípios da eficiência, da boa-fé objetiva, da cooperação, da segurança jurídica e da manutenção do equilíbrio

econômico-financeiro inicial da contratação, sendo os riscos distribuídos entre as partes de acordo com a seguinte tabela:

Evento Superveniente	Natureza do Risco	Responsável	Probabilidade	Impacto	Mitigação	Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Erros na elaboração das propostas comerciais	Endógeno	Contratada	Média	Médio	Conferência prévia das propostas	Não gera direito
Planejamento inadequado do estoque pela contratada	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Gestão de estoque e programação de compras	Não gera direito
Atraso na aquisição dos produtos junto aos fabricantes	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Planejamento logístico	Não gera direito
Falhas de transporte ou logística	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Contratação adequada de transporte	Não gera direito
Entrega de materiais fora das especificações	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Controle interno de qualidade	Não gera direito
Entrega parcial dos pedidos	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Planejamento operacional	Não gera direito
Defeitos de fabricação dos materiais	Endógeno	Contratada	Baixa	Médio	Controle de qualidade dos fornecedores	Não gera direito
Custos administrativos internos	Endógeno	Contratada	Alta	Baixo	Gestão empresarial	Não gera direito
Aumento ordinário dos custos operacionais	Endógeno	Contratada	Média	Médio	Gestão financeira	Não gera direito
Oscilações normais de mercado durante a vigência da Ata	Endógeno	Contratada	Média	Médio	Precificação adequada da proposta	Não gera direito
Greves internas da contratada	Endógeno	Contratada	Baixa	Médio	Plano de contingência operacional	Não gera direito
Substituição de empregados	Endógeno	Contratada	Média	Baixo	Gestão de pessoal	Não gera direito

Evento Superveniente	Natureza do Risco	Responsável	Probabilidade	Impacto	Mitigação	Reequilíbrio Econômico-Financeiro
contratada						
Danos causados por empregados da contratada	Endógeno	Contratada	Baixa	Médio	Supervisão e treinamento	Não gera direito
Descumprimento das obrigações contratuais	Endógeno	Contratada	Baixa	Alto	Fiscalização contratual	Não gera direito
Alteração unilateral promovida pela Administração	Exógeno	Contratante	Baixa	Alto	Planejamento adequado	Cabível
Atraso injustificado nos pagamentos	Endógeno da Administração	Contratante	Baixa	Alto	Gestão financeira	Cabível
Erros nas ordens de fornecimento emitidas pela Administração	Endógeno	Contratante	Baixa	Médio	Conferência administrativa	Cabível quando houver prejuízo comprovado
Redução ou aumento das quantidades efetivamente demandadas dentro dos limites legais	Exógeno contratual	Contratante	Média	Médio	Planejamento das demandas	Não gera direito, salvo hipóteses legais
Suspensão da execução por determinação administrativa	Exógeno	Contratante	Baixa	Alto	Planejamento institucional	Cabível
Caso fortuito ou força maior que impeça temporariamente o fornecimento	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Comunicação imediata entre as partes, adoção de medidas de contingência e mitigação dos impactos	Cabível, conforme análise do caso concreto
Catástrofes naturais de grande proporção	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Planejamento de contingência e reprogramação da execução	Cabível

Evento Superveniente	Natureza do Risco	Responsável	Probabilidade	Impacto	Mitigação	Reequilíbrio Econômico-Financeiro
					contratual	
Guerra, conflitos internacionais ou bloqueios econômicos que afetem o abastecimento nacional	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Monitoramento do mercado, busca de fornecedores alternativos e negociação das soluções cabíveis	Cabível
Pandemias ou emergências sanitárias oficialmente reconhecidas	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Adoção das medidas sanitárias e administrativas necessárias para continuidade da execução	Cabível
Fatos do príncipe ou atos gerais da Administração Pública que inviabilizem a execução	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Adequação da execução às determinações legais administrativas supervenientes	Cabível
Alterações legislativas que modifiquem tributos incidentes diretamente sobre o contrato	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Médio	Revisão dos impactos tributários e análise administrativa	Cabível, observado o art. 103, § 5º, II, da Lei nº 14.133/2021
Extinção ou indisponibilidade nacional de determinado produto	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Substituição por produto equivalente, quando admitida, ou adoção de nova solução de fornecimento	Cabível
Ruptura excepcional das cadeias nacionais ou internacionais de fornecimento	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Busca de fornecedores alternativos, reprogramação das entregas e adoção de	Cabível

Evento Superveniente	Natureza do Risco	Responsável	Probabilidade	Impacto	Mitigação	Reequilíbrio Econômico-Financeiro
					medidas para minimizar os impactos	

XX.1.1. A presente Matriz de Alocação de Riscos integra o instrumento convocatório, o Termo de Referência, esta Ata de Registro de Preços e os contratos administrativos dela decorrentes, devendo ser observada durante toda a vigência da contratação.

XX.1.2. A distribuição dos riscos foi estabelecida considerando:

I – a natureza do evento de risco;

II – a compatibilidade entre as obrigações assumidas pelas partes;

III – a capacidade de cada parte para prevenir, controlar ou mitigar a ocorrência do evento;

IV – o beneficiário da prestação;

V – a natureza endógena ou exógena do risco;

VI – a probabilidade de sua ocorrência e seu potencial impacto sobre a execução contratual;

VII – as boas práticas de governança aplicáveis às contratações públicas.

XX.2. Constituem riscos de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo de outros previstos na legislação ou decorrentes da natureza da contratação:

I – erros na elaboração da proposta comercial ou na formação dos preços ofertados;

II – planejamento inadequado de estoques, logística, aquisição ou distribuição dos materiais;

III – atraso injustificado na entrega dos materiais de expediente e didáticos solicitados pela Administração;

IV – falhas no transporte, armazenamento, acondicionamento ou manuseio dos materiais até o recebimento definitivo pela Administração;

V – fornecimento de materiais em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade ou demais exigências estabelecidas no Termo de Referência;

VI – entrega parcial, incompleta ou em desconformidade com as Autorizações de Fornecimento;

VII – fornecimento de materiais defeituosos, danificados, impróprios para uso, fora do prazo de validade, quando aplicável, ou que não atendam às normas técnicas pertinentes;

VIII – falhas de fabricação, controle de qualidade ou acondicionamento dos produtos;

IX – indisponibilidade de estoque decorrente de deficiência de planejamento da cadeia de suprimentos;

X – aumento ordinário dos custos operacionais, administrativos, logísticos, de transporte, armazenagem, combustíveis, fretes, mão de obra ou demais insumos inerentes à atividade empresarial;

XI – oscilações normais dos preços de mercado compatíveis com os riscos ordinários do negócio;

XII – greves, paralisações ou dificuldades operacionais internas da Contratada;

XIII – inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, ambientais ou de qualquer outra natureza atribuída à Contratada;

XIV – insolvência, recuperação judicial, falência ou incapacidade econômico-financeira da Contratada;

XV – fraudes, irregularidades documentais, perda das condições de habilitação ou descumprimento das obrigações assumidas na licitação, na Ata de Registro de Preços ou nos contratos administrativos dela decorrentes.

XX.2.1. A ocorrência dos riscos previstos neste item não ensejará recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou dos contratos dela decorrentes, por constituírem riscos ordinários inerentes à atividade empresarial assumidos pela Contratada quando da apresentação de sua proposta.

XX.3. Constituem riscos de responsabilidade da CONTRATANTE:

I – atraso injustificado na emissão das Autorizações de Fornecimento ou instrumentos equivalentes;

II – atraso injustificado no recebimento dos materiais por motivo exclusivamente imputável à Administração;

III – atraso no pagamento das obrigações regularmente liquidadas;

IV – erros materiais ou omissões relevantes nas especificações constantes do Termo de Referência que impeçam ou dificultem a adequada execução contratual;

V – alterações unilaterais promovidas pela Administração nas hipóteses legalmente admitidas;

VI – suspensão da execução por determinação administrativa, quando não decorrente de inadimplemento da Contratada;

VII – falhas relevantes na gestão administrativa ou fiscalização da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela decorrentes.

XX.3.1. A ocorrência dos eventos acima poderá ensejar a adoção das medidas necessárias à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, desde que preenchidos os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

XX.4. Serão considerados riscos compartilhados aqueles decorrentes de fatos supervenientes cuja prevenção, mitigação ou gerenciamento dependa da atuação conjunta das partes, especialmente:

I – caso fortuito ou força maior;

II – calamidades públicas;

III – desastres naturais ou eventos climáticos extremos;

IV – pandemias, epidemias ou emergências sanitárias oficialmente reconhecidas;

V – guerra, conflitos internacionais, bloqueios econômicos ou outras situações excepcionais que afetem o abastecimento nacional ou internacional;

VI – ruptura extraordinária das cadeias nacionais ou internacionais de fornecimento;

VII – indisponibilidade nacional ou descontinuação de fabricação de determinado produto durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

VIII – fatos do príncipe ou atos gerais do Poder Público que inviabilizem ou restrinjam significativamente a execução contratual;

IX – alteração legislativa superveniente que implique aumento ou redução dos tributos diretamente incidentes sobre a execução da contratação;

X – fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que afetem substancialmente a execução contratual.

XX.4.1. Verificada a ocorrência de qualquer dos eventos previstos neste item, a parte que deles tomar conhecimento deverá comunicar formalmente a outra, instruindo o processo administrativo com documentação suficiente para comprovação da ocorrência, da extensão dos impactos e das medidas adotadas para mitigação de seus efeitos.

XX.4.2. Os efeitos financeiros decorrentes dos riscos compartilhados serão analisados pela Administração conforme as circunstâncias concretas do caso, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, boa-fé objetiva, cooperação, continuidade do serviço público e preservação do interesse público.

XX.5. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser reconhecido o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro quando:

I – ocorrer evento cuja responsabilidade tenha sido atribuída à parte diversa daquela que suportou seus efeitos financeiros;

II – houver alteração unilateral promovida pela Administração, nos termos do art. 124, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – sobrevier aumento ou redução, por legislação posterior à contratação, dos tributos diretamente incidentes sobre a execução contratual;

IV – ocorrer fato superveniente extraordinário, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que torne excessivamente onerosa ou inviável a execução contratual, desde que o respectivo risco não tenha sido expressamente atribuído à parte requerente.

XX.5.1. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído com demonstração técnica e documental do nexo causal entre o evento ocorrido e o efetivo impacto econômico suportado pela parte requerente, cabendo à Administração manifestar-se no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação mediante justificativa.

XX.6. Não serão admitidos pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quando decorrentes de riscos expressamente atribuídos à CONTRATADA nesta Matriz, incluindo, dentre outros:

- I – erros de planejamento empresarial;
- II – formação inadequada da proposta;
- III – insuficiência de estoque;
- IV – falhas logísticas;
- V – atrasos de fornecedores da Contratada;
- VI – aumento ordinário dos custos operacionais;
- VII – oscilações normais de mercado;
- VIII – dificuldades comerciais na aquisição dos produtos;
- IX – greves ou paralisações internas da Contratada;
- X – falhas administrativas internas;
- XI – descumprimento das obrigações assumidas contratualmente.

XX.7. Sempre que houver cobertura securitária disponível e economicamente compatível com o objeto contratado, os riscos seguráveis permanecerão preferencialmente sob responsabilidade da CONTRATADA, nos termos do § 2º do art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021.

XX.7.1. Os custos decorrentes da contratação de seguros eventualmente necessários deverão estar contemplados na composição dos preços apresentados pela Contratada, sendo vedada qualquer cobrança posterior da Administração.

XX.8. As partes obrigam-se a adotar todas as medidas razoavelmente cabíveis para prevenir a ocorrência dos eventos previstos nesta Matriz ou reduzir seus impactos, atuando de forma cooperativa durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela decorrentes.

XX.8.1. A omissão injustificada na adoção das medidas preventivas ou mitigadoras poderá acarretar a responsabilização exclusiva da parte omissa pelos prejuízos decorrentes.

XX.9. A parte que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer evento previsto nesta Matriz deverá comunicar formalmente a outra parte no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência do fato, apresentando descrição circunstanciada do evento, documentação comprobatória disponível e indicação das providências já adotadas para minimizar seus efeitos.

XX.9.1. O descumprimento injustificado do dever de comunicação poderá ser considerado na apuração das responsabilidades decorrentes do evento, sem prejuízo das demais consequências legais e contratuais.

XX.10. A presente Matriz poderá ser revista durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou dos contratos administrativos dela decorrentes quando houver alteração legislativa, orientação superveniente dos órgãos de controle, modificação relevante das condições originalmente consideradas ou outro fato devidamente justificado que recomende sua atualização, mediante formalização em processo administrativo e observância da legislação vigente.

XX.11. Os casos omissos serão decididos pela Administração, observando-se a Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios gerais do Direito Administrativo, as cláusulas contratuais, a presente Matriz de Alocação de Riscos e os entendimentos consolidados dos órgãos de controle, preservando-se, sempre que possível, o equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação e a continuidade da execução do objeto.

XX.12. A assinatura da presente Ata de Registro de Preços, do Contrato Administrativo ou do instrumento equivalente implica ciência e concordância das partes quanto à distribuição dos riscos estabelecida nesta cláusula, reconhecendo que o equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação foi definido considerando a presente Matriz de Alocação de Riscos, sendo vedada a formulação de pedidos de

recomposição relacionados aos riscos expressamente assumidos pela própria parte, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.”

5 – DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Em virtude da imprescindibilidade da aquisição de material de expediente para garantir o funcionamento das diversas Secretarias de Ibiá/MG, e com fundamento nos dispositivos da Lei nº 14.133/21, bem como considerando o impacto da continuidade das atividades administrativas, justifica-se a necessidade da aquisição dos materiais e didáticos por meio de processo licitatório ou, se aplicável, por dispensa de licitação, conforme os limites e condições estabelecidos pela legislação vigente.

Esta aquisição visa, portanto, assegurar o bom andamento dos serviços prestados à população e aos servidores municipais, respeitando os princípios da legalidade, eficiência e economicidade, fundamentais na gestão pública.

Sob a perspectiva do ciclo de vida dos objetos, a solução abrange: (i) o planejamento da demanda com base nos atendimentos realizados pelas equipes técnicas, e no histórico de necessidades das secretarias; (ii) a realização de procedimento licitatório na modalidade de registro de preços, possibilitando a seleção de fornecedores aptos a fornecer produtos com qualidade, regularidade e conformidade; (iii) a aquisição sob demanda, conforme a necessidade efetiva da Administração; (iv) o recebimento, armazenamento e controle dos itens, garantindo a integridade e a adequada conservação dos produtos; (v) a distribuição às secretarias, de forma organizada; e (vi) o monitoramento da execução, permitindo ajustes contínuos no planejamento e na oferta dos benefícios.

Os materiais de expediente e didáticos constituem insumos essenciais no âmbito das atividades das secretarias, sendo fundamental para assegurar as condições mínimas de trabalho, promover e garantir padrões básicos de trabalho dos servidores públicos e ao bom atendimento a população do município de Ibiá - MG. Dessa forma, a solução deve assegurar não apenas a disponibilidade dos itens, mas também sua qualidade, padronização, evitando situações de desassistência.

A adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta vantagens relevantes para a gestão da contratação, destacando-se:

- Flexibilidade e adequação à demanda real: permite aquisições parceladas conforme a necessidade, evitando excessos ou insuficiências;
- Eficiência na gestão de recursos: reduz desperdícios e possibilita melhor planejamento da distribuição;
- Celeridade nas contratações: viabiliza aquisições mais rápidas durante a vigência da ata, sem necessidade de novos certames a cada demanda;
- Economicidade: favorece a obtenção de preços mais vantajosos, em razão da competição entre fornecedores e da expectativa de fornecimento continuado;
- Padronização e qualidade: assegura que os itens adquiridos atendam às especificações previamente definidas;
- Redução de custos administrativos: minimiza a repetição de processos licitatórios;
- Previsibilidade orçamentária: contribui para o planejamento financeiro, ainda que as aquisições ocorram de forma eventual.

Adicionalmente, a solução contempla aquisição de material de expediente, garantindo praticidade na distribuição, padronização dos itens.

Os produtos a serem adquiridos deverão atender a padrões adequados de qualidade e segurança, observando as normas vigentes e assegurando sua aptidão para o uso imediato dos servidores públicos, contribuindo efetivamente para a melhoria das condições de trabalho dos servidores e da população.

A contratação será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento mais vantajoso para a Administração, garantindo ampla competitividade, isonomia entre os licitantes e transparência no processo.

Ressalta-se que todos os elementos necessários à execução contratual encontram-se devidamente detalhados no Termo de Referência, incluindo especificações dos itens, quantitativos estimados, condições de fornecimento, prazos, critérios de aceitação, bem como as obrigações e responsabilidades da contratada.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada, eficiente e alinhada ao interesse público, ao assegurar o fornecimento dos itens, contribuindo para a efetividade das políticas públicas do Município de Ibiá/MG.

6- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO:

6.1.1. Conforme a solução apontada, a licitação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, conforme Arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 6.221/2023, através de Pregão Eletrônico (Lei 14.133/2021, art. 29).

6.1.2. A futura Ata de Registro de Preços deverá observar as seguintes condições:

6.1.3. Futura e eventual aquisição de material de expediente para atender às necessidades das Secretarias Requisitantes, conforme especificações e quantitativos definidos, garantindo o fornecimento e adequado às atividades institucionais de cada demandante.

6.1.4. Os produtos deverão ser de primeira qualidade, em perfeito estado de conservação. Os itens deverão atender às normas vigentes, conforme legislação aplicável, estando em conformidade com as demais legislações federais, estaduais e municipais.

6.1.5. Os produtos deverão ser entregues, conforme a natureza de cada item. As embalagens deverão ser íntegras, resistentes e apropriadas para cada item, contendo identificação do produto. Não serão aceitos produtos com embalagens danificadas, violadas ou sem identificação adequada.

6.1.6. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos com, no máximo 15 dias de prazo par entrega após a data da requisição/pedido.

6.1.7. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma e solicitação das secretarias demandantes. Os prazos de entrega deverão atender à necessidade das Secretarias requisitantes.

6.1.8. Os quantitativos serão estimados, podendo sofrer variações conforme a demanda real das secretarias. A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender às demandas variáveis.

6.1.9. Produtos entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus para a Administração. A aceitação definitiva dos produtos ocorrerá após conferência da qualidade, quantidade e conformidade com os requisitos estabelecidos.

6.1.10. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos provenientes de práticas sustentáveis, respeitando as normas ambientais e de bem-estar animal, cabendo à contratada adotar medidas que minimizem impactos ambientais relacionados ao transporte e acondicionamento dos produtos.

6.1.11. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e habilitada, atendendo às exigências da legislação vigente, sendo o fornecimento executado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

6.1.12. Os itens solicitados deverão atender às exigências de qualidade, normas de transporte, observados aos padrões e normas/decretos baixados pelos órgãos competentes de controle de qualidade, rotulagem e código de ética do consumidor.

6.1.13. O transporte de todos os produtos deverá ser efetuado em veículo adequado que atenda a todas as exigências e normas vigentes, dotados de cobertura para proteção da carga e não devem transportar outras cargas que comprometam a qualidade dos materiais de expediente.

6.1.14. Os veículos de transporte devem ser próprios para o transporte, e devem ser mantidos sempre limpos e higienizados

6.1.15. Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - Certificações de Qualidade (INMETRO/ABNT) para os produtos que onde esta se aplica, nos termos

da Portaria nº 423, de 08 de outubro de 2021 do INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art 39, VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

6.1.16. Os produtos objeto da presente contratação deverão ser fornecidos devidamente acondicionados de forma individual, em embalagens apropriadas, íntegras e resistentes, que garantam a proteção, conservação, higiene e qualidade dos itens até o momento da entrega ao destinatário final.

6.1.17. As embalagens deverão ser adequadas à natureza de cada produto, observando as normas de segurança aplicáveis, sendo vedada a utilização de embalagens danificadas, reutilizadas ou que comprometam a integridade dos itens.

6.1.18. No caso específico cada item deverá ser entregue devidamente organizado e embalado individualmente, de modo a permitir fácil manuseio, transporte e distribuição, assegurando a padronização e identificação dos produtos.

6.1.19. A contratada será responsável por quaisquer danos decorrentes de acondicionamento inadequado, devendo proceder à imediata substituição dos produtos que não atendam às condições estabelecidas nesta cláusula, sem ônus para a Administração.

6.1.20. A CONTRATADA(O) deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses além da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor para defeitos de fabricação ou mal funcionamento do produto.

6.2.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano contado a partir da assinatura, com eficácia a partir da publicação do extrato da presente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e poderá ser prorrogada, por até igual período, desde que comprovado que as condições e o preço vantajoso permanecem vantajoso, de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/21 e Art. 10, § 1º, do Decreto Municipal nº 6.221/23.

6.2.2. DA PRORROGAÇÃO:

6.2.2.1. No termos da parte final artigo 11 do Decreto Municipal nº 6.221, de 01 de Novembro de 2023, por se tratar de hipótese de registro de preços para futura e eventual aquisição de item de necessidade permanente da Administração, portanto, com natureza de fornecimento contínuo, no caso de prorrogação da vigência da presente ata de registro de preços, poderá ser renovado o quantitativo ora registrado, desde que atendidos os critérios de interesse público e vantajosidade em favor da administração.

6.2.2.2. O ato de prorrogação da vigência da presente ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e indicar o quantitativo renovado, até o limite inicialmente registrado.

6.2.3. DO PREÇO REGISTRADO E DA DIFERENÇA PERCENTUAL:

6.2.3.1. O(s) preço(s), a(s) marca(s), a(s) quantidade(s) e a(s) especificação (ões) dos produtos a ser(em) fornecido(s) encontram-se indicados no quadro contido no desta ARP.

6.2.3.2. A(s) diferença(s) percentual (is) entre o(s) valor(es) unitário(s) registrado(s) e o(s) valor(es) pesquisado(s) de cada produto a(s) qual(is) deve(m), preferencialmente, ser(em) mantida(s) durante a vigência desta Ata, também está(ão) especificada(s) nesta ARP.

6.2.3. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

6.2.3.1. Após a homologação da licitação ou a autorização da contratação direta, o Registro de Preços de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, de 01º de abril de 2021, observará, entre outras, as seguintes condições:

- a) serão registradas na Ata de Registro de Preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta;
- b) será incluído na respectiva ata, na forma anexa, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos dos licitantes vencedor na ordem de classificação do certame; e
- c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Ibiá – MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

6.2.3.2. O Registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor

na ordem de classificação do certame, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, cuja lista constará da presente ata, na forma de anexo.

6.2.3.3. Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

6.2.3.4. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.2 será efetuada caso e quando houver a necessidade de convocação dos mesmos.

6.2.3.4. **A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas por todo prazo de vigência da ata**, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.2.3.5. O compromisso de fornecimento também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto com preço igual ao do licitante vencedor.

6.2.3.6. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município de Ibiá – MG para assumir o remanescente da Ata de Registro de Preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.2.3.7. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto, no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

6.2.4. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS:

6.2.4.1. Autorizado o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição dos itens objeto do presente certame ou homologado o resultado da licitação, o proponente ou o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no sistema da plataforma *Licitanet* (www.licitanet.com.br), no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, em até 5 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação, podendo o prazo ser prorrogado um vez por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

6.2.4.2. Na hipótese de recusa ou perda do prazo para assinar a presente ata por parte do convocado, poderá a Administração promover a convocação dos licitantes que aceitaram registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação constante do cadastro de reservas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23.

6.2.4.3. A perda de prazo, a recusa injustificada, ou cuja justificativa não foi aceita pela Administração por qualquer dos licitantes, implicará na instauração de processo administrativo para, após garantido o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

6.2.4.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a presente ata de registro de preços nos termos do item 7.2, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos dos documentos constante do Processo Licitatório que deu origem ao Pregão Eletrônico nº 029/2026.

6.2.4.5. A assinatura Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas durante toda a vigência da ata, sendo que seu descumprimento injustificado implicará na instauração de processo administrativo para aplicações das sanções previstas na Lei 14.133/21, no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

6.2.4.6. Na forma do artigo 19 do Decreto Municipal nº 6.221/23, **as contratações decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou**

outro instrumento equivalente, observado o disposto no artigo 95 da Lei 14.133/21.

6.2.5. DA REGÊNCIA:

6.2.5.1 – A presente Ata de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 6.221/23 e demais normas complementares, sendo que eventuais casos omissos serão decididos com base na Lei Federal nº 8.078/90, na Lei Federal nº 10.406/02, nos princípios gerais de Direito Administrativo ou nos princípios gerais de direito.

6.2.6. DA VEDAÇÃO DE ADESÃO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

6.2.6.1. As quantidades previstas na Ata de registro de Preço foram estimadas com base na realidade do município de Ibiá/MG, portanto não será permitida a Adesão de órgão ou entidades, conforme previsto no Capítulo VIII, artigos 31, 32 e 33 do Decreto Federal nº 11.462/23, que regulamenta a utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes.

6.2.7. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

6.2.7.1. A entrega dos itens objeto desta licitação deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Ibiá, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

6.2.7.2. O horário das entregas será determinado pelas secretarias requisitantes, agendados previamente pela CONTRATANTE, conforme locais abaixo indicados:

LOCAL DE ENTREGA	REPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO/FISCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Almoxarifado Central Prefeitura de Ibiá-MG	Robison Mantoani	Avenida Tancredo Neves S/N - Centro	34 3631 5775

6.2.8. DO RECEBIMENTO DA(S) PRODUTOS:

6.2.8.1. O(s) materiais(s) objeto da presente Ata de Registro de Preços será(ão) executados pela(o) **CONTRATADA(O)**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas no **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026** e seus anexos, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21.

6.2.8.2. O(s) produtos(s) objeto desta licitação será(ão) entregues(s) pela **CONTRATADA**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2.8.3. As requisições a serem emitidas para entrega do(s) produtos descritos, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá/MG o direito de emissão da Requisição de produtos de forma parcelada, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

6.2.8.4. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo **CONTRATANTE**.

6.2.8.5. A **CONTRATADA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente ata durante toda sua vigência, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.2.8.6. A **CONTRATADA** receberá através de e-mail, ou pessoalmente esta Nota de Autorização de Fornecimento - NAF, e deverá emitir a nota fiscal dos materiais entregues.

6.2.8.7. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo(a) **CONTRATANTE** e deverá ser realizada no local designado pelo Órgão Requisitante, sendo recebida pelo Fiscal designado na presente ata, que adotará os seguintes procedimentos:

a) **recebimento provisório:** de posse dos documentos apresentados pela(o) CONTRATADA(O) e de uma via da presente ata, receberá o(s) material(is) / material(s)/ material(s) para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pela(o) CONTRATADA(O), ou aprovando, receberá provisoriamente o(s) material(is), mediante recibo;

b) **recebimento definitivo:** após o recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital, e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante a expedição de termo circunstanciado e recibo apostado na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias).

6.2.8.8. Encontrando irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados o Fiscal o(s) devolverá(ao) o produto para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP;

6.2.8.9. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o fiscal informará o Gestor da presente ata para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidade.

6.2.8.10. É vedada, tanto a entrega dos produtos por parte da CONTRATADA, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelo Fiscal da ata, com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no - Diário Oficial do Município de Ibiá/MG.

6.2.9. DAS OBRIGAÇÕES:

6.2.9.1. DO CONTRATANTE:

6.2.9.2. QUANDO GERENCIADOR:

6.2.9.2.1. Gerenciar a ARP, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o fornecedor, as quantidades e os valores a serem praticados.

6.2.9.2.2. Autorizar a adesão à ARP pelo Órgão não Participante, nas condições previstas na legislação.

6.2.9.2.3. Conduzir os procedimentos relativos às revisões dos preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados, obedecidas às disposições da legislação.

6.2.9.2.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do SRP.

6.2.9.2.5. Notificar o Detentor, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

6.2.9.2.6. Publicar no Diário Oficial as alterações de preço(s) e marca(s).

6.2.9.2.7. Publicar no Diário Oficial o(s) preço(s) registrado(s), no mínimo, trimestralmente.

6.2.9.3. QUANDO PARTICIPANTE:

6.2.9.3.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) produto(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.

6.2.9.3.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do órgão gerenciador.

6.2.9.3.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.

6.2.9.3.4. Informar ao Órgão Gerenciador, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do fornecedor, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido.

6.2.9.3.5. Encaminhar ao Órgão Gerenciador cópia dos documentos emitidos, eventuais anulações e relatório de desempenho de fornecedor no prazo de 02 (dois) dias úteis da ocorrência, nos casos em que o contrato for substituído por nota de empenho ou instrumento equivalente.

6.2.9.3.6. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações

contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.

6.2.9.3.7. Acompanhar os preços e marcas registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações.

6.2.9.3.8. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento a legislação pertinente.

6.2.9.4. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:

6.2.9.4.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida no contrato ou documento equivalente.

6.2.9.4.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento e entrega do objeto desse certame, com preposto idôneo e habilitado, efetuando inclusive conferência e atestando para efeito de pagamentos.

6.2.9.4.3. Emitir ordem de compras de início da execução do contrato ou documento equivalente.

6.2.9.4.4. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento do objeto licitado.

6.2.9.4.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do presente Edital, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.2.9.4.6. Notificar a CONTRATADA por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto desse certame, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhes, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

6.2.9.4.7. Determinar e indicar as locais onde deverão ser entregues os produtos.

6.2.9.4.8. Fiscalizar, supervisionar a entrega e fornecimento dos produtos objeto do contrato ou documento equivalente, através de preposto idôneo e habilitado.

6.2.9.4.9. Notificar a CONTRATADA, quaisquer irregularidades a serem supridas.

6.2.9.5. DA CONTRATADA:

6.2.9.5.1. Manter, durante o fornecimento dos produtos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.9.5.2. Designar um preposto, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização da CONTRATANTE e para tomar deliberações sobre todos os assuntos, para o bom e fiel cumprimento do contrato, sendo formal e previamente indicado à Administração.

6.2.9.5.3. Cumprir todas as normas técnicas pertinente ao ramo de atividades.

6.2.9.5.4. Fornecer mão de obra, equipamentos e utensílios necessários ao fornecimento do objeto contratados.

6.2.9.5.5. Fornecer pessoal devidamente habilitado e qualificado no fornecimento e entrega dos produtos.

6.2.9.5.6. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e outros advindos do contrato.

6.2.9.5.7. Responder por quaisquer danos que venham a ser causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, no exercício de suas tarefas.

6.2.9.5.8. Responsabilizar-se integralmente para com a execução do objeto contratado, sendo que a presença da fiscalização da CONTRATANTE, não diminui ou exclui esta responsabilidade.

6.2.9.5.9. Cumprir corretamente as instruções do CONTRATANTE, devendo executar o fornecimento dos produtos no prazo máximo pré-estabelecido.

6.2.9.5.10. Contratar e dispensar, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, todo o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos serviços contratados, bem como, o pagamento dos encargos trabalhistas e sociais devidos, nos prazos da lei.

6.2.9.5.11. Responder perante a CONTRATANTE e a terceiros por prejuízos causados em razão dos atos praticados no fornecimento e entrega do objeto contratado a seu cargo, por si e por seus empregados utilizados direta ou indiretamente.

6.2.9.5.12. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros

instrumentos hábeis enviados pelo CONTRATANTE.

6.2.9.5.13. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

6.2.9.5.14. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

6.2.9.5.15. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo CONTRATANTE.

6.2.9.5.16. Entregar os produtos no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes deste instrumento.

6.2.9.5.17. Garantir a boa qualidade dos produtos fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.

6.2.9.5.18. Substituir, após solicitação do CONTRATANTE, ou propor a substituição da(s) marca(s) dos produtos registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados neste instrumento, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável ou daqueles registrados na ata de registro de preços.

6.2.9.5.19. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável, o que deverá ser realizado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

6.2.9.5.20. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do CONTRATANTE, quando solicitadas.

6.2.9.5.21. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

6.2.9.5.22. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

6.2.9.5.23. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

6.2.9.5.24. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

6.2.9.5.25. Responder, integralmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CONTRATANTE.

6.2.9.5.26. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

6.2.9.5.27. Trocar item(ns) licitado(s) recusado(s) pela fiscalização, conforme notificação e no prazo preestabelecido, sob seu único e exclusivo ônus e responsabilidade.

6.2.9.5.28. As requisições a serem emitidas para aquisições dos itens contidos na presente ata, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá-MG o direito de emissão da requisição de compras ou serviços de forma parcelada, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

6.2.9.5.29. Comunicar ao(a) CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos e de força maior, que comprometam a execução do contrato, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerado.

6.2.9.5.30. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

6.2.9.5.31. Nos casos em que se aplica prazo de validade, a CONTRATADA entregará os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

6.2.9.5.32. A CONTRATADA deverá adotar medidas para que o transporte dos materiais, até o local da entrega, seja feito em condições higiênicas e sanitárias.

6.2.9.5.33. Cumprir as exigências quanto à rotulagem dos produtos, para que a mesma esteja em conformidade com a legislação em vigor.

6.2.9.5.34. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

6.2.9.5.35. A CONTRATADA deverá prestar garantia da qualidade, devendo substituir sempre que comprovado pelo fiscal do contrato, que o produto não possui condições de preparo e consumo.

6.2.10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA:

6.2.10.1. A presente ata de registro de preços será cancelada pela Administração Pública, quando o fornecedor:

I - for liberado pela Administração Pública do compromisso assumido, mediante justificativa constante do processo administrativo;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

III - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

IV - não aceitar manter seu preço registrado, no caso de indeferimento do pedido de revisão de preços previsto neste termo de referência, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e na presente Ata; ou

V - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

VI - não aceitar reduzir seu preço após pesquisa de preços realizada pela Administração, na forma do item 15.2.

6.2.10.1.1. Na hipótese prevista no inciso V do item 6.2.10.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2.10.1.2. No caso das hipóteses previstas nos incisos do item 6.2.10.1, o fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação eletrônica remetida para o e-mail cadastrado pelo mesmo para comunicações.

6.2.10.1.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 6.10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, após a providência prevista no item 16.10.1 acima.

6.2.10.1.4. Na hipótese de cancelamento da presente ata de registro de preços, A Administração Pública poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva ou, na falta deste, dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, nesta última hipótese respeitado o procedimento previsto no § 7º do art. 15 do Decreto Municipal nº 6.221/2023.

6.2.10.2. O cancelamento dos preços registrados na presente ata poderá ser realizado pela Administração Pública, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações nos casos previstos 15.2.2, 15.2.3, 15.3.3, 15.3.4 e 18.1.4.

6.2.10.2.1 – Na hipótese de cancelamento dos preços registrados previstas nos incisos do item acima, a Administração Pública adotará de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.2.11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

6.2.11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata;
- b) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da presente ata;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente ata sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da presente ata;
- f) praticar ato fraudulento na execução da presente ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13;
- i) der causa ao cancelamento da presente ata ou de preço registrado na presente ata, sem motivo justificado e aceito pela Administração Pública.

6.2.11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i” do item 19.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 19.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

IV - Multa:

a) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos bens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pelo cancelamento da presente ata, em razão do descumprimento das suas condições.

b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos produtos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as condições de garantia do produto e/ou de instalação e funcionamento, limitada a 10% (dez por cento) do valor desses bens.

d) multa compensatória de 5% (cinco por cento) pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, a qual será calculada sobre o valor total do saldo remanescente da presente ata.

e) multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de cancelamento preço registrado sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

f) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da presente ata, em caso do cancelamento da presente ata sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

6.2.11.3. A aplicação das sanções previstas na presente ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21)

6.2.11.3.1. Todas as sanções previstas na presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

6.2.11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a apresentação de defesa pelo interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)

6.2.11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21),

conforme o caso.

6.2.11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.2.11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.2.11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.2.11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

6.2.11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

6.2.11.8. A Administração Pública deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituído no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

6.2.11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.2.11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7-DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

7.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado Fiscal e Gestor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, bem ainda, a execução da presente ARP, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2. O Órgão requisitante será competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, através dos gestores e fiscal designadas abaixo:

GESTORES:

Secretaria Municipal de Saúde

Ticiane Angélica dos Santos

Secretaria Municipal de Controle Interno

Clarice Nascimento Silveira

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

Felisberto Paiva Carvalho

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

João Henrique Assunção

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Kassiléia Aparecida de Souza

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunicação

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Leandro Fabrício Marques Reis

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Helvécio Nascimento

Secretaria Municipal Logística

Alexandre Mantoani

Secretaria de Fazenda e Planejamento

Rodrigo Mendes Braz

Secretaria Municipal de Educação

Inês Nascimento Correa

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Silvia Helena Pinheiro Moraes

Secretaria Municipal de Gestão

Nahara Christina Albino Kersul

Secretaria Municipal de Gabinete

Livia Maria Pimenta Rodrigues Reis

Fiscal:

NOME: ROBISON MANTOANI

7.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

7.4. A fiscalização do recebimento dos produtos adquiridos ficará a cargo do fiscal da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei Federal nº 14.133/21,

competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

7.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da presente ARP, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.6. Compete ao gestor da ARP acima identificado exercer a administração do contrato nos termos do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos.

7.7. Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto do presente contrato nos termos do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

7.8. O **CONTRATANTE** reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados no presente contrato e seus anexos ou no Termo de Referência - TR.

8 – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E DOS VALORES DA ATA:

8.1. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.1.1. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

8.1.2. A CONTRATADA obterá pagamentos somente dos produtos efetivamente entregues, conforme atestado e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE, após o recebimento definitivo.

8.1.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE.

8.1.4. Em caso de irregularidade na emissão da nota fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

8.1.5. Somente após o cumprimento de todas as exigências acima será contado o prazo para a liberação do pagamento.

8.1.6. A Nota fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

8.1.7. A Administração poderá reter o pagamento das faturas nos seguintes casos:

I. Irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados;

II. Atraso na entrega ou substituição do(s) mesmo(s);

III. Obrigação da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar a Prefeitura;

IV. Débito da CONTRATADA para com o município ou terceiros que provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações, conforme art. 139, IV da Lei 8.666/93;

V. Não cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda a cláusula infringida.

8.1.8. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

8.1.9. A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão Eletrônico e da ACS – Autorização de Compras e Serviços ou NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, para posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

8.1.10. As notas fiscais deverão constar o número do processo licitatório, sob pena de devolução pelo

CONTRATANTE.

8.1.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

8.1.12. Haverá retenção na fonte do imposto de renda IR em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

8.1.13. Os documentos comprobatórios deverão ser emitidos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

8.1.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.15. Haverá retenção na fonte do imposto DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO), em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003.

8.2. DO REAJUSTE E SEU ÍNDICE:

8.2.1. O preço registrado na presente ata é irrealizável, salvo nos de atualizações dos preços pela Administração Pública ou de deferimento pedido de revisão de preços apresentado pela CONTRATADA.

8.2.2 Na hipótese de renovação da presente ata de registro de preços com renovação do quantitativo, na forma do item 2.2, a CONTRATADA poderá solicitar reajuste em sentido estrito dos preços registrados.

8.2.3 - A periodicidade de reajuste em sentido estrito do preço registrado será anual, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme disposto no art. 25, § 7º da Lei 14.133/21 e art. 3º, §1º da Lei 10.192/01.

8.2.4. - O índice utilizado para reajuste será a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha substituí-lo, por se tratar de fornecimento de bens comuns.

8.3. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DE PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

8.3.1. Os preços registrados poderão ser atualizados pela Administração após pesquisa de preços periódicas ou revisados após pedido da CONTRATADA em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP como um todo tal como pactuado.

8.3.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, após constatação efetivada pesquisa periódica realizada pela Administração Pública nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal nº 6.221/23, a CONTRATADA será convocada para negociar a redução dos preços registrados.

8.3.2.1. Caso a CONTRATADA não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, a mesma será liberada do compromisso assumido quanto ao preço registrado, sem aplicação de qualquer tipo de penalidades administrativas.

8.3.2.2. Na hipótese do item anterior, a Administração convocará os demais licitantes constante da lista de reserva obedecida a ordem de classificação, para negociar o fornecimento do item de acordo com os valores praticados pelo mercado, firmando-se nova ata em caso de sucesso.

8.3.2.3. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8.3.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado à CONTRATADA requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, desde que comprove e demonstre:

a) a ocorrência fato superveniente qualificado, ou seja, de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP como um todo tal como pactuado;

b) a modificação substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor signatário da Ata de Registro de Preços e da Administração Pública, a ser demonstrada através de planilha que comprove a existência de desequilíbrio na ARP como um todo, considerados todos os itens com preços registrados; e

c) a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstrem que o preço de mercado efetivamente se tornou superior e tornou inviáveis as condições inicialmente pactuadas.

8.3.3.1. A iniciativa e o ônus probatório de todos os requisitos para revisão do preço registrado previsto no item 15.3 acima competem inteiramente à CONTRATADA, cabendo à Administração a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.3.3.2. Na hipótese de indeferimento do pedido de revisão de preço registrado, a CONTRATADA continuará obrigada a cumprir os compromissos de fornecimento pelo valor registrado na presente ata, sob pena de não o fazendo, ser instaurado processo administrativo para o cancelamento do registro de preço e imposição de penalidades administrativas.

8.3.3.3. Caso seja cancelado o registro de preços na forma na parte final do item 15.3.2, a Administração Pública poderá convocar os demais licitantes constantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens pelo preço registrado na presente ata, respeitando-se a ordem de classificação.

8.3.3.4. Caso nenhum dos licitantes do cadastro de reservas aceite assumir o fornecimento de bens, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação e assinatura de nova ata, limitando-se a negociação ao valor e condições da última oferta apresentada pelos mesmos no pregão, desde que referido valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

8.3.3.5. Não havendo êxito nas negociações na forma dos itens 15.3.3 e 15.3.4, a Administração Pública procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

8.3.4. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para responder aos pedidos de reajuste ou revisão de preços acima previstos, contados da data de protocolo dos mesmos junto à repartição competente.

8.4. DA PESQUISA PERIÓDICA DE PREÇOS:

8.4.1. A pesquisa periódica de preços poderá consistir em consultas ao mercado, a publicações especializadas, a preços praticados no âmbito da Administração Pública, a listas de instituições privadas e públicas de formação de preços ou outros meios praticados no mercado.

8.4.2. As consultas referidas no subitem anterior poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação, devendo ser certificadas pela autoridade competente.

8.4.3. A pesquisa periódica de preços, a critério da Administração Pública, poderá ser repetida sempre que necessário à preservação do interesse público, considerado o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições específicas.

8.4.4. Será utilizada, preferencialmente, a média aritmética simples dos preços pesquisados como referência.

9 – FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

9.1. Conforme a solução apontada, a licitação será realizada pelo Sistema de Registro de Preços, conforme Arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 6.221/2023, através de Pregão Eletrônico (Lei 14.133/2021, art. 29).

9.2. Conforme lei 123/06 os itens 01 e 11 serão de ampla participação e demais itens para a participação exclusiva para ME/EPP.

9.3 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do inciso I do Art. 33 da Lei 14.133/2021.

9.4. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS E DO JULGAMENTO:

9.4.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e no item 7 da minuta do Edital, e verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto no item **10 - DA CONDIÇÃO PRÉVIA PARA HABILITAÇÃO e 11 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**, da minuta do edital.

9.5.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as especificações e demais condições estabelecidas na minuta de Edital e neste Anexo.

9.5.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor:

- a) que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) que contiverem opções de preços alternativos;
- c) que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
- d) que não atenderem aos requisitos do item 5 deste edital;
- e) que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.5.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do(a) próprio(a) licitante, para os quais ele(a) renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.5.3.1. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha a ser apresentada junto com a proposta, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

9.5.3.1.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei n.º 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto ao(a) proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- c) verificação de outros contratos que o(a) proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- d) pesquisa de preço com CONTRATADA dos insumos utilizados;
- e) verificação de notas fiscais de serviços prestados pelo(a) proponente;
- f) consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- g) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
- h) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

9.5.3.1.2. Não havendo a comprovação da exequibilidade da proposta, esta será desclassificada.

9.5.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.5.6. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o(a) licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do(a) licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

9.5.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo Sistema Eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.5.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.5.8. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5.9. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do Sistema Eletrônico, contraproposta ao(a) licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.5.10. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o(a) licitante para que seja obtido preço melhor.

9.5.11. A negociação será realizada por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos(as) demais licitantes.

9.5.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo Sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do(a) licitante, observado o disposto neste Edital.

9.6. A licitante melhor classificada após a fase de julgamento das propostas deverá encaminhar dentro do prazo de 02 (duas) horas, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), os seguintes documentos, em vigor na data da abertura da Sessão Pública:

9.6.1 – PARA COMPROVAR HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrados na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, e no caso de sociedade por ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando as atividades assim o exigir;
- e) Em se tratando de micro-empendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro-empendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempendedor.gov.br;
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- g) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

OBSERVAÇÃO: Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.6.2 – PARA COMPROVAR REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E ECONÔMICA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal se houver relativo à sede ou domicílio do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Município;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), (art. 68, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Constituição das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 01 de maio de 1943. (CNDT expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>), de acordo com a Lei 12440/11 de 7 de julho de 2011).
- h) Certidão negativa de falência e concordata feita sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.6.3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante realizou, de forma satisfatória, o **fornecimento anterior de materiais compatíveis com o objeto desta licitação**.

JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL:

A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnico-operacional encontra fundamento no art. 67, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo por finalidade comprovar que a licitante possui experiência prática anterior no fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da presente contratação.

Embora o objeto da licitação consista na aquisição de bens comuns, seu adequado fornecimento exige que a futura contratada possua experiência mínima no fornecimento de materiais de expediente, materiais escolares, materiais para artesanato, materiais pedagógicos, brinquedos educativos e demais itens correlatos, considerando a elevada diversidade de produtos, a necessidade de atendimento contínuo às demandas das diversas Secretarias Municipais, especialmente das unidades escolares, bem como a observância das especificações técnicas, normas de segurança e certificações aplicáveis a determinados produtos.

A experiência anterior da licitante demonstra sua aptidão para gerenciar o fornecimento de

um amplo portfólio de materiais, assegurando a regularidade das entregas, a qualidade dos produtos fornecidos, o atendimento aos prazos estabelecidos e o cumprimento das exigências técnicas e normativas, reduzindo os riscos de inadimplemento contratual, atrasos nas entregas, fornecimento de produtos incompatíveis com as especificações do Termo de Referência, ausência das certificações obrigatórias ou dificuldades operacionais que possam comprometer o desenvolvimento das atividades administrativas, pedagógicas e educacionais do Município.

A exigência mostra-se proporcional ao objeto licitado, uma vez que não impõe quantitativos mínimos de fornecimento, não restringe a comprovação a determinado período de execução, não estabelece limitações quanto ao local onde ocorreu o fornecimento anterior e admite atestados emitidos tanto por pessoas jurídicas de direito público quanto de direito privado, preservando a ampla competitividade do certame.

Também será admitida a apresentação de um ou mais atestados que, em conjunto, demonstrem a experiência anterior da licitante no fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da contratação, não sendo exigida a comprovação de fornecimento simultâneo ou integral de todos os itens licitados em uma única contratação anterior.

A finalidade da exigência não é restringir a participação de licitantes, mas apenas assegurar que a futura contratada demonstre possuir experiência mínima no fornecimento de materiais da mesma natureza daqueles que serão adquiridos pela Administração, conferindo maior segurança à execução contratual e reduzindo os riscos inerentes ao fornecimento de materiais destinados ao funcionamento das repartições públicas municipais, das unidades escolares, dos serviços administrativos e das atividades pedagógicas desenvolvidas pelo Município.

Dessa forma, a exigência revela-se adequada, necessária e proporcional à complexidade e à abrangência do objeto, caracterizado pela elevada quantidade de itens, diversidade de materiais e necessidade de atendimento contínuo e eficiente das demandas da Administração Pública, observando os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade, da isonomia, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, encontrando amparo no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas orientações dos Tribunais de Contas acerca da qualificação técnico-operacional.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. Da sessão pública deste Pregão divulgar-se-á Ata no Sistema Eletrônico.

10.2. Ocorrendo a decretação de feriado, não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital, inclusive a sessão pública, serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes, no mesmo horário anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) Pregoeiro(a).

10.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

10.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

10.6. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.7. Os(As) licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a

Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horário de expediente na Administração.

10.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do(a) licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

10.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos, www.licitanet.com.br, www.ibia.mg.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 17:30 horas, no Setor de Licitações, na Av. Tancredo Neves nº 663 – Centro – CEP: 38.950-000 – Ibiá-MG SEM ÔNUS, e maiores informações na sede da Prefeitura no endereço acima, ou através do Telefone/Fax (34) 3631-5754, sendo que os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

10.12. O(A) licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do(a) licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

10.13. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido.

10.14. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

10.15. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

10.16. O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 2º, do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.17. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do(a) licitante.

10.18. As decisões do(a) Pregoeiro(a) serão publicadas no AMM - Diário Oficial do Município de Ibiá e divulgadas nos sites: www.licitanet.com.br, www.ibia.mg.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos de 08:00 às 11:30 horas e de 13:00 às 17:30 horas, no Setor de Licitações, Av. Tancredo Neves nº 663 – Centro – CEP: 38.950-000 – Ibiá-MG.

10.19. É facultada ao(a) Pregoeiro(a), à Comissão ou autoridade responsável pelo recebimento da mercadoria a promoção de diligência ou solicitação de amostra do material licitado, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

10.20. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

10.21. A participação do(a) licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

9.3.22. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Ibiá - MG, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e

fundamentado, disponibilizado no Sistema para conhecimento dos(as) licitantes.

10.23. Para atender a seus interesses, o Município de Ibiá - MG poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no art. 125, da Lei Federal n 14.133/2021.

10.24. O Município de IBIÁ-MG poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

10.25. Os casos omissos do presente pregão serão solucionados pelo(a) Pregoeiro(a) e pelas leis e decretos aplicáveis à espécie.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão **Eletrônico N° 029/2026**, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do referido Edital, se comprometendo a entregar os objetos e/ou a prestar os serviços que lhe forem adjudicados conforme a descrição do Termo de Referência - Anexo I deste edital, desconsiderando qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE
ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 029/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, caso seja declarada vencedora do certame.

Declara, mais, sob as penalidades desta Lei, ser:

(☐) **MICROEMPRESA** - Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

(☐) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** - Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais.

(☐) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do representante legal da empresa
Assinatura representante legal da empresa

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÁ-MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDATICOS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG.

Razão Social do(a) Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Telefone/fax:

E-mail:

Informações para pagamentos (quando por sistema bancário):

Banco:

Agência:

Conta:

Representante Legal para fins de Assinatura do Contrato:

Nome Completo:

Identidade:

Órgão expedidor:

CPF:

Estado Civil:

Endereço:

E-mail:

Item	Descrição	Unida de	Quant. TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
		Total			R\$

O valor global da presente proposta é de R\$_____ (_____).

Apresentamos nossa proposta para a execução do objeto do referido Processo licitatório, pelos preços unitários e total aqui definidos, declarando que neles encontram-se incluídas além do lucro, quaisquer vantagens, abatimentos, descontos, despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, responsabilidade civil e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação;

Declaramos que o prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data para a entrega das propostas conforme art. 90, § 3º, da Lei nº 14.133/2021;

Declaramos para todos os efeitos legais que, ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estamos de pleno acordo com as exigências, condições gerais e especiais estabelecidas no Edital para a presente licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente.

Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos a participação desta empresa ao presente certame licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos que não possuímos em nosso quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Conforme 14.133/2021, e não possuímos em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que não estamos cumprindo pena de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas Federal, Estadual e Municipal, inclusive no Distrito Federal, conforme art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

Depois de homologado o resultado, nos comprometemos a assinar o CONTRATO, no prazo determinado no documento de convocação.

Propomo-nos a cumprir o prazo de entrega de forma parcela e aceitamos as condições de pagamento conforme determina o Edital.

Locais de Entrega:

Almoxarifado Central Prefeitura de IBIA-MG	Robison Mantoani	Avenida Tancredo Neves S/N - Centro	34 3631 5775
---	------------------	--	--------------

_____, ____ de _____ de 2026

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxxx], para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 029/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, que não foi declarada inidônea nem suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do artigo 156 da 14.133, de 1 de abril de 2021 e suas alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos para cadastramento, que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº [xxxxxxxxx], neste ato representada pelo [cargo][nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº [xxxxxxxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxxxxx], para fins de participação no Pregão Eletrônico Nº 029/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº **[xxxxxxxxxx]**, neste ato representada pelo **[cargo][nome do representante legal]**, portador da Carteira de Identidade nº **[xxxxxxxxxx]**, inscrito no CPF sob o nº **[xxxxxxx]**, para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 029/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (conforme Lei nº 14.133/2021) e que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no art. 18, XII da Lei 12.708/2012.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa

ANEXO XIII
MODELO DE DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

[nome da empresa],[endereço completo], inscrita no CNPJ sob o nº **[xxxxxxxxxx]**, neste ato representada pelo **[cargo][nome do representante legal]**, portador da Carteira de Identidade nº **[xxxxxxxxxx]**, inscrito no CPF sob o nº **[xxxxxxx]**, para fins do disposto no Edital Pregão Eletrônico Nº 029/2026, **DECLARA** ao Município de Ibiá-MG, sob as penas da Lei, que que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na Lei nº 14.133/2021, art. 63, IV, e em outras normas específicas.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome da empresa
Nome do dirigente da empresa
Assinatura do dirigente da empresa

ANEXO IX:
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-ARP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP nº ____/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026

O Município de **MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG**, inscrito no CNPJ sob nº 18.584.961/0001-56, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 663, Bairro Centro, Ibiá/MG, CEP: 38.950-000, neste ato representado pelo prefeito municipal, o Sr. **GILLIANNIO GILLES FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF nº 047.073.876-67, residente e domiciliado nesta cidade, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no CNPJ/CPF nº e Insc. Estadual nº, com sede na Rua/Avenida nº, Bairro,, neste ato representada por (qualificação do representante), portador do CPF/MF nº, residente e domiciliado a Rua/Avenida nº, Bairro,, a seguir denominada **CONTRATADA**, firmam a presente Ata de Registro de Preços decorrente do certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026**, documento vinculativo e obrigacional, com força de compromisso para fornecimento dos produtos a serem futura e eventualmente adquiridos pela Administração Pública Municipal, conforme objeto previsto no item 1.1 abaixo, nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, demais normas pertinentes, pelas condições estabelecidas pelo Edital e demais documentos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026**, mediante as seguintes disposições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:

1.1. Constitui objeto desta ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDÁTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DESTE EDITAL** e especificações constantes desta Ata de Registro de Preços.

1.2. Vinculam-se a presente Ata todos os documentos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026**, conforme seu Edital e todos os seus anexos, bem como a proposta da (o) **CONTRATADA(O)**, os quais constituem parte deste instrumento para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DE SALDO:

2.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano contado a partir da sua assinatura, com eficácia a partir da publicação do extrato da presente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e poderá ser prorrogado, por até igual período, desde que comprovado que as condições e o preço vantajoso permanecem vantajoso, de acordo com o Art. 84 da Lei nº 14.133/21 e Art. 10, § 1º, do Decreto Municipal nº 6.221/23.

2.2. No termos da parte final artigo 11 do Decreto Municipal nº 6.221, de 01 de Novembro de 2023, por se tratar de hipótese de registro de preços para futura e eventual aquisição de item de necessidade permanente da Administração, portanto, com natureza de fornecimento contínuo, no caso de prorrogação da vigência da presente ata de registro de preços, poderá ser renovado o quantitativo ora registrado, desde que atendidos os critérios de interesse público e vantajosidade em favor da administração.

2.3. O ato de prorrogação da vigência da presente ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e indicar o quantitativo renovado, até o limite inicialmente registrado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO REGISTRADO E DA DIFERENÇA PERCENTUAL:

3.1. O(s) preço(s), a(s) marca(s), a(s) quantidade(s) e a(s) especificação (ões) dos produtos a ser(em) fornecido(s) encontram-se indicados no quadro contido no desta ARP.

3.2. A(s) diferença(s) percentual (is) entre o(s) valor(es) unitário(s) registrado(s) e o(s) valor(es) pesquisado(s) de cada produto a(s) qual(is) deve(m), preferencialmente, ser(em) mantida(s) durante a vigência desta Ata, também está(ão) especificada(s) nesta ARP.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

4.1. O valor total estimado para as aquisições decorrentes da presente ARP perfaz a quantia indicada preâmbulo, distribuídos conforme valores indicado no quadro constante deste.

4.2. A Administração Pública poderá efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na presente Ata de Registro de Preços até os limites previstos no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/21, na forma do § 8º do artigo 10 do Decreto Municipal nº 6.221/23.

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

5.1. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do objeto licitado estão previstas na Lei Orçamentária para o exercício de 2026/2027, de acordo com a seguinte ficha:

02.01.01.04.122.0122.2105.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	36	MAN. COMEMORAÇÕES CÍVICAS E COMEMORATIVAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.01.01.04.122.0123.2101.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	40	MAN. ATIV.GABINETE DO PREFEITO	MATERIAL DE CONSUMO
02.01.02.04.122.0123.2112.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	46	MAN.ATIV.ASSESSORIA EXECUTIVA	MATERIAL DE CONSUMO
02.01.03.06.181.0122.2108.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	53	MAN.CONVENIO POLICIA CIVIL	MATERIAL DE CONSUMO
02.02.01.04.124.0123.2116.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	63	MAN.ATIV.CONTROLE INTERNO	MATERIAL DE CONSUMO
02.03.01.04.122.0123.2118.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	68	MAN.ATIV.DESENV.SUST.E COMUNICAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.04.01.04.122.0123.2120.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	84	MAN.ATIV-ASSUNTOS JURIDICOS	MATERIAL DE CONSUMO
02.04.03.02.062.0119.2136.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	90	MA.ATIV.PROCON	MATERIAL DE CONSUMO
02.03.01.04.122.0123.2118.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	68	MAN.ATIV.DESENV.SUST.E COMUNICAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.05.01.04.122.0123.2125.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	99	MAN.ATIV.-ADM.GESTÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.01.12.122.0111.2143.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	147	MAN.ATIV.ADM.EDUCAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO

02.06.02.12.361.0111.2153.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	167	MAN.ATIV.ENSINO FUNDAMENTAL	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.02.12.365.0111.2152.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	190	MAN.ATIV.EDUCAÇÃO INFANTIL	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.02.12.365.0111.2158.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.569.000.0000 Outras Transf.de Rec.FNDE	195	MAN.C.E.I E BERÇÁRIOS	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.04.12.306.0111.2404.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	223	MANUT.DOS PROG.ALIM.POP.PADARIA	MATERIAL DE CONSUMO
02.07.01.04.122.0123.2171.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	248	MAN.ATIV.ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO	MATERIAL DE CONSUMO
02.09.01.20.122.0123.2205.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	277	MAN.ATIV.ADM.AGRICULTURA	MATERIAL DE CONSUMO
02.10.01.27.122.0123.2218.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	305	MAN.ATIV.- ADM. ESPORTES, LAZER	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.01.13.392.0112.2236.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	337	MAN.ATIV.-ADM.CULTURA	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.01.13.392.0112.2237.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	341	AP.FESTAS CIVICAS,TRAD,MANIF,FOLCLORIC AS	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.02.13.392.0112.2251.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	347	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.04.13.392.0112.2247.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	359	APOIO AS ATIV. ART.E CULTURAIS	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.04.13.392.0112.2250.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	363	MAN.DAS ATIVIDADES DA FEIRA LIVRE	MATERIAL DE CONSUMO
02.12.01.04.122.0104.2254.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	370	MAN.ATIV.-ADM.OBRAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.13.01.04.122.0123.2286.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	440	MAN. ATIVIDADES - ADM. LOGISTICA	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.1054.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	455	MAN. CASA DE APOIO DE BARRETOS E UBERABA	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.2240.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed.	464	MAN.DAS ATIV.DO NASF	MATERIAL DE CONSUMO

02.14.01.10.301.0115.2295.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.	467	MAN.ATIV.-UBS	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.2396.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed.	477	MANUTENÇÃO DO PMAQ	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.02.10.122.0115.1216.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	492	REAL.CONFERENCIA MUN.DE SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.02.10.122.0115.2311.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov	495	MAN.DE PROG.DE SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.02.10.122.0115.2329.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.	503	MAN.ATIV.-GESTÃO A SAÚDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.04.10.305.0115.2320.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov. 1.659.000.0000 Outros Recursos Vinculados à Saúde.	564	DESENV.DAS AÇÕES EM VIG SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.04.10.305.0115.2507.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	569	MAN.ATIV.CENTRO DE CASTRAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.05.10.303.0115.2323.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.	584	MAN.ATIV.ASSIS.FARMACEUTICA	MATERIAL DE CONSUMO
02.16.00.08.122.0113.2188.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	598	MAN.ATIV.-DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MATERIAL DE CONSUMO

1.661.000.0000 Transf. Recur. Fundos Estaduais de Assist.a			
02.18.01.14.243.0113.2340.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	624	DESENV. E APOIO AÇÕES ATEND CRIANÇA E ADOL.	MATERIAL DE CONSUMO
02.18.01.14.243.0113.2453.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	630	MANUT. RECURSOS F.I.A	MATERIAL DE CONSUMO
02.22.01.08.241.0113.2504.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	646	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.122.0113.2269.3.3.90.30 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	652	IGD-BOLSA FAMILIA	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.122.0113.2446.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social 1.661.000.0000 Transf.Rec.FundosEstaduais de Assist.	662	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.243.0113.2451.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	675	MANUT.PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.245.0113.2203.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	683	MANUT.PROTEÇÃO SOCIAL BASICA CRAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.245.0113.2387.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social 1.661.000.0000 Transf.Rec.FundosEstaduais de Assist.	689	MANUT.PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CREAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.24.01.08.243.0113.2193.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	697	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	MATERIAL DE CONSUMO

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

6.1. Após a homologação da licitação ou a autorização da contratação direta, o Registro de Preços de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, de 01º de abril de 2021, observará, entre outras, as seguintes condições:

- a) serão registradas na Ata de Registro de Preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta;
- b) será incluído na respectiva ata, na forma anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o

objeto com preços iguais aos dos licitantes vencedor na ordem de classificação do certame; e

c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município de Ibiá – MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

6.2. O Registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, cuja lista constará da presente ata, na forma de anexo.

6.3. Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.

6.4. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.2 será efetuada caso e quando houver a necessidade de convocação dos mesmos.

6.4. **A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas por todo prazo de vigência da ata**, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

6.5. O compromisso de fornecimento também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto com preço igual ao do licitante vencedor.

6.6. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município de Ibiá – MG para assumir o remanescente da Ata de Registro de Preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Edital, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.7. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo item

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS:

7.1. Autorizado o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição dos itens objeto do presente certame ou homologado o resultado da licitação, o proponente ou o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no sistema da plataforma *Licitanet* (www.licitanet.com.br), no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, **em até 5 (cinco) dias** úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação, podendo o prazo ser prorrogado um vez por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

7.2. Na hipótese de recusa ou perda do prazo para assinar a presente ata por parte do convocado, poderá a Administração promover a convocação dos licitantes que aceitaram registrar preços iguais ao do licitante vencedor do certame para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação constante do cadastro de reservas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23.

7.3. A perda de prazo, a recusa injustificada, ou cuja justificativa não foi aceita pela Administração por qualquer dos licitantes, implicará na instauração de processo administrativo para, após garantido o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

7.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a presente ata de registro de preços nos termos do item 7.2, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos dos documentos constante do Processo Licitatório que deu origem ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 029/2026.

7.5. A assinatura Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas durante toda a vigência da ata, sendo que seu descumprimento injustificado implicará na

instauração de processo administrativo para aplicações das sanções previstas na Lei 14.133/21, no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

7.6. Na forma do artigo 19 do Decreto Municipal nº 6.221/23, **as contratações decorrentes da presente ata de registro de preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente**, observado o disposto no artigo 95 da Lei 14.133/21.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA REGÊNCIA:

8.1 – A presente Ata de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/23, Decreto Municipal nº 6.221/23 e demais normas complementares, sendo que eventuais casos omissos serão decididos com base na Lei Federal nº 8.078/90, na Lei Federal nº 10.406/02, nos princípios gerais de Direito Administrativo ou nos princípios gerais de direito.

9. CLÁUSULA NONA - DA VEDAÇÃO DE ADESÃO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES:

9.1. As quantidades previstas na Ata de registro de Preço foram estimadas com base na realidade do município de Ibiá/MG, portanto **não será permitida a Adesão de órgão ou entidades**, conforme previsto no Capítulo VIII, artigos 31, 32 e 33 do Decreto Federal nº 11.462/23, que regulamenta a utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA:

10.1. A entrega dos itens objeto desta licitação deverá ser realizada **no prazo máximo 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Ibiá, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.**

10.2. O horário das entregas será determinado pelas secretarias requisitantes, agendados previamente pela CONTRATANTE, conforme locais abaixo indicados:

LOCAL DE ENTREGA	REPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO/FISCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Almoxarifado Central Prefeitura de IBIA-MG	Robison Luiz Mantoani.	Avenida Tancredo Neves S/N - Centro	34 3631 5775

10.3. Registro de Preços para futura e eventual Aquisição parcelada de material de expediente para atender às necessidades das diversas secretarias requisitantes, conforme especificações e quantitativos definidos, garantindo o fornecimento adequado às atividades institucionais de cada demandante.

10.4. Os produtos deverão ser de primeira qualidade, em perfeito estado de conservação. Os itens deverão atender às normas vigentes, conforme legislação aplicável, estando em conformidade com as demais legislações federais, estaduais e municipais.

10.5. Os produtos deverão ser entregues, conforme a natureza de cada item. As embalagens deverão ser íntegras, resistentes e apropriadas para alimentos, contendo identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, lote e procedência. Não serão aceitos produtos com embalagens danificadas, violadas ou sem identificação adequada.

10.6. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos com, no máximo 15 dias de prazo após a data o recebimento da requisição ou ordem de entrega de cada pedido.

10.7. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma e solicitação da secretaria demandante. Os prazos de entrega deverão atender à necessidade das Secretarias requisitantes.

10.8. Os quantitativos serão estimados, podendo sofrer variações conforme a demanda real das secretarias. A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender às demandas variáveis.

10.9. Produtos entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus para a Administração. A aceitação definitiva dos produtos ocorrerá após conferência da qualidade, quantidade e conformidade com os requisitos estabelecidos.

10.10. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos provenientes de práticas sustentáveis, respeitando as normas ambientais e de bem-estar animal, cabendo à contratada adotar medidas que minimizem impactos ambientais relacionados ao transporte e acondicionamento dos produtos.

10.11. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e habilitada, atendendo às exigências da legislação vigente, sendo o fornecimento executado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

10.12. Os itens solicitados deverão atender às exigências de qualidade higiênicas, sanitários, normas de transporte, observados aos padrões e normas/decretos baixados pelos órgãos competentes de controle de qualidade, rotulagem e código de ética do consumidor. A destacar:

10.13. O transporte de todos os produtos deverá ser efetuado em veículo adequado que atenda a todas as exigências e demais normas vigentes, dotados de cobertura para proteção da carga e não devem transportar outras cargas que comprometam a qualidade dos itens.

10.14. Os veículos de transporte devem ser próprios para transporte de dos objetos, e devem ser mantidos sempre limpos e higienizados

10.15. Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - Certificações de Qualidade (INMETRO/ABNT) para os produtos que onde esta se aplica, nos termos da Portaria nº 423, de 08 de outubro de 2021 do INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art 39, VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

10.16.. Os produtos objeto da presente contratação deverão ser fornecidos devidamente acondicionados de forma individual, em embalagens apropriadas, íntegras e resistentes, que garantam a proteção, conservação, higiene e qualidade dos itens até o momento da entrega ao destinatário final.

10.17. As embalagens deverão ser adequadas à natureza de cada produto, observando as normas de segurança aplicáveis, sendo vedada a utilização de embalagens danificadas, reutilizadas ou que comprometam a integridade dos itens.

10.18. No caso específico dos materiais de expediente e didáticos, cada item deverá ser entregue devidamente organizado e embalado individualmente, de modo a permitir fácil manuseio, transporte e distribuição, assegurando a padronização e identificação dos produtos.

10.19. A contratada será responsável por quaisquer danos decorrentes de acondicionamento inadequado, devendo proceder à imediata substituição dos produtos que não atendam às condições estabelecidas nesta cláusula, sem ônus para a Administração.

10.20. A CONTRATADA(O) deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses além da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor para defeitos de fabricação ou mal funcionamento do produto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DA(S) PRODUTOS:

11.1. O(s) materiais(s) objeto da presente Ata de Registro de Preços será(ão) executados pela(o) **CONTRATADA(O)**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas no **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026** e seus anexos, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21.

11.2. O(s) produtos objeto desta licitação será(ão) entregues(s) pela **CONTRATADA**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. As requisições a serem emitidas para entrega do(s) produtos descritos, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá/MG o direito de **emissão da Requisição de produtos de forma parcelada**, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

11.4. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo **CONTRATANTE**.

11.5. A **CONTRATADA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente ata durante toda sua vigência, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

11.6. A **CONTRATADA** receberá através de e-mail, ou pessoalmente esta Nota de Autorização de Fornecimento - NAF, e deverá emitir a nota fiscal dos materiais entregues.

11.7. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo(a) **CONTRATANTE** e deverá ser realizada no local designado pelo Órgão Requisitante, sendo recebida pelo Fiscal designado na presente ata, que adotará os seguintes procedimentos:

a) **recebimento provisório**: de posse dos documentos apresentados pela(o) CONTRATADA(O) e de uma via da presente ata, receberá o(s) material(is) / material(s)/ material(s) para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pela(o) CONTRATADA(O), ou aprovando, receberá provisoriamente o(s) material(is), mediante recibo;

b) **recebimento definitivo**: após o recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital, e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante a expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias).

11.8. Encontrando irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados o Fiscal o(s) devolverá(ao) o produto para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e na ARP;

11.9. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o fiscal informará o Gestor da presente ata para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidade.

11.10. É vedada, tanto a entrega dos produtos por parte da CONTRATADA, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelo Fiscal da ata, com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no - Diário Oficial do Município de Ibiá/MG.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

12.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado Fiscal e Gestor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, bem ainda, a execução da presente ARP, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O Órgão requisitante será competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, através dos gestores e fiscal designadas abaixo:

GESTORES:

Secretaria Municipal de Saúde

Ticiania Angélica dos Santos

Secretaria Municipal de Controle Interno

Clarice Nascimento Silveira

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

Felisberto Paiva Carvalho

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

João Henrique Assunção

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Kassiléia Aparecida de Souza

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunicação

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Leandro Fabricio Marques Reis

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Helvécio Nascimento

Secretaria Municipal Logística

Alexandre Mantoani

Secretaria de Fazenda e Planejamento

Rodrigo Mendes Braz

Secretaria Municipal de Educação

Inês Nascimento Correa

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Silvia Helena Pinheiro Moraes

Secretaria Municipal de Gestão

Nahiara Christina Albino Kersul

Secretaria Municipal de Gabinete

Livia Maria Pimenta Rodrigues Reis

Fiscal:

NOME: ROBISON MANTOANI

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

12.4. A fiscalização do recebimento dos produtos adquiridos ficará a cargo do fiscal da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei Federal nº 14.133/21, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

12.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da presente ARP, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.6. Compete ao gestor da ARP acima identificado exercer a administração do contrato nos termos do

Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos.

12.7. Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto do presente contrato nos termos do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

12.8. O **CONTRATANTE** reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados no presente contrato e seus anexos ou no Termo de Referência - TR.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

13.1. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

13.2. A CONTRATADA obterá pagamentos somente dos produtos efetivamente entregues, conforme atestado e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE, após o recebimento definitivo.

13.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE.

13.4. Em caso de irregularidade na emissão da nota fiscal ou do aceite, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

13.5. Somente após o cumprimento de todas as exigências acima será contado o prazo para a liberação do pagamento.

13.6. A Nota fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

13.7. A Administração poderá reter o pagamento das faturas nos seguintes casos:

- I. Irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados;
- II. Atraso na entrega ou substituição do(s) mesmo(s);
- III. Obrigação da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar a Prefeitura;
- IV. Débito da CONTRATADA para com o município ou terceiros que provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações, conforme art. 139, IV da Lei 8.666/93;
- V. Não cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda a cláusula infringida.

13.8. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

13.9. A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão Eletrônico e da ACS – Autorização de Compras e Serviços ou NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, para posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

13.10. As notas fiscais deverão constar o número do processo licitatório, sob pena de devolução pelo CONTRATANTE.

13.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

13.12. Haverá retenção na fonte do imposto de renda (IR) em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

13.13. Os documentos comprobatórios deverão ser emitidos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, sob pena de não

aceitação por parte do contratante.

13.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.15. Haverá retenção na fonte do imposto DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO), em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE E SEU ÍNDICE:

14.1. O preço registrado na presente ata é irrevogável, salvo nos de atualizações dos preços pela Administração Pública ou de deferimento pedido de revisão de preços apresentado pela CONTRATADA, na forma da Cláusula 14.

14.2 Na hipótese de renovação da presente ata de registro de preços com renovação do quantitativo, na forma do item 2.2, a CONTRATADA poderá solicitar reajuste em sentido estrito dos preços registrados.

14.3 - A periodicidade de reajuste em sentido estrito do preço registrado será anual, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, conforme disposto no art. 25, § 7º da Lei 14.133/21 e art. 3º, §1º da Lei 10.192/01.

14.4. - O índice utilizado para reajuste será a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha substituí-lo, por se tratar de fornecimento de bens comuns.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DE PREÇOS E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

15.1. Os preços registrados poderão ser atualizados pela Administração após pesquisa de preços periódicas ou revisados após pedido da CONTRATADA em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP como um todo tal como pactuado.

15.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, após constatação efetivada pesquisa periódica realizada pela Administração Pública nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal nº 6.221/23, a CONTRATADA será convocada para negociar a redução dos preços registrados.

15.2.1. Caso a CONTRATADA não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, a mesma será liberada do compromisso assumido quanto ao preço registrado, sem aplicação de qualquer tipo de penalidades administrativas.

15.2.2. Na hipótese do item anterior, a Administração convocará os demais licitantes constante da lista de reserva obedecida a ordem de classificação, para negociar o fornecimento do item de acordo com os valores praticados pelo mercado, firmando-se nova ata em caso de sucesso.

15.2.3. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

15.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado à CONTRATADA requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, desde que comprove e demonstre:

a) a ocorrência fato superveniente qualificado, ou seja, de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ARP como um todo tal como pactuado;

b) a modificação substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor signatário da Ata de Registro de Preços e da Administração Pública, a ser demonstrada através de planilha que comprove a existência de desequilíbrio na ARP como um todo, considerados todos os itens com preços registrados; e

c) a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstrem que o preço de mercado efetivamente se tornou superior e tornou inviável as condições inicialmente pactuadas.

15.3.1. A iniciativa e o ônus probatório de todos os requisitos para revisão do preço registrado previsto no item 15.3 acima competem inteiramente à CONTRATADA, cabendo à Administração a análise e deliberação a respeito do pedido.

15.3.2. Na hipótese de indeferimento do pedido de revisão de preço registrado, a CONTRATADA continuará obrigada a cumprir os compromissos de fornecimento pelo valor registrado na presente ata, sob pena de não o fazendo, ser instaurado processo administrativo para o cancelamento do registro de preço e imposição de penalidades administrativas.

15.3.3. Caso seja cancelado o registro de preços na forma na parte final do item 15.3.2, a Administração Pública poderá convocar os demais licitantes constantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens pelo preço registrado na presente ata, respeitando-se a ordem de classificação.

15.3.4. Caso nenhum dos licitantes do cadastro de reservas aceitem assumir o fornecimento de bens, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação e assinatura de nova ata, limitando-se a negociação ao valor e condições da última oferta apresentada pelos mesmos no pregão, desde que referido valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

15.3.5. Não havendo êxito nas negociações na forma dos itens 15.3.3 e 15.3.4, a Administração Pública procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

15.4. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para responder aos pedidos de reajuste ou revisão de preços acima previstos, contados da data de protocolo dos mesmos junto à repartição competente.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PESQUISA PERIÓDICA DE PREÇOS:

16.1. A pesquisa periódica de preços poderá consistir em consultas ao mercado, a publicações especializadas, a preços praticados no âmbito da Administração Pública, a listas de instituições privadas e públicas de formação de preços ou outros meios praticados no mercado.

16.2. As consultas referidas no subitem anterior poderão ser realizadas por qualquer meio de comunicação, devendo ser certificadas pela autoridade competente.

16.3. A pesquisa periódica de preços, a critério da Administração Pública, poderá ser repetida sempre que necessário à preservação do interesse público, considerado o tempo decorrido, a sazonalidade de mercado ou outras condições específicas.

16.4. Será utilizada, preferencialmente, a média aritmética simples dos preços pesquisados como referência.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES:

17.1. DO CONTRATANTE:

17.2. QUANDO GERENCIADOR:

17.2.1. Gerenciar a ARP, em especial o controle dos quantitativos e das autorizações para as respectivas contratações, as quais deverão indicar o fornecedor, as quantidades e os valores a serem praticados.

17.2.2. Autorizar a adesão à ARP pelo Órgão não Participante, nas condições previstas na legislação.

17.2.3. Conduzir os procedimentos relativos às revisões dos preços registrados e substituições de marcas, devidamente justificados, obedecendo às disposições da legislação.

17.2.4. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, bem como de comportamentos que comprometam o funcionamento do SRP.

17.2.5. Notificar o Detentor, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades

encontradas na execução do fornecimento.

17.2.6. Publicar no Diário Oficial as alterações de preço(s) e marca(s).

17.2.7. Publicar no Diário Oficial o(s) preço(s) registrado(s), no mínimo, trimestralmente.

17.3. QUANDO PARTICIPANTE:

17.3.1. Solicitar, acompanhar e fiscalizar o fornecimento do(s) produto(s), assim como se responsabilizar pelo pedido dentro dos quantitativos fixados.

17.3.2. Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, após autorização do órgão gerenciador.

17.3.3. Zelar pelo cumprimento dos atos relativos às obrigações que assumir contratualmente, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do contrato em que figure como parte.

17.3.4. Informar ao Órgão Gerenciador, no prazo de 5 (cinco) dias da ocorrência, qualquer descumprimento de obrigação por parte do fornecedor, em especial a recusa em assinar o contrato ou retirar o documento equivalente no prazo estabelecido.

17.3.5. Encaminhar ao Órgão Gerenciador cópia dos documentos emitidos, eventuais anulações e relatório de desempenho de fornecedor no prazo de 02 (dois) dias úteis da ocorrência, nos casos em que o contrato for substituído por nota de empenho ou instrumento equivalente.

17.3.6. Executar os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo Fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais em relação às suas próprias contratações.

17.3.7. Acompanhar os preços e marcas registrados no Diário Oficial do Município, para verificação de possíveis alterações.

17.3.8. Fiscalizar a manutenção das condições de habilitação e qualificações do Fornecedor, exigidas no edital, durante toda a execução do fornecimento, em cumprimento a legislação pertinente.

17.4. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS:

17.4.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida no contrato ou documento equivalente.

17.4.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento e entrega do objeto desse certame, com preposto idôneo e habilitado, efetuando inclusive conferência e atestando para efeito de pagamentos.

17.4.3. Emitir ordem de compras de início da execução do contrato ou documento equivalente.

17.4.4. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento do objeto licitado.

17.4.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do presente Edital, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

17.4.6. Notificar a CONTRATADA por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto desse certame, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhes, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

17.4.7. Determinar e indicar as locais onde deverão ser entregues os produtos.

17.4.8. Fiscalizar, supervisionar a entrega e fornecimento dos produtos objeto do contrato ou documento equivalente, através de preposto idôneo e habilitado.

17.4.9. Notificar a CONTRATADA, quaisquer irregularidades a serem supridas.

17.5. DA CONTRATADA:

17.5.1. Manter, durante o fornecimento dos produtos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.5.2. Designar um preposto, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização da CONTRATANTE e para tomar deliberações sobre todos os assuntos, para o bom e fiel cumprimento do contrato, sendo formal e previamente indicado à Administração.

17.5.3. Cumprir todas as normas técnicas pertinente ao ramo de atividades.

17.5.4. Fornecer mão de obra, equipamentos e utensílios necessários ao fornecimento do objeto

contratados.

17.5.5. Fornecer pessoal devidamente habilitado e qualificado no fornecimento e entrega dos produtos.

17.5.6. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e outros advindos do contrato.

17.5.7. Responder por quaisquer danos que venham a ser causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, no exercício de suas tarefas.

17.5.8. Responsabilizar-se integralmente para com a execução do objeto contratado, sendo que a presença da fiscalização da CONTRATANTE, não diminui ou exclui esta responsabilidade.

17.5.9. Cumprir corretamente as instruções do CONTRATANTE, devendo executar o fornecimento dos produtos no prazo máximo pré-estabelecido.

17.5.10. Contratar e dispensar, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, todo o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos serviços contratados, bem como, o pagamento dos encargos trabalhistas e sociais devidos, nos prazos da lei.

17.5.11. Responder perante a CONTRATANTE e a terceiros por prejuízos causados em razão dos atos praticados no fornecimento e entrega do objeto contratado a seu cargo, por si e por seus empregados utilizados direta ou indiretamente.

17.5.12. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelo CONTRATANTE.

17.5.13. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

17.5.14. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

17.5.15. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo CONTRATANTE.

17.5.16. Entregar os produtos no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes deste instrumento.

17.5.17. Garantir a boa qualidade dos produtos fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.

17.5.18. Substituir, após solicitação do CONTRATANTE, ou propor a substituição da(s) marca(s) dos PRODUTOS registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados neste instrumento, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável ou daqueles registrados na ata de registro de preços.

17.5.19. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável, o que deverá ser realizado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.5.20. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do CONTRATANTE, quando solicitadas.

17.5.21. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

17.5.22. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

17.5.23. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

17.5.24. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

17.5.25. Responder, integralmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da

execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CONTRATANTE.

17.5.26. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

17.5.27. Trocar item(ns) licitado(s) recusado(s) pela fiscalização, conforme notificação e no prazo preestabelecido, sob seu único e exclusivo ônus e responsabilidade.

17.5.28. As requisições a serem emitidas para aquisições dos itens contidos na presente ata, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá-MG o direito de emissão da requisição de compras ou serviços de forma parcelada, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

17.5.29. Comunicar ao(a) CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos e de força maior, que comprometam a execução do contrato, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerado.

17.5.30. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

17.5.31. Nos casos em que se aplica prazo de validade, a CONTRATADA entregará os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

17.5.32. A CONTRATADA deverá adotar medidas para que o transporte dos materiais, até o local da entrega, seja feito em condições higiênicas e sanitárias.

17.5.33. Cumprir as exigências quanto à rotulagem dos produtos, para que a mesma esteja em conformidade com a legislação em vigor.

17.5.34. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA:

18.1. A presente ata de registro de preços será cancelada pela Administração Pública, quando o fornecedor:

- I - for liberado pela Administração Pública do compromisso assumido, mediante justificativa constante do processo administrativo;
- II - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- III - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- IV - não aceitar manter seu preço registrado, no caso de indeferimento do pedido de revisão de preços previsto no item 15.3, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e na presente Ata; ou
- V - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;
- VI - não aceitar reduzir seu preço após pesquisa de preços realizada pela Administração, na forma do item 15.2.

18.1.1. Na hipótese prevista no inciso V do item 18.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.1.2. No caso das hipóteses previstas nos incisos do item 18.1, o fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação eletrônica remetida para o e-mail cadastrado pelo mesmo para comunicações.

18.1.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 18.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, após a providência prevista no item 18.1.2 acima.

18.1.4. Na hipótese de cancelamento da presente ata de registro de preços, A Administração Pública poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva ou, na falta deste, dos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, nesta última hipótese respeitado o procedimento previsto no § 7º do art. 15 do Decreto Municipal nº 6.221/2023 e nos §§ 4º a 7º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O cancelamento dos preços registrados na presente ata poderá ser realizado pela Administração Pública, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações nos casos previstos 15.2.2, 15.2.3, 15.3.3, 15.3.4 e 18.1.4.

18.3. – Na hipótese de cancelamento dos preços registrados previstas nos incisos do item 18.2 acima, a Administração Pública adotará de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata;

b) der causa à inexecução parcial do objeto da presente ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total da presente ata;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente ata sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da presente ata;

f) praticar ato fraudulento na execução da presente ata;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13;

i) der causa ao cancelamento da presente ata ou de preço registrado na presente ata, sem motivo justificado e aceito pela Administração Pública.

19.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i” do item 19.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 19.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

IV - Multa:

a) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos bens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pelo cancelamento da presente ata, em razão da descumprimento das suas condições.

b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos produtos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as condições de garantia do produto e/ou de instalação e funcionamento, limitada a 10% (dez por cento) do valor desses bens.

d) multa compensatória de 5% (cinco por cento) pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, a qual será calculada sobre o valor total do saldo remanescente da presente ata.

e) multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de cancelamento preço registrado sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

f) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da presente ata, em caso do cancelamento da presente ata sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

19.3. A aplicação das sanções previstas na presente ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21)

19.3.1. Todas as sanções previstas na presente ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

19.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a apresentação de defesa pelo interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)

19.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21), conforme o caso.

19.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

19.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

19.8. A Administração Pública deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

19.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou

contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

20. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

20.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

20.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

20.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

20.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

20.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

20.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

20.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

20.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

20.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

20.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

20.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

20.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

20.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS:

21.1. A presente Cláusula estabelece a Matriz de Alocação de Riscos aplicável à Ata de Registro de Preços e aos contratos administrativos dela decorrentes, nos termos do art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021, definindo os riscos contratuais previstos e presumíveis, bem como a responsabilidade de cada parte pelos ônus financeiros decorrentes de sua eventual concretização, observando os princípios da eficiência, da boa-fé objetiva, da cooperação, da segurança jurídica e da manutenção do equilíbrio

econômico-financeiro inicial da contratação, sendo os riscos distribuídos entre as partes de acordo com a seguinte tabela:

Evento Superveniente	Natureza do Risco	Responsável	Probabilidade	Impacto	Mitigação	Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Erros na elaboração das propostas comerciais	Endógeno	Contratada	Média	Médio	Conferência prévia das propostas	Não gera direito
Planejamento inadequado do estoque pela contratada	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Gestão de estoque e programação de compras	Não gera direito
Atraso na aquisição dos produtos junto aos fabricantes	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Planejamento logístico	Não gera direito
Falhas de transporte ou logística	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Contratação adequada de transporte	Não gera direito
Entrega de materiais fora das especificações	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Controle interno de qualidade	Não gera direito
Entrega parcial dos pedidos	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Planejamento operacional	Não gera direito
Defeitos de fabricação dos materiais	Endógeno	Contratada	Baixa	Médio	Controle de qualidade dos fornecedores	Não gera direito
Custos administrativos internos	Endógeno	Contratada	Alta	Baixo	Gestão empresarial	Não gera direito
Aumento ordinário dos custos operacionais	Endógeno	Contratada	Média	Médio	Gestão financeira	Não gera direito
Oscilações normais de mercado durante a vigência da Ata	Endógeno	Contratada	Média	Médio	Precificação adequada da proposta	Não gera direito
Greves internas da contratada	Endógeno	Contratada	Baixa	Médio	Plano de contingência operacional	Não gera direito
Substituição de empregados da contratada	Endógeno	Contratada	Média	Baixo	Gestão de pessoal	Não gera direito
Danos causados por empregados da contratada	Endógeno	Contratada	Baixa	Médio	Supervisão e treinamento	Não gera direito
Descumprimento das obrigações contratuais	Endógeno	Contratada	Baixa	Alto	Fiscalização contratual	Não gera direito

Evento Superveniente	Natureza do Risco	Responsável	Probabilidade	Impacto	Mitigação	Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Alteração unilateral promovida pela Administração	Exógeno	Contratante	Baixa	Alto	Planejamento adequado	Cabível
Atraso injustificado nos pagamentos	Endógeno da Administração	Contratante	Baixa	Alto	Gestão financeira	Cabível
Erros nas ordens de fornecimento emitidas pela Administração	Endógeno	Contratante	Baixa	Médio	Conferência administrativa	Cabível quando houver prejuízo comprovado
Redução ou aumento das quantidades efetivamente demandadas dentro dos limites legais	Exógeno contratual	Contratante	Média	Médio	Planejamento das demandas	Não gera direito, salvo hipóteses legais
Suspensão da execução por determinação administrativa	Exógeno	Contratante	Baixa	Alto	Planejamento institucional	Cabível
Caso fortuito ou força maior que impeça temporariamente o fornecimento	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Comunicação imediata entre as partes, adoção de medidas de contingência e mitigação dos impactos	Cabível, conforme análise do caso concreto
Catástrofes naturais de grande proporção	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Planejamento de contingência e reprogramação da execução contratual	Cabível
Guerra, conflitos internacionais ou bloqueios econômicos que afetem o abastecimento nacional	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Monitoramento do mercado, busca de fornecedores alternativos e negociação das soluções cabíveis	Cabível
Pandemias ou emergências sanitárias oficialmente reconhecidas	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Adoção das medidas sanitárias e administrativas necessárias para a continuidade da execução	Cabível
Fatos do príncipe ou atos gerais da Administração Pública que	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Adequação da execução às determinações legais e	Cabível

Evento Superveniente	Natureza do Risco	Responsável	Probabilidade	Impacto	Mitigação	Reequilíbrio Econômico-Financeiro
inviabilizem a execução					administrativas supervenientes	
Alterações legislativas que modifiquem tributos incidentes diretamente sobre o contrato	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Médio	Revisão dos impactos tributários e análise administrativa	Cabível, observado o art. 103, § 5º, II, da Lei nº 14.133/2021
Extinção ou indisponibilidade nacional de determinado produto	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Substituição por produto equivalente, quando admitida, ou adoção de nova solução de fornecimento	Cabível
Ruptura excepcional das cadeias nacionais ou internacionais de fornecimento	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Busca de fornecedores alternativos, reprogramação das entregas e adoção de medidas para minimizar os impactos	Cabível

21.1.1. A presente Matriz de Alocação de Riscos integra o instrumento convocatório, o Termo de Referência, esta Ata de Registro de Preços e os contratos administrativos dela decorrentes, devendo ser observada durante toda a vigência da contratação.

21.1.2. A distribuição dos riscos foi estabelecida considerando:

- I – a natureza do evento de risco;
- II – a compatibilidade entre as obrigações assumidas pelas partes;
- III – a capacidade de cada parte para prevenir, controlar ou mitigar a ocorrência do evento;
- IV – o beneficiário da prestação;
- V – a natureza endógena ou exógena do risco;
- VI – a probabilidade de sua ocorrência e seu potencial impacto sobre a execução contratual;
- VII – as boas práticas de governança aplicáveis às contratações públicas.

21.2. Constituem riscos de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo de outros previstos na legislação ou decorrentes da natureza da contratação:

- I – erros na elaboração da proposta comercial ou na formação dos preços ofertados;
- II – planejamento inadequado de estoques, logística, aquisição ou distribuição dos materiais;
- III – atraso injustificado na entrega dos materiais de expediente e didáticos solicitados pela Administração;
- IV – falhas no transporte, armazenamento, acondicionamento ou manuseio dos materiais até o recebimento definitivo pela Administração;
- V – fornecimento de materiais em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade ou demais exigências estabelecidas no Termo de Referência;
- VI – entrega parcial, incompleta ou em desconformidade com as Autorizações de Fornecimento;

- VII – fornecimento de materiais defeituosos, danificados, impróprios para uso, fora do prazo de validade, quando aplicável, ou que não atendam às normas técnicas pertinentes;
- VIII – falhas de fabricação, controle de qualidade ou acondicionamento dos produtos;
- IX – indisponibilidade de estoque decorrente de deficiência de planejamento da cadeia de suprimentos;
- X – aumento ordinário dos custos operacionais, administrativos, logísticos, de transporte, armazenagem, combustíveis, fretes, mão de obra ou demais insumos inerentes à atividade empresarial;
- XI – oscilações normais dos preços de mercado compatíveis com os riscos ordinários do negócio;
- XII – greves, paralisações ou dificuldades operacionais internas da Contratada;
- XIII – inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, ambientais ou de qualquer outra natureza atribuída à Contratada;
- XIV – insolvência, recuperação judicial, falência ou incapacidade econômico-financeira da Contratada;
- XV – fraudes, irregularidades documentais, perda das condições de habilitação ou descumprimento das obrigações assumidas na licitação, na Ata de Registro de Preços ou nos contratos administrativos dela decorrentes.

21.2.1. A ocorrência dos riscos previstos neste item não ensejará recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou dos contratos dela decorrentes, por constituírem riscos ordinários inerentes à atividade empresarial assumidos pela Contratada quando da apresentação de sua proposta.

21.3. Constituem riscos de responsabilidade da CONTRATANTE:

- I – atraso injustificado na emissão das Autorizações de Fornecimento ou instrumentos equivalentes;
- II – atraso injustificado no recebimento dos materiais por motivo exclusivamente imputável à Administração;
- III – atraso no pagamento das obrigações regularmente liquidadas;
- IV – erros materiais ou omissões relevantes nas especificações constantes do Termo de Referência que impeçam ou dificultem a adequada execução contratual;
- V – alterações unilaterais promovidas pela Administração nas hipóteses legalmente admitidas;
- VI – suspensão da execução por determinação administrativa, quando não decorrente de inadimplemento da Contratada;
- VII – falhas relevantes na gestão administrativa ou fiscalização da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela decorrentes.

21.3.1. A ocorrência dos eventos acima poderá ensejar a adoção das medidas necessárias à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, desde que preenchidos os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4. Serão considerados riscos compartilhados aqueles decorrentes de fatos supervenientes cuja prevenção, mitigação ou gerenciamento dependa da atuação conjunta das partes, especialmente:

- I – caso fortuito ou força maior;
- II – calamidades públicas;
- III – desastres naturais ou eventos climáticos extremos;
- IV – pandemias, epidemias ou emergências sanitárias oficialmente reconhecidas;
- V – guerra, conflitos internacionais, bloqueios econômicos ou outras situações excepcionais que afetem o abastecimento nacional ou internacional;
- VI – ruptura extraordinária das cadeias nacionais ou internacionais de fornecimento;

VII – indisponibilidade nacional ou descontinuação de fabricação de determinado produto durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

VIII – fatos do príncipe ou atos gerais do Poder Público que inviabilizem ou restrinjam significativamente a execução contratual;

IX – alteração legislativa superveniente que implique aumento ou redução dos tributos diretamente incidentes sobre a execução da contratação;

X – fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que afetem substancialmente a execução contratual.

21.4.1. Verificada a ocorrência de qualquer dos eventos previstos neste item, a parte que deles tomar conhecimento deverá comunicar formalmente a outra, instruindo o processo administrativo com documentação suficiente para comprovação da ocorrência, da extensão dos impactos e das medidas adotadas para mitigação de seus efeitos.

21.4.2. Os efeitos financeiros decorrentes dos riscos compartilhados serão analisados pela Administração conforme as circunstâncias concretas do caso, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, boa-fé objetiva, cooperação, continuidade do serviço público e preservação do interesse público.

21.5. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser reconhecido o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro quando:

I – ocorrer evento cuja responsabilidade tenha sido atribuída à parte diversa daquela que suportou seus efeitos financeiros;

II – houver alteração unilateral promovida pela Administração, nos termos do art. 124, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

III – sobrevier aumento ou redução, por legislação posterior à contratação, dos tributos diretamente incidentes sobre a execução contratual;

IV – ocorrer fato superveniente extraordinário, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que torne excessivamente onerosa ou inviável a execução contratual, desde que o respectivo risco não tenha sido expressamente atribuído à parte requerente.

21.5.1. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído com demonstração técnica e documental do nexo causal entre o evento ocorrido e o efetivo impacto econômico suportado pela parte requerente, cabendo à Administração manifestar-se no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação mediante justificativa.

21.6. Não serão admitidos pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quando decorrentes de riscos expressamente atribuídos à CONTRATADA nesta Matriz, incluindo, dentre outros:

I – erros de planejamento empresarial;

II – formação inadequada da proposta;

III – insuficiência de estoque;

IV – falhas logísticas;

V – atrasos de fornecedores da Contratada;

VI – aumento ordinário dos custos operacionais;

VII – oscilações normais de mercado;

VIII – dificuldades comerciais na aquisição dos produtos;

IX – greves ou paralisações internas da Contratada;

X – falhas administrativas internas;

XI – descumprimento das obrigações assumidas contratualmente.

21.7. Sempre que houver cobertura securitária disponível e economicamente compatível com o objeto contratado, os riscos seguráveis permanecerão preferencialmente sob responsabilidade da CONTRATADA, nos termos do § 2º do art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 21.7.1. Os custos decorrentes da contratação de seguros eventualmente necessários deverão estar contemplados na composição dos preços apresentados pela Contratada, sendo vedada qualquer cobrança posterior da Administração.
- 21.8. As partes obrigam-se a adotar todas as medidas razoavelmente cabíveis para prevenir a ocorrência dos eventos previstos nesta Matriz ou reduzir seus impactos, atuando de forma cooperativa durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela decorrentes.
- 21.8.1. A omissão injustificada na adoção das medidas preventivas ou mitigadoras poderá acarretar a responsabilização exclusiva da parte omissa pelos prejuízos decorrentes.
- 21.9. A parte que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer evento previsto nesta Matriz deverá comunicar formalmente a outra parte no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência do fato, apresentando descrição circunstanciada do evento, documentação comprobatória disponível e indicação das providências já adotadas para minimizar seus efeitos.
- 21.9.1. O descumprimento injustificado do dever de comunicação poderá ser considerado na apuração das responsabilidades decorrentes do evento, sem prejuízo das demais consequências legais e contratuais.
- 21.10. A presente Matriz poderá ser revista durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou dos contratos administrativos dela decorrentes quando houver alteração legislativa, orientação superveniente dos órgãos de controle, modificação relevante das condições originalmente consideradas ou outro fato devidamente justificado que recomende sua atualização, mediante formalização em processo administrativo e observância da legislação vigente.
- 21.11. Os casos omissos serão decididos pela Administração, observando-se a Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios gerais do Direito Administrativo, as cláusulas contratuais, a presente Matriz de Alocação de Riscos e os entendimentos consolidados dos órgãos de controle, preservando-se, sempre que possível, o equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação e a continuidade da execução do objeto.
- 21.12. A assinatura da presente Ata de Registro de Preços, do Contrato Administrativo ou do instrumento equivalente implica ciência e concordância das partes quanto à distribuição dos riscos estabelecida nesta cláusula, reconhecendo que o equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação foi definido considerando a presente Matriz de Alocação de Riscos, sendo vedada a formulação de pedidos de recomposição relacionados aos riscos expressamente assumidos pela própria parte, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 22.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP é condição para a eficácia da presente Ata de Registro de Preço e seus aditamentos, devendo ser observados os prazos previstos no art. 94 da lei Federal nº 14.133/2021.
- 22.2. Os casos omissos decorrentes da execução da presente ata serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, Decreto Federal nº 11.462/2023, no Decreto Municipal nº 6.221/2023 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos
- 22.3. As questões decorrentes da utilização da presente Ata que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de Ibiá/MG, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

Ibiá/MG, _____ de _____ de 2026.



MUNICÍPIO DE IBIÁ/MG
GILLIANTO GILLES FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA/FORNECEDOR
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____
Nome: _____
CPF: _____

2) _____
Nome: _____
CPF: _____

ANEXO X:
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIÁ-MG E A EMPRESA _____.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026.
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026.
Contrato nº _____/2026

O Município de **MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG**, inscrito no CNPJ sob nº 18.584.961/0001-56, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº 663, Bairro Centro, Ibiá/MG, CEP: 38950-000, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu prefeito municipal, o Sr. **GILLIANTO GILLES FERREIRA**, brasileiro, solteiro, portador do CPF/MF nº 047.073.876-67, residente e domiciliado nesta cidade, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/CPF nº _____ e Insc. Estadual nº _____, com sede na Rua/Avenida _____ nº _____, Bairro _____, _____, a seguir denominada **CONTRATADA(O)**, neste ato representada por _____ (qualificação do representante), portador do CPF/MF nº _____, residente e domiciliado a Rua/Avenida _____ nº _____, Bairro _____, _____, firmam o presente contrato de aquisição de cestas e kits de higiene conforme objeto previsto no item 1.1 abaixo, documento vinculativo e obrigacional, com força de compromisso para prestação de serviços, oriundo da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, decorrente do certame licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026**, nos termos das disposições legais aplicáveis, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, demais normas pertinentes, pelas condições estabelecidas pelo Edital e demais documentos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026**, mediante as seguintes disposições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO:

1.1. Constitui objeto do presente contrato a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DIDATICOS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IBIÁ - MG**, de acordo com as especificações constantes da Ata de Registro de Preços nº ____/2026.

1.2. O presente contrato tem por objeto contratação decorrente da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, no valor de R\$ _____ (_____), distribuídos conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidad	Quant	Valor Unit.	Valor Total
		Total			
		R\$			

1.3 – Vinculam-se ao presente Contrato todos os documentos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico Nº 029/2026**, conforme seu Edital e todos os seus anexos, bem como a proposta da (o) **CONTRATADA(O)** e todos os termos da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026**, os quais constituem parte deste instrumento para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcrição.

1.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E SUA PRORROGAÇÃO:

2.1 - O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura vigorando por _____ (_____) meses, com eficácia legal a partir da publicação de seu extrato.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133/21, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

3.1. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do objeto contratado estão previstas na Lei Orçamentária para o exercício de 2026/27, de acordo com a seguinte ficha:

02.01.01.04.122.0122.2105.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	36	MAN. COMEMORAÇÕES CÍVICAS E COMEMORATIVAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.01.01.04.122.0123.2101.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	40	MAN. ATIV.GABINETE DO PREFEITO	MATERIAL DE CONSUMO
02.01.02.04.122.0123.2112.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	46	MAN.ATIV.ASSESSORIA EXECUTIVA	MATERIAL DE CONSUMO
02.01.03.06.181.0122.2108.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	53	MAN.CONVENIO POLICIA CIVIL	MATERIAL DE CONSUMO
02.02.01.04.124.0123.2116.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	63	MAN.ATIV.CONTROLE INTERNO	MATERIAL DE CONSUMO
02.03.01.04.122.0123.2118.3.390.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	68	MAN.ATIV.DESENV.SUST.E COMUNICAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.04.01.04.122.0123.2120.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	84	MAN.ATIV-ASSUNTOS JURIDICOS	MATERIAL DE CONSUMO
02.04.03.02.062.0119.2136.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	90	MA.ATIV.PROCON	MATERIAL DE CONSUMO
02.03.01.04.122.0123.2118.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	68	MAN.ATIV.DESENV.SUST.E COMUNICAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.05.01.04.122.0123.2125.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	99	MAN.ATIV.-ADM.GESTÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.01.12.122.0111.2143.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	147	MAN.ATIV.ADM.EDUCAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.02.12.361.0111.2153.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	167	MAN.ATIV.ENSINO FUNDAMENTAL	MATERIAL DE CONSUMO

02.06.02.12.365.0111.2152.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	190	MAN.ATIV.EDUCAÇÃO INFANTIL	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.02.12.365.0111.2158.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.569.000.0000 Outras Transf.de Rec.FNDE	195	MAN.C.E.I E BERÇÁRIOS	MATERIAL DE CONSUMO
02.06.04.12.306.0111.2404.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	223	MANUT.DOS PROG.ALIM.POP.PADARIA	MATERIAL DE CONSUMO
02.07.01.04.122.0123.2171.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	248	MAN.ATIV.ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO	MATERIAL DE CONSUMO
02.09.01.20.122.0123.2205.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	277	MAN. ATIV.ADM.AGRICULTURA	MATERIAL DE CONSUMO
02.10.01.27.122.0123.2218.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	305	MAN.ATIV.- ADM. ESPORTES, LAZER	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.01.13.392.0112.2236.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	337	MAN.ATIV.-ADM.CULTURA	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.01.13.392.0112.2237.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	341	AP.FESTAS CIVICAS,TRAD,MANIF,FOLCLORI CAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.02.13.392.0112.2251.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	347	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.04.13.392.0112.2247.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	359	APOIO AS ATIV. ART.E CULTURAIS	MATERIAL DE CONSUMO
02.11.04.13.392.0112.2250.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	363	MAN.DAS ATIVIDADES DA FEIRA LIVRE	MATERIAL DE CONSUMO
02.12.01.04.122.0104.2254.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	370	MAN.ATIV.-ADM.OBRAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.13.01.04.122.0123.2286.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	440	MAN. ATIVIDADES - ADM. LOGISTICA	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.1054.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	455	MAN. CASA DE APOIO DE BARRETOS E UBERABA	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.2240.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed.	464	MAN.DAS ATIV.DO NASF	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.01.10.301.0115.2295.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl.	467	MAN.ATIV.-UBS	MATERIAL DE CONSUMO

1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.			
02.14.01.10.301.0115.2396.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed.	477	MANUTENÇÃO DO PMAQ	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.02.10.122.0115.1216.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	492	REAL.CONFERENCIA MUN.DE SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.02.10.122.0115.2311.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov	495	MAN.DE PROG.DE SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.02.10.122.0115.2329.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.	503	MAN.ATIV.-GESTÃO A SAÚDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.04.10.305.0115.2320.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - Bl. 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov. 1.659.000.0000 Outros Recursos Vinculados à Saúde.	564	DESENV.DAS AÇÕES EM VIG SAUDE	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.04.10.305.0115.2507.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	569	MAN.ATIV.CENTRO DE CASTRAÇÃO	MATERIAL DE CONSUMO
02.14.05.10.303.0115.2323.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.600.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS Gov.Fed. - 1.621.000.0000 Transf. Fundo/Fundo Recur. SUS proven. Gov.	584	MAN.ATIV.ASSIS.FARMACEUTIC A	MATERIAL DE CONSUMO
02.16.00.08.122.0113.2188.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social 1.661.000.0000 Transf. Recur. Fundos Estaduais de Assist.a	598	MAN.ATIV.-DESENVOLVIMENTO SOCIAL	MATERIAL DE CONSUMO
02.18.01.14.243.0113.2340.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	624	DESENV. E APOIO AÇÕES ATEND CRIANÇA E ADOL.	MATERIAL DE CONSUMO

1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social			
02.18.01.14.243.0113.2453.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	630	MANUT. RECURSOS F.I.A	MATERIAL DE CONSUMO
02.22.01.08.241.0113.2504.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	646	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.122.0113.2269.3.3.90.30 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	652	IGD-BOLSA FAMILIA	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.122.0113.2446.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social 1.661.000.0000 Transf.Rec.FundosEstaduais de Assist.	662	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.243.0113.2451.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	675	MANUT.PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.245.0113.2203.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social	683	MANUT.PROTEÇÃO SOCIAL BASICA CRAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.23.01.08.245.0113.2387.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos 1.660.000.0000 Transf. Recur. Fundo Nac. Assistência Social 1.661.000.0000 Transf.Rec.FundosEstaduais de Assist.	689	MANUT.PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - CREAS	MATERIAL DE CONSUMO
02.24.01.08.243.0113.2193.3.3.90.30 1.500.000.0000 Recursos não vinculados de Impostos	697	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	MATERIAL DE CONSUMO

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

4.1. A entrega dos itens objeto desta licitação deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Ibiá, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital, na Lei 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 6.221/23 e na presente ata.

4.2. O horário das entregas será determinado pela secretaria requisitante, agendados previamente pela CONTRATANTE, conforme locais abaixo indicados:

LOCAL DE ENTREGA	REPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO/FISCAL	ENDEREÇO	TELEFONE
Almoxarifado Central Prefeitura de Ibiá-MG	Robison Luiz Mantoani	Avenida Tancredo Neves S/N - Centro	34 3631 5775

- 4.3. Aquisição de material de expediente para atender às necessidades das diversas secretarias requisitantes, conforme especificações e quantitativos definidos, garantindo o fornecimento adequado às atividades institucionais de cada demandante.
- 4.4. Os produtos deverão ser de primeira qualidade, em perfeito estado de conservação. Os itens deverão atender às normas vigentes, conforme legislação aplicável, estando em conformidade com as demais legislações federais, estaduais e municipais.
- 4.5. Os produtos deverão ser entregues, conforme a natureza de cada item. As embalagens deverão ser íntegras, resistentes e apropriadas para alimentos, contendo identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, lote e procedência. Não serão aceitos produtos com embalagens danificadas, violadas ou sem identificação adequada.
- 4.6. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos com, no máximo 15 dias de prazo após a data o recebimento da requisição ou ordem de entrega de cada pedido.
- 4.7. A entrega deverá ser realizada de forma parcelada, conforme cronograma e solicitação da secretaria demandante. Os prazos de entrega deverão atender à necessidade das Secretarias requisitantes.
- 4.8. Os quantitativos serão estimados, podendo sofrer variações conforme a demanda real das secretarias. A contratada deverá possuir capacidade operacional para atender às demandas variáveis.
- 4.9. Produtos entregues em desacordo com as especificações deverão ser substituídos imediatamente, sem qualquer ônus para a Administração. A aceitação definitiva dos produtos ocorrerá após conferência da qualidade, quantidade e conformidade com os requisitos estabelecidos.
- 4.10. Sempre que possível, deverá ser priorizado o fornecimento de produtos provenientes de práticas sustentáveis, respeitando as normas ambientais e de bem-estar animal, cabendo à contratada adotar medidas que minimizem impactos ambientais relacionados ao transporte e acondicionamento dos produtos.
- 4.11. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída e habilitada, atendendo às exigências da legislação vigente, sendo o fornecimento executado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.
- 4.12. Os itens solicitados deverão atender às exigências de qualidade higiênicas sanitários, normas de transporte, observados aos padrões e normas/decretos baixados pelos órgãos competentes de controle de qualidade, rotulagem e código de ética do consumidor. A destacar:**
- 4.13. O transporte de todos os produtos deverá ser efetuado em veículo adequado que atenda a todas as exigências e demais normas vigentes, dotados de cobertura para proteção da carga e não devem transportar outras cargas que comprometam a qualidade dos itens.**
- 4.14. Os veículos de transporte devem ser próprios para transporte de dos objetos, e devem ser mantidos sempre limpos e higienizados**
- 4.15. Os materiais solicitados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - Certificações de Qualidade (INMETRO/ABNT) para os produtos que onde esta se aplica, nos termos da Portaria nº 423, de 08 de outubro de 2021 do INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições contidas no art 39, VIII, da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).**
- 4.16.. Os produtos objeto da presente contratação deverão ser fornecidos devidamente acondicionados de forma individual, em embalagens apropriadas, íntegras e resistentes, que garantam a proteção, conservação, higiene e qualidade dos itens até o momento da entrega ao destinatário final.
- 4.17. As embalagens deverão ser adequadas à natureza de cada produto, observando as normas de segurança aplicáveis, sendo vedada a utilização de embalagens danificadas, reutilizadas ou que comprometam a integridade dos itens.
- 4.18. No caso específico dos materiais de expediente e didáticos, cada item deverá ser entregue devidamente organizado e embalado individualmente, de modo a permitir fácil manuseio, transporte e distribuição, assegurando a padronização e identificação dos produtos.

4.19. A contratada será responsável por quaisquer danos decorrentes de acondicionamento inadequado, devendo proceder à imediata substituição dos produtos que não atendam às condições estabelecidas nesta cláusula, sem ônus para a Administração.

4.20. A CONTRATADA(O) deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses além da garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor para defeitos de fabricação ou mal funcionamento do produto.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DA(S) PRODUTOS:

5.1. O(s) materiais(s) objeto do presente Contrato será(ão) entregues/executados pela(o) **CONTRATADA(O)**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas no **EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2026** e seus anexos, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/21.

5.2. O(s) produtos objeto desta licitação será(ão) entregues(s) pela **CONTRATADA**, conforme solicitação do Órgão Requisitante, segundo forma, prazos e condições especificadas, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal / Fatura), adotando-se os procedimentos previstos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

5.3. As requisições a serem emitidas para entrega do(s) produtos descritos, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de Ibiá/MG o direito de **emissão da Requisição de produtos de forma parcelada**, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

5.4. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo **CONTRATANTE**.

5.5. A **CONTRATADA** ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente ata durante toda sua vigência, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

5.6. A **CONTRATADA** receberá através de e-mail, ou pessoalmente esta Nota de Autorização de Fornecimento - NAF, e deverá emitir a nota fiscal dos materiais entregues.

5.7. A entrega do(s) produtos só estará caracterizada mediante solicitação do pedido realizado pelo(a) **CONTRATANTE** e deverá ser realizada no local designado pelo Órgão Requisitante, sendo recebida pelo Fiscal designado no presente Contrato, que adotará os seguintes procedimentos:

a) **recebimento provisório**: de posse dos documentos apresentados pela(o) CONTRATADA(O) e de uma via da presente ata, receberá o(s) material(is) / material(s)/ material(s) para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pela(o) CONTRATADA(O), ou aprovando, receberá provisoriamente o(s) material(is), mediante recibo;

b) **recebimento definitivo**: após o recebimento provisório, verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital, e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante a expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias).

5.8. Encontrando irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados o Fiscal o(s) devolverá(ao) o produto para regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos. O atraso na substituição do(s) mesmo(s) acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades previstas no edital e no presente Contrato;

5.9. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o fiscal informará o Gestor da presente ata para apuração dos fatos e eventual aplicação de penalidade.

5.10. É vedada, tanto a entrega dos produtos por parte da CONTRATADA, quanto o recebimento do(s) mesmo(s) pelo Fiscal da ata, com marca(s) diferente(s) da(s) aprovada(s) e devidamente publicada(s) no - Diário Oficial do Município de Ibiá/MG.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO MODELO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

6.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado Fiscal e Gestor para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, bem ainda, a execução da presente ARP, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2. O Órgão requisitante será competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação, através dos gestores e fiscal designadas abaixo:

GESTORES:

Secretaria Municipal de Saúde

Ticiane Angélica dos Santos

Secretaria Municipal de Controle Interno

Clarice Nascimento Silveira

Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

Felisberto Paiva Carvalho

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos

João Henrique Assunção

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Kassiléia Aparecida de Souza

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Comunicação

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Leandro Fabrício Marques Reis

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

Helvécio Nascimento

Secretaria Municipal Logística

Alexandre Mantoani

Secretaria de Fazenda e Planejamento

Rodrigo Mendes Braz

Secretaria Municipal de Educação

Inês Nascimento Correa

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Silvia Helena Pinheiro Moraes

Secretaria Municipal de Gestão

Nahiara Christina Albino Kersul

Secretaria Municipal de Gabinete

Livia Maria Pimenta Rodrigues Reis

Fiscal:

NOME: ROBISON MANTOANI

6.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do(a) CONTRATADO(A), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

6.4. A fiscalização do recebimento dos produtos adquiridos ficará a cargo do fiscal da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei Federal nº 14.133/21, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.

6.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da presente ARP, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.6. Compete ao gestor da ARP acima identificado exercer a administração do contrato nos termos do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos.

6.7. Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto do presente contrato nos termos do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato.

6.8. O **CONTRATANTE** reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte, se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados no presente contrato e seus anexos ou no Termo de Referência - TR.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

7.2. A CONTRATADA obterá pagamentos somente dos produtos efetivamente entregues, conforme atestado e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE, após o recebimento definitivo.

7.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e aprovado pela fiscalização da CONTRATANTE.

7.4. Em caso de irregularidade na emissão da nota fiscal ou do aceite, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

7.5. Somente após o cumprimento de todas as exigências acima será contado o prazo para a liberação do pagamento.

7.6. A Nota fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente pela forma eletrônica de acordo com o Inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

7.7. A Administração poderá reter o pagamento das faturas nos seguintes casos:

I. irregularidade ou caso os produtos esteja(m) fora dos padrões determinados;

II. atraso na entrega ou substituição do(s) mesmo(s);

III. obrigação da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar a Prefeitura;

IV. débito da CONTRATADA para com o município ou terceiros que provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações, conforme art. 139, IV da Lei 8.666/93;

V. não cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda a cláusula infringida.

7.8. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços executados.

7.9. A Nota/Fiscal/Fatura emitida pela CONTRATADA deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão Eletrônico e da ACS – Autorização de Compras e Serviços ou NAF – Nota de Autorização de Fornecimento, para posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

7.10. As notas fiscais deverão constar o número do processo licitatório, sob pena de devolução pelo CONTRATANTE.

7.11. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

7.12. Haverá retenção na fonte do imposto de renda (IR) em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

7.13. Os documentos comprobatórios deverão ser emitidos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

7.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal e da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. Haverá retenção na fonte do imposto DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (SE FOR O CASO), em cumprimento ao Código Tributário Municipal e aos dispostos na Lei Complementar nº 204 de 22 de dezembro de 2003.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E SEU ÍNDICE:

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, mediante pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo ou, na ausência de substituto, pela média simples dos principais índices econômicos que apuram a inflação anual acumulada, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. O reajuste será realizado por apostilamento ou termo aditivo, a critério da Administração Contratante.

9 - CLÁUSULA NONA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

9.1. Na hipótese de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou “fato do príncipe”, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o contrato poderá ser alterado, objetivando a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

9.2. - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro ou de reajuste, será de 30 (trinta) dias úteis contado da data do recebimento do pedido pela repartição competente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES, DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

10.1. - Este contrato poderá ser alterado nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

10.2 - Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do item 10.1 a **CONTRATADA** será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato.

10.3 - As alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do item 10.1. não poderão transfigurar o objeto da contratação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES:

11.1. DO CONTRATANTE:

11.1.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida no contrato ou documento equivalente.

11.1.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento e entrega do objeto desse certame, com preposto idôneo e habilitado, efetuando inclusive conferência e atestando para efeito de pagamentos.

11.1.3. Emitir ordem de compras de início da execução do contrato ou documento equivalente.

11.1.4. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento do objeto licitado.

11.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto do presente Edital, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

11.1.6. Notificar a CONTRATADA por meio do gestor/fiscal, sobre qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto desse certame, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhes, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

11.1.7. Determinar e indicar as locais onde deverão ser entregues os produtos.

11.1.8. Fiscalizar, supervisionar a entrega e fornecimento dos produtos objeto do contrato ou documento equivalente, através de preposto idôneo e habilitado.

11.1.9. Notificar a CONTRATADA, quaisquer irregularidades a serem supridas.

11.2. DA CONTRATADA:

11.2.1. Manter, durante o fornecimento dos produtos, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.2.2. Designar um preposto, idôneo e habilitado, com poderes para representá-la, receber notificações da fiscalização da CONTRATANTE e para tomar deliberações sobre todos os assuntos, para o bom e fiel cumprimento do contrato, sendo formal e previamente indicado à Administração.

11.2.3. Cumprir todas as normas técnicas pertinente ao ramo de atividades.

11.2.4. Fornecer mão de obra, equipamentos e utensílios necessários ao fornecimento do objeto

contratados.

11.2.5. Fornecer pessoal devidamente habilitado e qualificado no fornecimento e entrega dos produtos.

11.2.6. Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e outros advindos do contrato.

11.2.7. Responder por quaisquer danos que venham a ser causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados ou prepostos, no exercício de suas tarefas.

11.2.8. Responsabilizar-se integralmente para com a execução do objeto contratado, sendo que a presença da fiscalização da CONTRATANTE, não diminui ou exclui esta responsabilidade.

11.2.9. Cumprir corretamente as instruções do CONTRATANTE, devendo executar o fornecimento dos produtos no prazo máximo pré-estabelecido.

11.2.10. Contratar e dispensar, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, todo o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos serviços contratados, bem como, o pagamento dos encargos trabalhistas e sociais devidos, nos prazos da lei.

11.2.11. Responder perante a CONTRATANTE e a terceiros por prejuízos causados em razão dos atos praticados no fornecimento e entrega do objeto contratado a seu cargo, por si e por seus empregados utilizados direta ou indiretamente.

11.2.12. Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelo CONTRATANTE.

11.2.13. Atender, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.

11.2.14. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.

11.2.15. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no Diário Oficial do Município pelo CONTRATANTE.

11.2.16. Entregar os produtos no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes deste instrumento.

11.2.17. Garantir a boa qualidade dos produtos fornecido(s), respondendo por qualquer deterioração, substituindo-os sempre que for o caso.

11.2.18. Substituir, após solicitação do CONTRATANTE, ou propor a substituição da(s) marca(s) dos PRODUTOS registrado(s), mantendo no mínimo os padrões fixados neste instrumento, sempre que for comprovado que a qualidade da marca atual não atende mais às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável ou daqueles registrados na ata de registro de preços.

11.2.19. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável, o que deverá ser realizado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.2.20. Manter, durante toda a vigência da ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do CONTRATANTE, quando solicitadas.

11.2.21. Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

11.2.22. Apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.

11.2.23. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.

11.2.24. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.

11.2.25. Responder, integralmente, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da contratação, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato da

execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do CONTRATANTE.

11.2.26. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

11.2.27. Trocar item(ns) licitado(s) recusado(s) pela fiscalização, conforme notificação e no prazo preestabelecido, sob seu único e exclusivo ônus e responsabilidade.

11.2.28. As requisições a serem emitidas para aquisições dos itens contidos na presente ata, não serão emitidas em datas prévias, não serão obrigatoriamente emitidas contendo quantidade total dos itens, reservando assim à Prefeitura Municipal de IBIÁ-MG o direito de emissão da requisição de compras ou serviços de forma parcelada, conforme necessidade e datas escolhidas pela Administração.

11.2.29. Comunicar ao(a) CONTRATANTE os eventuais casos fortuitos e de força maior, que comprometam a execução do contrato, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerado.

11.2.30. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

11.2.31. Nos casos em que se aplica prazo de validade, a CONTRATADA entregará os produtos com, no máximo 1/3 do seu prazo de validade já transcorrido até a data da entrega de cada pedido, ou seja, ainda deverão remanescer pelo menos 2/3 do prazo de validade do material (is) no momento da entrega.

11.2.32. A CONTRATADA deverá adotar medidas para que o transporte dos materiais, até o local da entrega, seja feito em condições higiênicas e sanitárias.

11.2.33. Cumprir as exigências quanto à rotulagem dos produtos, para que a mesma esteja em conformidade com a legislação em vigor.

11.2.34. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até a sua entrega no local de destino.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO:

12.1 - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da **CONTRATADA**.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do objeto do presente contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do objeto do presente contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do presente contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da presente contrato sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da presente contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução da presente contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13;
- i) der causa à rescisão do presente contrato, sem motivo justificado e aceito pela Administração Pública.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se

justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i” do item 19.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item 19.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “i”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21).

IV - Multa:

a) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos bens entregues com atraso. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da aplicação da multa ou pelo cancelamento da presente ata, em razão da descumprimento das suas condições.

b) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor dos produtos e/ou serviços que estiverem em desacordo com as condições de garantia do produto e/ou de instalação e funcionamento, limitada a 10% (dez por cento) do valor desses bens.

d) multa compensatória de 5% (cinco por cento) pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, a qual será calculada sobre o valor total do saldo remanescente da presente ata.

e) multa compensatória de 10% (dez por cento) aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, em caso de cancelamento preço registrado sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

f) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da presente ata, em caso do cancelamento da presente ata sem motivo justificado aceito pela Administração Pública.

13.3. A aplicação das sanções previstas no presente contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21)

13.3.1. Todas as sanções previstas no presente contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).

13.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a apresentação de defesa pelo interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21)

13.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21), conforme o caso.

13.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13,

serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

13.8. A Administração Pública deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).

13.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/21).

14.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133/21).

14.7. Das decisões relativas à rescisão contratual e aplicação das sanções previstas neste instrumento cabem os recursos constantes dos art. 137 à 139 da Lei 14.133/21, sendo processados de acordo com as disposições dos parágrafos do mesmo artigo.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAI:

15.1 - As infrações penais tipificadas na Lei nº 14.133/2021, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS:

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados

peçoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS:

18.1. A presente Cláusula estabelece a Matriz de Alocação de Riscos aplicável à Ata de Registro de Preços e aos contratos administrativos dela decorrentes, nos termos do art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021, definindo os riscos contratuais previstos e presumíveis, bem como a responsabilidade de cada parte pelos ônus financeiros decorrentes de sua eventual concretização, observando os princípios da eficiência, da boa-fé objetiva, da cooperação, da segurança jurídica e da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, sendo os riscos distribuídos entre as partes de acordo com a seguinte tabela:

Evento Superveniente	Natureza do Risco	Responsável	Probabilidade	Impacto	Mitigação	Reequilíbrio Econômico-Financeiro
Erros na elaboração das propostas comerciais	Endógeno	Contratada	Média	Médio	Conferência prévia das propostas	Não gera direito
Planejamento inadequado do estoque pela contratada	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Gestão de estoque e programação de compras	Não gera direito
Atraso na aquisição dos produtos junto aos fabricantes	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Planejamento logístico	Não gera direito
Falhas de transporte ou logística	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Contratação adequada de transporte	Não gera direito
Entrega de materiais fora das especificações	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Controle interno de qualidade	Não gera direito
Entrega parcial dos pedidos	Endógeno	Contratada	Média	Alto	Planejamento operacional	Não gera direito
Defeitos de fabricação dos materiais	Endógeno	Contratada	Baixa	Médio	Controle de qualidade dos fornecedores	Não gera direito
Custos administrativos internos	Endógeno	Contratada	Alta	Baixo	Gestão empresarial	Não gera direito
Aumento ordinário dos custos operacionais	Endógeno	Contratada	Média	Médio	Gestão financeira	Não gera direito
Oscilações normais de mercado durante a vigência da Ata	Endógeno	Contratada	Média	Médio	Precificação adequada da proposta	Não gera direito
Greves internas da contratada	Endógeno	Contratada	Baixa	Médio	Plano contingência de	Não gera direito

Evento Superveniente	Natureza do Risco	Responsável	Probabilidade	Impacto	Mitigação	Reequilíbrio Econômico-Financeiro
					operacional	
Substituição de empregados da contratada	Endógeno	Contratada	Média	Baixo	Gestão de pessoal	Não gera direito
Danos causados por empregados da contratada	Endógeno	Contratada	Baixa	Médio	Supervisão e treinamento	Não gera direito
Descumprimento das obrigações contratuais	Endógeno	Contratada	Baixa	Alto	Fiscalização contratual	Não gera direito
Alteração unilateral promovida pela Administração	Exógeno	Contratante	Baixa	Alto	Planejamento adequado	Cabível
Atraso injustificado nos pagamentos	Endógeno da Administração	Contratante	Baixa	Alto	Gestão financeira	Cabível
Erros nas ordens de fornecimento emitidas pela Administração	Endógeno	Contratante	Baixa	Médio	Conferência administrativa	Cabível quando houver prejuízo comprovado
Redução ou aumento das quantidades efetivamente demandadas dentro dos limites legais	Exógeno contratual	Contratante	Média	Médio	Planejamento das demandas	Não gera direito, salvo hipóteses legais
Suspensão da execução por determinação administrativa	Exógeno	Contratante	Baixa	Alto	Planejamento institucional	Cabível
Caso fortuito ou força maior que impeça temporariamente o fornecimento	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Comunicação imediata entre as partes, adoção de medidas de contingência e mitigação dos impactos	Cabível, conforme análise do caso concreto
Catástrofes naturais de grande proporção	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Planejamento de contingência e reprogramação da execução contratual	Cabível
Guerra, conflitos internacionais ou bloqueios econômicos que afetem o abastecimento	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Monitoramento do mercado, busca de fornecedores alternativos e negociação das soluções cabíveis	Cabível

Evento Superveniente	Natureza do Risco	Responsável	Probabilidade	Impacto	Mitigação	Reequilíbrio Econômico-Financeiro
nacional						
Pandemias ou emergências sanitárias oficialmente reconhecidas	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Adoção das medidas sanitárias e administrativas necessárias para continuidade da execução	Cabível
Fatos do príncipe ou atos gerais da Administração Pública que inviabilizem a execução	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Adequação da execução às determinações legais administrativas supervenientes	Cabível
Alterações legislativas que modifiquem tributos incidentes diretamente sobre o contrato	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Médio	Revisão dos impactos tributários e análise administrativa	Cabível, observado o art. 103, § 5º, II, da Lei nº 14.133/2021
Extinção ou indisponibilidade nacional de determinado produto	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Substituição por produto equivalente, quando admitida, ou adoção de nova solução de fornecimento	Cabível
Ruptura excepcional das cadeias nacionais ou internacionais de fornecimento	Exógeno	Compartilhada	Baixa	Alto	Busca de fornecedores alternativos, reprogramação das entregas e adoção de medidas para minimizar os impactos	Cabível

18.1.1. A presente Matriz de Alocação de Riscos integra o instrumento convocatório, o Termo de Referência, esta Ata de Registro de Preços e os contratos administrativos dela decorrentes, devendo ser observada durante toda a vigência da contratação.

18.1.2. A distribuição dos riscos foi estabelecida considerando:

- I – a natureza do evento de risco;
- II – a compatibilidade entre as obrigações assumidas pelas partes;
- III – a capacidade de cada parte para prevenir, controlar ou mitigar a ocorrência do evento;
- IV – o beneficiário da prestação;
- V – a natureza endógena ou exógena do risco;
- VI – a probabilidade de sua ocorrência e seu potencial impacto sobre a execução contratual;
- VII – as boas práticas de governança aplicáveis às contratações públicas.

18.2. Constituem riscos de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo de outros previstos na legislação ou decorrentes da natureza da contratação:

- I – erros na elaboração da proposta comercial ou na formação dos preços ofertados;
- II – planejamento inadequado de estoques, logística, aquisição ou distribuição dos materiais;
- III – atraso injustificado na entrega dos materiais de expediente e didáticos solicitados pela Administração;
- IV – falhas no transporte, armazenamento, acondicionamento ou manuseio dos materiais até o recebimento definitivo pela Administração;
- V – fornecimento de materiais em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos, padrões de qualidade ou demais exigências estabelecidas no Termo de Referência;
- VI – entrega parcial, incompleta ou em desconformidade com as Autorizações de Fornecimento;
- VII – fornecimento de materiais defeituosos, danificados, impróprios para uso, fora do prazo de validade, quando aplicável, ou que não atendam às normas técnicas pertinentes;
- VIII – falhas de fabricação, controle de qualidade ou acondicionamento dos produtos;
- IX – indisponibilidade de estoque decorrente de deficiência de planejamento da cadeia de suprimentos;
- X – aumento ordinário dos custos operacionais, administrativos, logísticos, de transporte, armazenagem, combustíveis, fretes, mão de obra ou demais insumos inerentes à atividade empresarial;
- XI – oscilações normais dos preços de mercado compatíveis com os riscos ordinários do negócio;
- XII – greves, paralisações ou dificuldades operacionais internas da Contratada;
- XIII – inadimplemento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, ambientais ou de qualquer outra natureza atribuída à Contratada;
- XIV – insolvência, recuperação judicial, falência ou incapacidade econômico-financeira da Contratada;
- XV – fraudes, irregularidades documentais, perda das condições de habilitação ou descumprimento das obrigações assumidas na licitação, na Ata de Registro de Preços ou nos contratos administrativos dela decorrentes.

18.2.1. A ocorrência dos riscos previstos neste item não ensejará recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços ou dos contratos dela decorrentes, por constituírem riscos ordinários inerentes à atividade empresarial assumidos pela Contratada quando da apresentação de sua proposta.

18.3. Constituem riscos de responsabilidade da CONTRATANTE:

- I – atraso injustificado na emissão das Autorizações de Fornecimento ou instrumentos equivalentes;
- II – atraso injustificado no recebimento dos materiais por motivo exclusivamente imputável à Administração;
- III – atraso no pagamento das obrigações regularmente liquidadas;
- IV – erros materiais ou omissões relevantes nas especificações constantes do Termo de Referência que impeçam ou dificultem a adequada execução contratual;
- V – alterações unilaterais promovidas pela Administração nas hipóteses legalmente admitidas;
- VI – suspensão da execução por determinação administrativa, quando não decorrente de inadimplemento da Contratada;
- VII – falhas relevantes na gestão administrativa ou fiscalização da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela decorrentes.

18.3.1. A ocorrência dos eventos acima poderá ensejar a adoção das medidas necessárias à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, desde que preenchidos os requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

18.4. Serão considerados riscos compartilhados aqueles decorrentes de fatos supervenientes cuja prevenção, mitigação ou gerenciamento dependa da atuação conjunta das partes, especialmente:

- I – caso fortuito ou força maior;
- II – calamidades públicas;
- III – desastres naturais ou eventos climáticos extremos;
- IV – pandemias, epidemias ou emergências sanitárias oficialmente reconhecidas;
- V – guerra, conflitos internacionais, bloqueios econômicos ou outras situações excepcionais que afetem o abastecimento nacional ou internacional;
- VI – ruptura extraordinária das cadeias nacionais ou internacionais de fornecimento;
- VII – indisponibilidade nacional ou descontinuação de fabricação de determinado produto durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
- VIII – fatos do príncipe ou atos gerais do Poder Público que inviabilizem ou restrinjam significativamente a execução contratual;
- IX – alteração legislativa superveniente que implique aumento ou redução dos tributos diretamente incidentes sobre a execução da contratação;
- X – fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que afetem substancialmente a execução contratual.

18.4.1. Verificada a ocorrência de qualquer dos eventos previstos neste item, a parte que deles tomar conhecimento deverá comunicar formalmente a outra, instruindo o processo administrativo com documentação suficiente para comprovação da ocorrência, da extensão dos impactos e das medidas adotadas para mitigação de seus efeitos.

18.4.2. Os efeitos financeiros decorrentes dos riscos compartilhados serão analisados pela Administração conforme as circunstâncias concretas do caso, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, boa-fé objetiva, cooperação, continuidade do serviço público e preservação do interesse público.

18.5. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser reconhecido o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro quando:

- I – ocorrer evento cuja responsabilidade tenha sido atribuída à parte diversa daquela que suportou seus efeitos financeiros;
- II – houver alteração unilateral promovida pela Administração, nos termos do art. 124, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- III – sobrevier aumento ou redução, por legislação posterior à contratação, dos tributos diretamente incidentes sobre a execução contratual;
- IV – ocorrer fato superveniente extraordinário, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis que torne excessivamente onerosa ou inviável a execução contratual, desde que o respectivo risco não tenha sido expressamente atribuído à parte requerente.

18.5.1. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser instruído com demonstração técnica e documental do nexo causal entre o evento ocorrido e o efetivo impacto econômico suportado pela parte requerente, cabendo à Administração manifestar-se no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação mediante justificativa.

18.6. Não serão admitidos pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quando decorrentes de riscos expressamente atribuídos à CONTRATADA nesta Matriz, incluindo, dentre outros:

- I – erros de planejamento empresarial;
- II – formação inadequada da proposta;
- III – insuficiência de estoque;
- IV – falhas logísticas;
- V – atrasos de fornecedores da Contratada;
- VI – aumento ordinário dos custos operacionais;

- VII – oscilações normais de mercado;
- VIII – dificuldades comerciais na aquisição dos produtos;
- IX – greves ou paralisações internas da Contratada;
- X – falhas administrativas internas;
- XI – descumprimento das obrigações assumidas contratualmente.

18.7. Sempre que houver cobertura securitária disponível e economicamente compatível com o objeto contratado, os riscos seguráveis permanecerão preferencialmente sob responsabilidade da CONTRATADA, nos termos do § 2º do art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.7.1. Os custos decorrentes da contratação de seguros eventualmente necessários deverão estar contemplados na composição dos preços apresentados pela Contratada, sendo vedada qualquer cobrança posterior da Administração.

18.8. As partes obrigam-se a adotar todas as medidas razoavelmente cabíveis para prevenir a ocorrência dos eventos previstos nesta Matriz ou reduzir seus impactos, atuando de forma cooperativa durante toda a execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela decorrentes.

18.8.1. A omissão injustificada na adoção das medidas preventivas ou mitigadoras poderá acarretar a responsabilização exclusiva da parte omissa pelos prejuízos decorrentes.

18.9. A parte que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer evento previsto nesta Matriz deverá comunicar formalmente a outra parte no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da ciência do fato, apresentando descrição circunstanciada do evento, documentação comprobatória disponível e indicação das providências já adotadas para minimizar seus efeitos.

18.9.1. O descumprimento injustificado do dever de comunicação poderá ser considerado na apuração das responsabilidades decorrentes do evento, sem prejuízo das demais consequências legais e contratuais.

18.10. A presente Matriz poderá ser revista durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou dos contratos administrativos dela decorrentes quando houver alteração legislativa, orientação superveniente dos órgãos de controle, modificação relevante das condições originalmente consideradas ou outro fato devidamente justificado que recomende sua atualização, mediante formalização em processo administrativo e observância da legislação vigente.

18.11. Os casos omissos serão decididos pela Administração, observando-se a Lei Federal nº 14.133/2021, os princípios gerais do Direito Administrativo, as cláusulas contratuais, a presente Matriz de Alocação de Riscos e os entendimentos consolidados dos órgãos de controle, preservando-se, sempre que possível, o equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação e a continuidade da execução do objeto.

18.12. A assinatura da presente Ata de Registro de Preços, do Contrato Administrativo ou do instrumento equivalente implica ciência e concordância das partes quanto à distribuição dos riscos estabelecida nesta cláusula, reconhecendo que o equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação foi definido considerando a presente Matriz de Alocação de Riscos, sendo vedada a formulação de pedidos de recomposição relacionados aos riscos expressamente assumidos pela própria parte, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO:

19.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP é condição para a eficácia dos instrumentos contratuais e seus adiantamentos, devendo ser observados os prazos previstos no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO:

20.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de IBIÁ-MG, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias eventualmente decorrentes do presente contrato.



E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiá/MG, _____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE IBIÁ/MG
GILLIANNNO GILLES FERREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA/FORNECEDOR
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____
Nome:
CPF:

2) _____
Nome:
CPF: